

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

ELIEZER PIRES DA SILVA

**MEMÓRIA E DISCURSO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL (1971-1978)**

Rio de Janeiro

2013

ELIEZER PIRES DA SILVA

**MEMÓRIA E DISCURSO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL (1971-1978)**

Tese de doutorado apresentada à Banca do Programa de Pós-graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial a obtenção do Grau de Doutor em Memória Social.

Orientadora: Professora Doutora Evelyn Goyannes Dill Orrico

Rio de Janeiro

2013

S586 Silva, Eliezer Pires da.
Memória e discurso do movimento associativo na
institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978). /
Eliezer Pires da Silva. - 2013.
130 f.

Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Memória Social, Rio de Janeiro, 2013.

Orientadora: Professora Doutora Evelyn Goyannes Dill Orrico

1. Memória. 2. Discurso. 3. Arquivologia. 4. Movimento
associativo. 5. Memória social (Teses). I. Orrico, Evelyn
Goyannes Dill. III. Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro. IV. Título.

CDD: 020.9

ELIEZER PIRES DA SILVA

**MEMÓRIA E DISCURSO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL (1971-1978)**

Tese de doutorado apresentada à Banca do Programa de Pós-graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial a obtenção do Grau de Doutor em Memória Social.

Aprovado em ____/_____/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Evelyn Goyannes Dill Orrico - Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Carmen Irene Correia de Oliveira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Jose Maria Jardim
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Maria Nélide González de Gómez
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio UFRJ -IBICT

Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos
Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz

RESUMO

A criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971, a implantação de cursos de Arquivologia desde 1977 e o marco legal da profissão de arquivista em 1978 expressam uma institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Esta tese tem o objetivo de problematizar o processo de institucionalização da arquivologia e do arquivista no Brasil, com base no discurso do movimento associativo em prol dos arquivos, materializado na revista da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Os recursos teórico-metodológicos são da memória social, da análise do discurso vertente francesa e da Arquivologia. A pesquisa contribui na compreensão do campo arquivístico como espaço institucionalizado de profissão e de disciplina. Para além de discutir se a institucionalização do campo foi uma realização da sociedade civil organizada - movimento associativo - ou do Estado, a partir do discurso, compreende-se como pessoas compartilham um tema - os arquivos - e se organizam como associação numa relação de demanda por serem instituídos *pelo e dentro* do Estado.

Palavras-chave: Memória. Discurso. Arquivologia. Movimento associativo. Memória social.

ABSTRACT

The creation of the Association of Brazilian Archivists in 1971, the implementation of Archival Science courses since 1977 and legal framework of the profession of archivist in 1978 express an institutionalization of the archival field in Brazil. This research aims to analyze the process of the institutionalization of archival science and the profession of archivist in Brazil, based on the discourse of the associative movement in favor of archives, materialized in the journal of the Association of Brazilian Archivists. The theoretical and methodological resources are drawn from social memory, French discourse analysis and archival science. The research contributes to the understanding of archival science as an institutionalized profession and discipline. Besides discussing whether the institutionalization of the field was an achievement of civil society – an associative movement - or of the government, taking discourse as a starting point, it also analyzes how people share a theme - archives - and become organized as an association in a demand relation, as archives are established *by* and *within* the government.

Keywords: Memory. Discourse. Archival Science. Associative movement. Social Memory.

Dedico esta tese à memória da professora Maria Odila Fonseca.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus o sopro de vida que me trouxe até aqui, Sua providência em cada superação alcançada.

À Gisele, meu amor, pessoa com quem compartilhei todos os momentos da pesquisa, foi minha assistente no levantamento dos dados e na construção dos capítulos. Seus cuidados comigo são fundamentais.

À Helena, minha filha, pela expansão de mim que aconteceu há sete meses.

À Evelyn, pela interlocução acadêmica produtiva e generosa. Sua orientação, efetiva e amiga, proporcionou-me um prazeroso percurso de descobertas, para além do trabalho penoso.

À Sheyla Meirelles e ao André Campello, pelo acompanhamento médico quando foi necessário.

Ao tio Celso e ao Rubens Teixeira, pelo apoio prestado.

Ao PPGMS, pelo acolhimento e pela oportunidade de praticar interdisciplinaridade.

Ao Arquivo Nacional, pelo afastamento concedido para que eu pudesse dedicar mais tempo ao doutorado.

Aos membros da banca, pelo privilégio de contar com suas participações na minha formação.

Aos meus alunos, pela nossa troca de conhecimento durante as aulas.

Aos meus pais, pela determinação que me inspira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Distribuição geográfica dos atores acadêmicos que formam a rede de pesquisadores em Arquivologia.....	11
Gráfico 2 -	Graduação de origem dos atores acadêmicos que formam a rede de pesquisadores em Arquivologia.....	12
Gráfico 3 -	Titulação dos atores acadêmicos que formam a rede de pesquisadores em Arquivologia.....	13
Figura 1 -	Esquema teórico da tese.....	22
Quadro 1 -	Síntese das referências conceituais sobre organização coletiva.....	36
Quadro 2 -	Diretoria da Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1971-1978.....	44
Quadro 3 -	Dissertações e teses que abordam a institucionalização do campo arquivístico no Brasil.....	49
Quadro 4 -	Classificações do cargo de arquivista pelo DASP em 1969.....	63
Quadro 5 -	Especialistas estrangeiros que visitaram o Brasil (1959-1978).....	66
Quadro 6 -	Disciplinas do Curso Permanente de Arquivos – CPA.....	67
Quadro 7 -	Currículo mínimo da graduação em Arquivologia aprovado em 1972.....	69
Quadro 8 -	Cursos de arquivologia no Brasil (1977-2011).....	77
Quadro 9 -	Interpretações sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil.....	78
Quadro 10 -	Variação de termos em que a ideia de projeto consta do discurso da AAB, nos editoriais da revista Arquivo & Administração, 1972-1978.....	104
Quadro 11 -	Enunciações da AAB sobre seu modelo de institucionalização do campo arquivístico, nos editoriais da revista Arquivo & Administração, 1972-1978.....	108
Quadro 12 -	Formações discursivas sobre o campo arquivístico no Brasil.....	111
Quadro 13 -	Enunciados da AAB nos editoriais da revista Arquivo & Administração, 1972-1978.....	112
Quadro 14 -	Especialistas elaboradores da proposta de currículo mínimo para o curso de Arquivologia.....	114
Quadro 15 -	Áreas relacionadas com o saber arquivístico, nos editoriais da Arquivo & Administração, 1972-1978.....	115
Quadro 16 -	Denominações do arquivista, nos editoriais da Arquivo &	117

	Administração, 1972-1978.....	
Quadro 17 -	Atribuições do arquivista segundo a lei da profissão.....	118

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO AÇÃO COLETIVA	25
2.1	O que é associativismo.....	25
2.2	Associações no Brasil na década de 1970.....	28
2.3	Entendendo ação coletiva.....	33
2.4	Atuação do governo brasileiro na área dos arquivos na década de 1970.....	37
2.5	Associativismo arquivístico.....	40
3	ESTADO DA ARTE NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL	48
3.1	Os estudos anteriores.....	50
3.2	A institucionalização do campo arquivístico.....	61
4	A LINGUAGEM COMO INSTÂNCIA PARA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS	79
4.1	Linguagem e memória a partir de Bakhtin.....	82
4.2	O conceito de formação discursiva.....	86
4.3	Discursos de memória do associativismo arquivístico.....	89
5	O PROJETO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS PARA O CAMPO ARQUIVÍSTICO	102
5.1	Institucionalização acadêmico-universitária do saber arquivístico.....	113
5.2	Institucionalização da reserva de mercado do arquivista.....	116
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS	124

1 INTRODUÇÃO

A proposta interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Memória Social revela a possibilidade de mobilizar diferentes áreas do conhecimento na compreensão dos fenômenos de representação social e identidade de grupos. Admite, assim, o acionamento de saberes ao redor de temáticas, próprio da organização da ciência na contemporaneidade, que atravessa e mescla formas clássicas de organização do conhecimento.

Nesta pesquisa pretende-se construir um estudo sobre memória da institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Do ponto de vista mais concreto, a institucionalização foi constituída primeiramente em torno da organização e da disponibilização de acervos arquivísticos, com oportunidades reivindicadas (e alcançadas) por uma categoria de profissionais com curso superior e profissão regulamentada. Conta também com uma crescente legitimação acadêmico-institucional (eventos científicos, periódicos, pesquisas de mestrado e doutorado) ao serviço da compreensão do fenômeno arquivístico. Atualmente, existe um movimento de consolidação científica da Arquivologia no Brasil, no qual percebemos uma perspectiva clara sobre a configuração de campo disciplinar nos estudos arquivísticos.

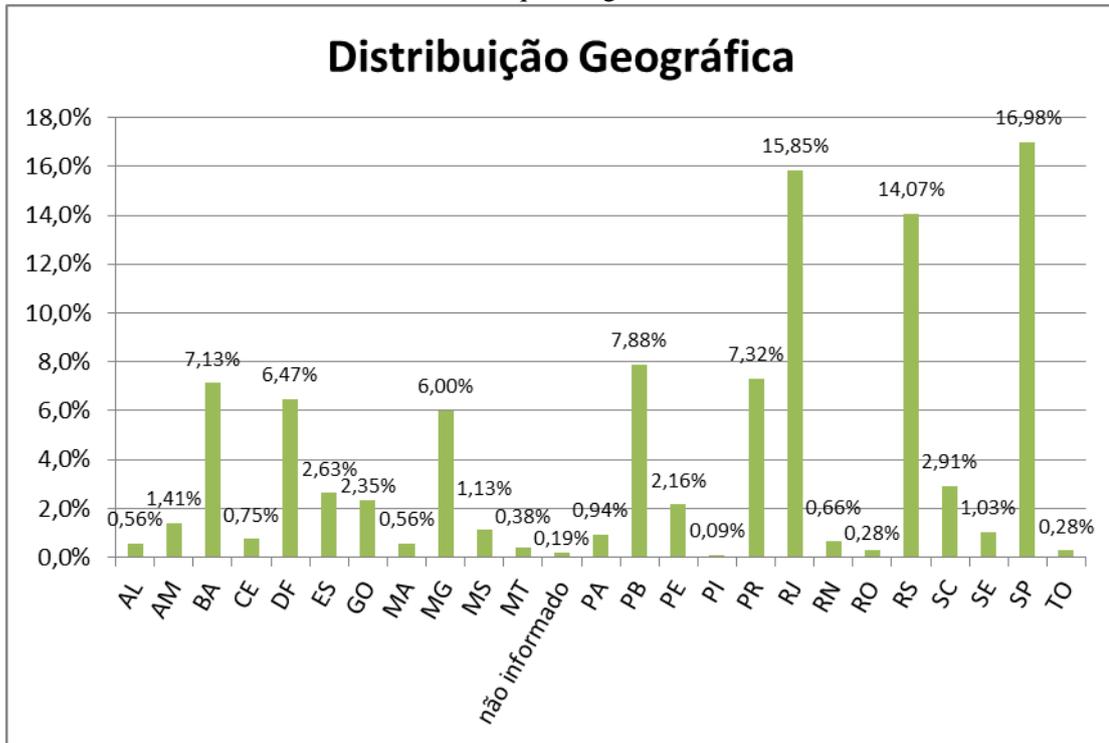
Para Jardim (2011) hoje a complexidade na institucionalidade do campo como área do conhecimento no país envolve três visões em disputa: a visão da Arquivologia como um campo autônomo, apesar de ciência auxiliar da História; a visão da Arquivologia como uma disciplina que constitui uma subárea da Ciência da Informação; e a visão de Arquivologia como uma disciplina científica em permanente construção, mediante relações interdisciplinares com a História, a Administração, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia. A Arquivologia encontra-se institucionalizada pelas agências de fomento à pesquisa, até o momento, como subárea da Ciência da Informação, a despeito do fato de a rede de pesquisadores do campo arquivístico não confirmar exatamente essa subordinação na área de formação dos atores, conforme evidenciado em Orrico e Silva (2011). Há uma dispersão por 41 áreas do conhecimento na formação dos pesquisadores, as maiores incidências de graduação são: História (37,7%) e Biblioteconomia (22,8%), Arquivologia encontra-se em quinto lugar com 4,3%; no mestrado: História (27,4%) e Ciência da Informação (18,2%); no doutorado: História (31,3%), Ciência da Informação (18,5%) e Educação (10,0%).

Em continuidade, no intuito de mapear o campo e compreender os agentes que se nomeiam como arquivistas e se reconhecem atuando na área, empreendemos alguns

levantamentos de modo a saber as áreas de formação em que se inserem, bem como se distribuem geograficamente, de modo a possibilitar pensar na relação entre movimento associativo e institucionalização do campo. Assim, entre julho e novembro de 2011 levantamos, por assunto, em todos os currículos na Plataforma Lattes , a partir dos títulos e das palavras-chave da produção científica 1072 (mil e setenta e dois) currículos vinculados à palavra *Arquivologia*.

Com o objetivo de compreender como se distribuía esses profissionais no país, pudemos observar a concentração dos profissionais que tiveram seus currículos recuperados nas regiões sudeste e sul, mais especificamente nos estados de São Paulo com 181 currículos, Rio de Janeiro com 169 currículos e Rio Grande do Sul com 150 currículos. Os três estados juntos representam 46,9% dos currículos recuperados. Este fato pode ser indicado pela concentração de universidades que possuem o curso de Arquivologia nas regiões sudeste e sul (de 16 universidades no Brasil que possuem o curso de graduação em Arquivologia, 10 se concentram nessas 2 regiões). Já a região norte detém a menor concentração de currículos do país, destacando que os estados do Acre, Amapá e Roraima não aparecem nos resultados encontrados na busca. A região norte só possui um curso de graduação em Arquivologia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

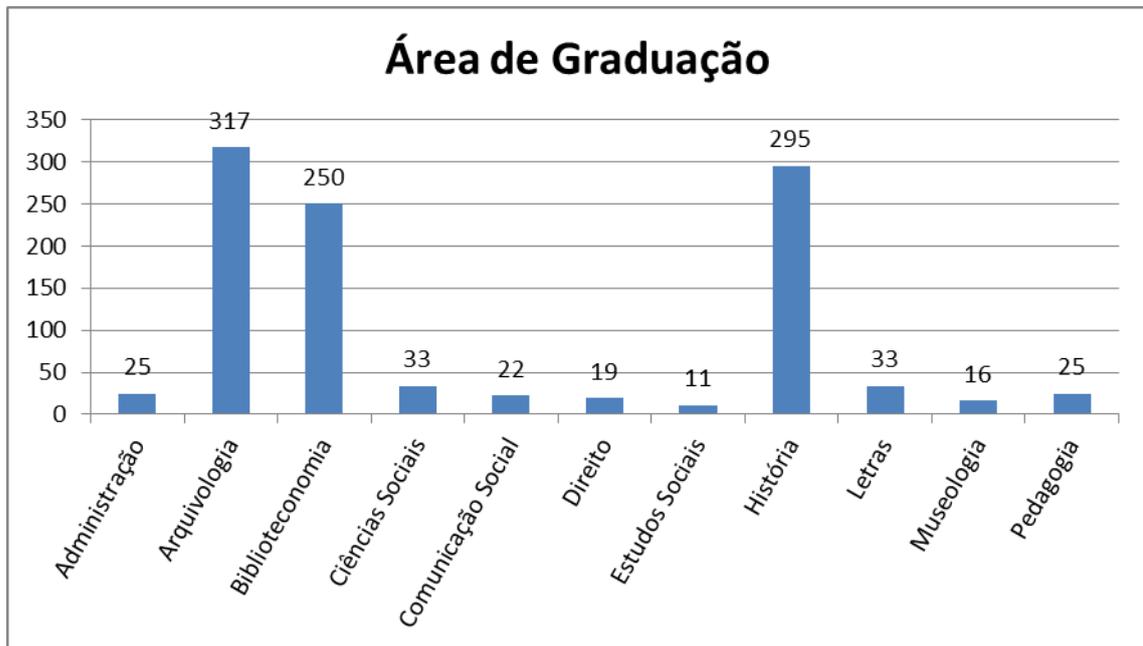
Gráfico 1 – Distribuição geográfica dos atores acadêmicos que formam a rede de pesquisadores em Arquivologia



Fonte: O autor.

O indicador importante para caracterização dos diálogos atuais do campo arquivístico com outros campos são as áreas de formação dos atores acadêmicos da Arquivologia. Em relação à **graduação de origem**, pode-se observar uma grande concentração em três graduações identificadas, sendo elas: Arquivologia com 317 graduados, História com 295 graduados e Biblioteconomia com 250 graduados. Esses números podem indicar e reforçar a característica interdisciplinar, mas, sobretudo, confirma a interação da Arquivologia com a História e a Biblioteconomia, presente do discurso do associativismo arquivístico na década de 1970.

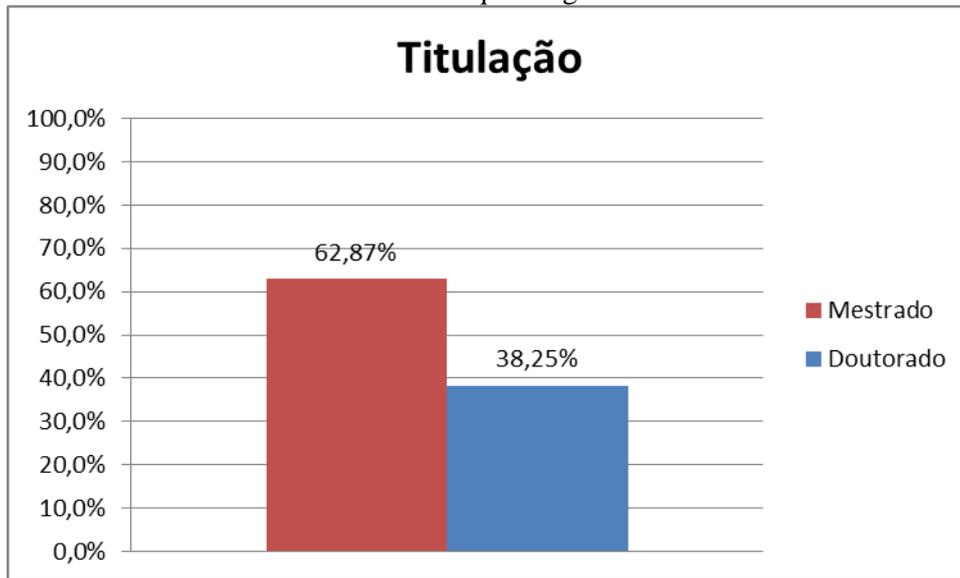
Gráfico 2 – Graduação de origem dos atores acadêmicos que formam a rede de pesquisadores em Arquivologia



Fonte: O autor.

Em relação às questões relativas ao título de mestrado e doutorado consta-se que dos 1072 profissionais que aparecem na pesquisa, 62,87% possuem mestrado, percentual que cai no doutorado, com apenas 38,25%. Esse indicador é de grande interesse para pensar a inserção do campo da Arquivologia no seio da institucionalização da pesquisa no Brasil. Em que pese a plataforma Lattes apresentar, dentre os seus membros, apenas 20,92% com título de mestrado ou doutorado, os atores da Arquivologia apresentam um percentual de 62,87% de mestrado.

Gráfico 3 – Titulação dos atores acadêmicos que formam a rede de pesquisadores em Arquivologia



Fonte: O autor.

Outra característica inserida no âmbito das titulações diz respeito aos doutorados e mestrados com temática Arquivística. Neste contexto identificamos que apenas 23,69% dos mestres desenvolveram suas pesquisas com temática arquivística, enquanto que nos doutorados este número cai para apenas 17,93% do total. Esse aspecto demonstra uma fragilidade da institucionalidade da Arquivologia no país, já que, por um lado, aqueles que nela militam preocupam-se com a titulação, porque são mestres ou doutores na sua maioria, porém suas pesquisas não envolvem temáticas arquivísticas; por outro, a fragilidade fica ainda mais evidente na medida em que as quatro maiores incidências de graduações desses atores vêm de outras áreas, além da própria Arquivologia, mesmo com uma formação universitária que já completou 40 anos de existência.

Esses indicadores apontam para a concepção de uma rede de acadêmicos ampla no campo arquivístico que se inscreve na distribuição de pesquisadores de diferentes áreas de formação, imersos em universos de representação distintos, para além dos mecanismos de institucionalização científica da Arquivologia pelas agências governamentais de fomento a Ciência & Tecnologia, mas que, na prática, carecem de compreensão do fenômeno arquivístico. Esse cenário atual demonstrado é tomado como ponto de partida para a presente pesquisa que proucura entendê-lo na sua gênese durante os anos de 1970.

Os estudos de Maria Odila Fonseca (2004) apontaram a importância do movimento associativo, na década de 1970, para a configuração do campo arquivístico no Brasil. De acordo com a autora o associativismo arquivístico foi fundamental para estabelecer alguns

parâmetros que, atualmente, definem as questões arquivísticas no país, exercendo uma indiscutível liderança na institucionalização do campo.

Essa pesquisadora chamou a atenção para a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, seguida da constituição de seu instrumento periódico de divulgação – a revista *Arquivo & Administração* – e da organização do seu fórum bianual – o Congresso Brasileiro de Arquivologia – como elementos que revelam as características de um plano coordenado de ações em prol dos arquivos no Brasil. Ainda que alinhados com essa perspectiva, a presente tese de doutorado aprofunda o que o foi proposto.

Ao problematizar a trajetória do campo arquivístico no Brasil como profissão legalizada e área de conhecimento, busca-se entender suas condições atuais, e por isso investigamos os **sentidos que podemos atribuir à relação entre o movimento associativo – a Associação dos Arquivistas Brasileiros – e a institucionalização do campo arquivístico, expressa por sua inserção acadêmico-universitária em 1977 e sua regulamentação profissional em 1978.**

Alguns elementos irão servir como fios condutores na investigação dessa relação e no desenho que configura esta memória:

- Se a Arquivologia e o arquivista, na sua institucionalização no Brasil, têm uma relação fundamental com o movimento associativo, qual foi o papel da Associação dos Arquivistas Brasileiros na criação do curso universitário e na regulamentação da profissão?
- Que fatores contribuíram para o êxito do associativismo arquivístico durante um período tão repressivo da história nacional brasileira? Como uma rede de pessoas interessadas nos arquivos, em condições históricas de restrição política, teria deixado de ser apenas um simples grupo entusiasta em defesa da especialização do trabalho arquivístico e teria se tornado um movimento associativo realizador em suas demandas frente ao Estado?

Ao discutir a memória da institucionalização do campo arquivístico no Brasil, busca-se compreender que discursos estavam em disputa na configuração desse campo, a partir do ano de 1978, sendo uma realização – e também o esgotamento da agenda – do associativismo instituído através da Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 1971, com a finalidade assumida de estabelecer um modelo nacional de institucionalização da arquivologia (curso universitário) e do arquivista (profissão de quem cursou essa

graduação). A perspectiva de análise aqui é inédita em relação aos estudos anteriores que estão próximos da questão e que são utilizados também como fontes e/ou pressupostos.

Este estudo sobre a trajetória do campo arquivístico insere-se ao campo de pesquisa em Memória Social na medida em que se propõe problematizar o processo social de institucionalização do arquivista e da arquivologia no panorama brasileiro. Sua inserção na linha de pesquisa Memória e Linguagem proporciona o exame de práticas discursivas na construção e na circulação de sentidos e discursos, nesse sentido, a linha favorece a análise de discursos em ação nos embates e nas negociações, a partir das quais projetos e tendências para o campo estão em conflito e são permanentemente atualizados.

O **objetivo geral** desta pesquisa, de acordo com a hipótese acima enunciada, é problematizar a construção dos discursos de memória sobre o processo de institucionalização do campo arquivístico, mostrando como a regulamentação da profissão e sua configuração acadêmico-universitária se relacionam com o associativismo arquivístico no Brasil.

Esse objetivo geral desdobra-se nos seguintes **objetivos específicos**:

- Contextualizar o associativismo profissional dos arquivistas nas condições históricas do Brasil, na década de 1970, para a prática da organização coletiva;
- Analisar como a institucionalização - universitária da arquivologia e profissional do arquivista - é enunciada na divulgação da área na década de 1970;
- Compreender, com base em autores da Análise do Discurso, como se dá a construção de memória sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil por meio da linguagem; e,
- Caracterizar as formações discursivas sobre o campo arquivístico nas quais foram operados os discursos de memória do movimento associativo sobre a institucionalização da arquivologia e do arquivista no Brasil.

A pertinência do tema da memória da institucionalização do campo arquivístico no Brasil prende-se a sua configuração atual em termos de profissão e condição acadêmico-institucional de produção de conhecimento, o que confirma o momento de oportunidade de construção de memória do campo neste contexto contemporâneo. A relevância social da temática tem sido amplificada pelos fenômenos atuais de revisão e sofisticação dos regimes jurídicos e de generalização do acesso à informação, que envolvem o saber e as práticas arquivísticas. A importância deste trabalho para a área da Arquivologia é contribuir para a

compreensão dos desafios do campo arquivístico hoje no Brasil à luz de sua recente trajetória de institucionalização.

Embora enfatize o campo da memória social no âmbito da linguagem, a pesquisa propõe uma abordagem interdisciplinar, reunindo contribuições provenientes de diferentes áreas; tal perspectiva de análise busca enriquecer o conhecimento sobre a temática, contribuindo na interpretação da realidade e da complexidade do campo arquivístico, como evidenciado pelos dados levantados e apresentados em páginas anteriores.

A **abordagem teórico-metodológica** assumida neste trabalho pressupõe a centralidade da memória nas sociedades ocidentais contemporâneas (cf. HARTOG, 2006; HUYSSSEN, 2000; SARLO, 2007; HEYMANN, 2009) e considera os estudos da memória social como um esforço de organizar uma intervenção sobre o modo de constituição simbólica, relacional e discursiva de realidades por meio do Estado, de movimentos sociais e de saberes, institucionais ou não (DODEBEI, 2005; MORAES, 2005).

O interesse atual pela memória seria consequência de ruptura com o passado? Pierre Nora (1993) formulou uma percepção de aceleração da história tornando a memória um tema relevante pela sua falta, essa ausência evidenciada por um passado vazio de calor da tradição, ou desenraizado.

O sentimento contemporâneo seria também de memória esvaída. Haveria uma percepção atual dos fatos históricos através dos meios de comunicação em massa capaz de substituir uma memória integrada pela tradição. A memória teria sido seqüestrada pela história num impulso conquistador que iguala a operação historiográfica à história vivida. Para Nora, a dinâmica organizadora da lembrança sendo inconsciente dela mesma se deslocou para a pesquisa sob o domínio da história, ainda que isso expresse uma construção problemática e incompleta do que já não existe.

A memória indicaria uma espontaneidade atualizadora, toda poderosa, levada por grupos, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, suscetível a longas latências e revitalizações em oposição a uma representação do passado que requer análise e discurso crítico de um profissional. A operação intelectual do historiador desalojaria a sacralidade da lembrança afetiva e mágica dos grupos.

Para Pierre Nora, a problemática da memória na contemporaneidade emerge da tensão entre memória e história. Os lugares de memória, materializados em restos e rituais, surgem e se ancoram no sentimento de que já não existe memória espontânea e, então, é preciso ter arquivos, comemorar aniversários e registrar fatos. De modo complexo permite supor que esses lugares seriam inúteis se a lembrança encerrada neles fosse realmente vivida.

Os lugares de memória significariam meios oficiais e institucionais de pertencimento para além do enfraquecimento dos meios afetivos e sentimentais da lembrança. Esse movimento expressaria a memória apoiada sobre suportes exteriores tangíveis (arquivos, imagens registradas) do que não mais vivemos internamente, e conseqüentemente criaria uma obsessão pelo arquivo decorrente do sentimento de evaporação rápida dos acontecimentos, na medida em que este assume a preocupação de salvaguardar a memória pela sociedade.

Para o historiador francês François Hartog, nós estamos vivendo um novo regime de historicidade, que diz respeito ao modo diferente de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro, com uma forte representação de demanda social por patrimônio e memória. Esse regime atual seria diferente do passado como escola e fonte de experiências para obter êxito e evitar erro, e também do futuro como projeto que anima o presente. Hartog destaca a queda do Muro de Berlim, em 1989, como marco desse emergente modo de organizar as experiências sob o imperativo do presente cada vez mais imediato.

No artigo *Tempo e Patrimônio*, que foi traduzido e publicado em 2006 no Brasil, Hartog caracteriza um tempo presente todo poderoso no qual experimentamos amnésia e vontade de nada esquecer como crise da ordem do tempo. Aponta a fragilidade da percepção naturalizada do tempo na medida em que apenas o transforma em recurso taxionômico para referências passadas sem pensar na realidade de nossa relação com ele. Organiza seus argumentos em torno da seguinte provocação: como abordar este fenômeno de crescimento rápido da evidência de um presente onipotente?

A ordem do tempo problemática e produtora de semióforos nos jogos simbólicos de presença do ausente, posterior às catástrofes mundiais do século XX, tornou o dever de memória no traço contemporâneo da nossa relação com o tempo na qual nos definimos por aquilo que patrimonializamos. Por outro lado a meta de nada esquecer também faz formar arquivos de hoje como se este momento já fosse passado (COLOMBO, 1991).

Para Andreas Huyssen (2000), os anos de 1980 marcaram a emergência da memória como uma preocupação central das sociedades ocidentais, indicando um deslocamento do futuro presente para o passado presente. Trata-se de um processo histórico durante o século XX no qual surge o discurso de memória impulsionado pela midiaticização do Holocausto, na contramão do privilégio que já foi dado ao futuro em projetos nacionais, por exemplo.

De acordo com Huyssen, a sensibilidade sobre a temporalidade das experiências e sua relação com a memória, problematizada pela noção de regime de historicidade de Hartog, envolve ainda a dimensão do espaço, além da ordem do tempo: diásporas e descolonizações fazem do espaço chave fundamental de compreensão.

Para Huyssen, é o debate midiático sobre o Holocausto na década de 1980, na TV, nos eventos comemorativos, nos projetos testemunhais, nas manifestações públicas, na criação de museus, que estabelecerá a ressonância global para o discurso de memória. Por outro lado, podemos considerar que, já na década de 1960, o surgimento dos movimentos sociais no ocidente coincide com a força dos discursos de memória a reboque de empreendimentos alternativos e revisionistas de interpretação do passado.

O processo histórico de globalização dos discursos de memória, dentro dos argumentos de Huyssen, pressupõe a falência da expectativa ocidental de explicar e lidar com alteridades, na medida em que também aprofunda a dimensão localizada das situações de memórias traumáticas, ainda que haja um aspecto totalizante no discurso do Holocausto.

A emergência de um mundo interessado por memória sugere que tudo deve estar arquivado para permitir a apuração de responsabilidades coletivas, além de alimentar a economia simbólica do passado que aciona e mantém a referência nacional como lugar político dos debates. Essas questões têm acirrado conflitos políticos e culturais em países latino-americanos ao revisar o esquecimento sobre violação de direitos humanos e presos políticos desaparecidos.

Nesse contexto, a contemporânea cultura de memória comporta ainda uma complexa representação de amnésia pela crescente disponibilidade de registros, dos recursos de mídia e das tecnologias de informação. As fragmentadas memórias étnicas e de grupos específicos ingressam na esfera pública e se desdobram numa percepção pública de medo do esquecimento. Para Huyssen, essa é uma realidade de crise das nossas experiências ancoradas em referências estáveis de tempo e de espaço vividos.

A repercussão global do Holocausto como dilema moral e trauma histórico impõe à discussão da memória o ingrediente da influência dos múltiplos meios de mídia e tecnologias para a mercadorização da cultura na contemporaneidade. Essas diferentes possibilidades de representação dos eventos e de suas memórias em filmes, documentários e sites de testemunhos indicam uma dinâmica aberta entre realidade e a sua representação, que pode ser construtiva ou não.

Para Mattelart (1994) o estatuto de uma industrialização da cultura, que se difunde na sociedade durante o século XX, caracteriza comportamentos e estilos de vida consumidores de divertimentos *suportados* pela memória e pela informação – uma lógica massificada da cultura pela qual o marketing e a publicidade cimentam uma “vontade geral” que é economicamente explorada. Nesse contexto informação e memória passam a caracterizar uma

ordem de realidade passível de transmissão, usos e reutilizações, além de novos desdobramentos nas articulações entre economia, tecnologia e informação.

Desse modo, a noção de memória-informação encontra-se alinhada com a identificação de um plano discursivo, forjado historicamente, capaz de mobilizar um domínio com o funcionamento de contingências e de convergências, objetivando organizar, processar e distribuir informação,

[...] constituiria uma intervenção na ordem da cultura, do conhecimento, da linguagem, mas também nos negócios e nas atividades produtivas; nela aconteceriam tanto interações mediadas pela linguagem e outros processos simbólicos, quanto processos que envolvem a constituição e circulação de valores econômicos (GONZALEZ DE GOMEZ, 2006, p. 45).

O modo como memórias locais, geracionais e nacionais são elaboradas e representadas na contemporaneidade tem caracterizado uma cultura de memória cada vez mais mediada pelas tecnologias digitais, sobretudo, associada a “processos de democratização e lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil.” (HUYSSSEN, 2000, p. 34)

A memória social, de acordo com Gondar (2005), configuraria um território conceitual desafiador. A autora apresenta proposições sobre os estudos dessa temática: cruzamentos de diferentes saberes e domínios separados, a partir de problemas de pesquisa; implicações éticas e políticas de uma constitutiva parcialidade; dimensão processual e de construção social, historicamente situada.

Ao tratar da diversidade no acionamento de tradições teóricas para a pesquisa em memória social, Abreu (2005) sugere alguns parâmetros que norteiem essas hibridações, tais como a articulação consistente entre questão, referenciais teóricos e objeto de estudo; contextualização sócio-histórica dos autores e suas obras; e o reconhecimento da importância dos autores dentro de sua escola de pensamento. Enfatiza a trajetória de pesquisa em memória social como uma vertente sociológica de pensamento, com o intuito de qualificar a diferença entre estudos biológicos da memória, e um estudo da memória como fenômeno social. Essas são as referências teórico-conceituais do campo da memória com as quais abordamos o processo histórico de institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

Nesta perspectiva, apontam-se os processos de reprodução de identidades embebidos de embates entre memórias e projetos. A partir dos caminhos apontados por Oliveira e Orrico (2005, 2006), aqui se aborda um objeto de pesquisa que tem a produção discursiva do associativismo arquivístico no Brasil na década de 1970 como evidência e constituinte da

memória, construída nas dinâmicas de reprodução e desenvolvimento de um determinado grupo.

As autoras indicam as contribuições introduzidas por Bakhtin e privilegiam uma ideia do discursivo como possibilidade de abordar ideologias e representações sociais em uma realidade construída e reconstruída permanentemente. Caracterizam, além disso, que o sujeito não é considerado como aquele que domina a produção de seu discurso, mas apenas aquele que se responsabiliza por agenciar, em seu discurso, os elementos disponíveis em uma determinada formação discursiva, ou seja, tudo que pode ser dito ou deve ser dito (sob qualquer forma) a partir de uma posição dada em uma determinada conjuntura (OLIVEIRA; ORRICO, 2005).

Essa esfera nos leva à noção de campo. Tal noção, com base na proposta de Bourdieu (1983; 2004), se inscreve num modo de construir objetos de pesquisa pensando o mundo social relacionamente, assim, sem isolar uma suposta substância a ser investigada. É propor uma compreensão sobre as relações de força entre as posições sociais para além de um agente ou uma instituição apenas.

A categoria campo arquivístico problematizaria as próprias aparências socialmente constituídas de profissão e de disciplina acadêmica, ancoradas na possibilidade ocupacional em torno da organização e da disponibilização de acervos arquivísticos. O conceito de associativismo é utilizado para explicar como as instituições representam uma solidariedade ou ação coletiva quando os indivíduos compartilham categorias de pensamento.

No livro *O poder simbólico*, Pierre Bourdieu destaca o efeito de um poder invisível que é exercido com a cumplicidade de quem não quer saber que está sujeito ou o está exercendo. O poder simbólico é o poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem no sentido imediato do mundo (BOURDIEU, 2004).

Nessa dimensão de ênfase no simbólico, uma das principais noções caracterizadas é a de campo como um esquema conceitual do modo relacional de construir objetos de pesquisa. Este autor caracterizou a ideia de campo como uma configuração de forças em disputa pelo que é considerado de valor nesse espaço de conflito e concorrência entre participantes, indicando um espaço simbólico em que agentes lutam para determinar, validar e legitimar representações.

Ao considerar o campo arquivístico como espaço social de relações de reprodução da preocupação com os arquivos, discute-se o reconhecimento oficial da profissão de arquivista no Brasil, fato estabelecido por lei federal e por decreto presidencial em 1978, o que evidencia a inclusão no corpo de questões sociais entendidas por legítimas, públicas e garantidas pelo

Estado naquele momento. Essa construção é produto do trabalho social e da representação de um grupo.

Ao optarmos pela expressão campo arquivístico, buscamos apreender suas três dimensões, considerando ainda que estão em destaque nesta pesquisa a segunda e a terceira.

I – ARQUIVO (objeto)

As instituições arquivísticas

Os serviços de arquivo

Os acervos arquivísticos

II – ARQUIVOLOGIA (saber)

Os cursos de graduação e pós

A produção de conhecimento

A rede de pesquisadores

III – ARQUIVISTA (especialista)

O corporativismo

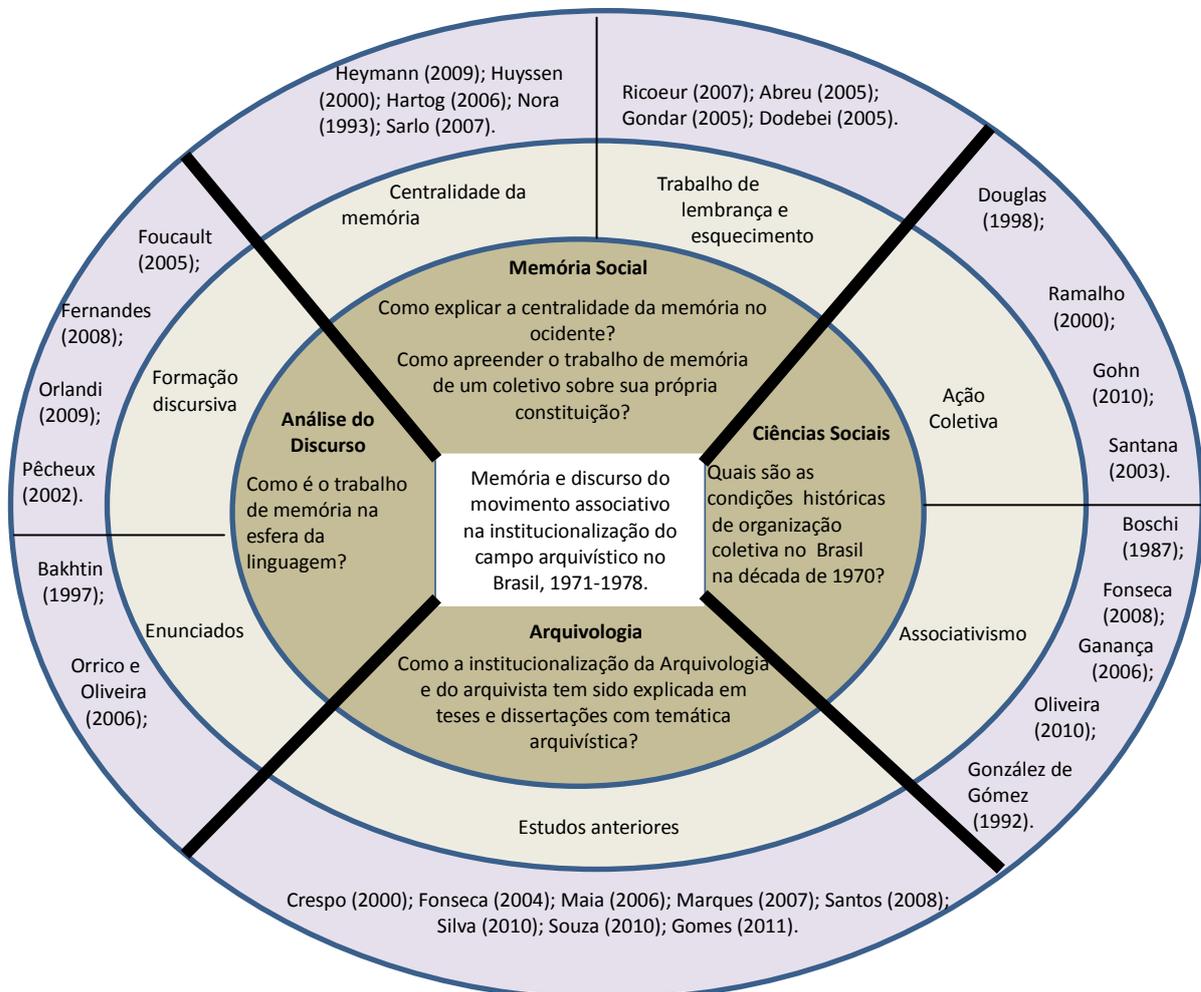
O mercado de trabalho

A regulamentação da profissão

Desse modo, entendemos que campo arquivístico expressa melhor o interesse de trabalhar de maneira relacional com a institucionalização da Arquivologia na universidade e a regulamentação da profissão de arquivista no contexto brasileiro.

Na intenção de esquematizar o plano teórico da pesquisa, a figura a seguir é uma tentativa de ilustrar e sistematizar o núcleo temático que orienta esta investigação, envolvido por círculos mais amplos com o bloco de questões com as quais dialoga, em quatro campos de estudo, os assuntos postos em evidência nessas interlocuções, bem como os autores selecionados.

Figura 1 - Esquema teórico da tese



Fonte: O autor.

Quanto à **metodologia**, esta pesquisa caracteriza-se como social de cunho qualitativo. As informações quantitativas são analisadas com base nos objetivos apresentados. Os procedimentos metodológicos estão apoiados, fundamentalmente, na revisão de literatura sobre as temáticas envolvidas e na análise de documentos.

Diante dos objetivos formulados, este trabalho desenvolve-se nas seguintes etapas:

a) levantamento bibliográfico: **a.1)** sobre a importância da memória no ocidente, a fim de mapear os principais autores que demarcaram a sua centralidade; **a.2)** sobre o trabalho de memória na esfera da linguagem; **a.3)** sobre a ação coletiva e suas condições de possibilidade no Brasil na década de 1970, identificando estudos que contemplem o fenômeno associativo, em especial a organização coletiva no país daquele período.

b) Mapeamento das dissertações e teses com temáticas arquivísticas produzidas nos programas de pós-graduação, etapa realizada a partir do banco de teses da Capes para identificar os trabalhos que abordam a institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

c) Pesquisa na Revista Arquivo & Administração, a fim de identificar os discursos sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil;

Além desta introdução, que contextualiza o tema, justifica a relevância desta investigação, caracteriza os objetivos do doutorado e anuncia as opções teórico-metodológicas assumidas, a presente Tese de Doutorado se estrutura em capítulos apresentados a seguir.

O capítulo dois, A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO EXPRESSÃO DE AÇÃO COLETIVA, é a caracterização conceitual sobre organização coletiva, indicando o panorama relativo ao fenômeno associativo no Brasil, em especial, o caso dos arquivistas. Apresentam-se diferentes posições teóricas sobre o problema de como se alcançar a ação coletiva, considerando as condições históricas de restrição e possibilidade para a organização de associações no Brasil da década de 1970.

O capítulo três, ESTADO DA ARTE NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL, identifica estudos anteriores com discursos explicativos sobre a trajetória de constituição do campo da Arquivologia e do profissional arquivista no Brasil, em dissertações e teses que tangenciam essa temática, ainda que não seja esse o objeto específico delas.

O capítulo quatro, A LINGUAGEM COMO INSTÂNCIA PARA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS, reúne explicações sobre a linguagem como instância privilegiada para compreendermos fenômenos sociais de lembrança e esquecimento, a partir de argumentos de autoridade e dos conceitos da Análise do Discurso francesa, representados no Brasil por Eni Orlandi e dos estudos da linguagem, na perspectiva de Mikhail Bakhtin, que traduzem o impacto da linha de pesquisa Memória e Linguagem sobre o enquadramento teórico do objeto da pesquisa. Este capítulo inclui também o tópico sobre discursos de memória do associativismo arquivístico, expondo a seleção de enunciações significativas pelo critério de serem trabalho de memória sobre o processo de institucionalização do campo arquivístico nos editoriais da revista da Associação do Arquivistas Brasileiros entre 1972 e 1978.

O capítulo 5, O PROJETO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS PARA O CAMPO, apresenta a análise do discurso do associativismo arquivístico sobre a institucionalização das esferas acadêmico-universitária do saber arquivístico e sua reserva de mercado profissional.

Por fim, encontram-se as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa.

2 A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO AÇÃO COLETIVA

Os anos de 1970 no Brasil, em pleno regime político autoritário, foram marcados por amplo desenvolvimento econômico, mas também por problemas tanto na trajetória profissional dos trabalhadores quanto na sua atuação política, na medida em que essas duas frentes de atuação compartilhavam reivindicações, quase sempre mal recebidas pelo regime militar. Com base em revisão de literatura, interpreta-se o processo histórico que fomentou complexa formação de identidades, sociabilidades e de redes de solidariedade nos mecanismos de coesão social do movimento de arquivistas.

O objetivo deste capítulo é caracterizar, a partir dos autores que estudam o associativismo brasileiro, as condições de possibilidade para a organização coletiva dos arquivistas na década de 1970. Toma-se aqui o conceito de Norberto Bobbio para quem as associações são:

Uma entidade organizada de indivíduos colegiados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamentos oficialmente aprovados. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2002¹ apud FONSECA, 2008, p. 15).

Este capítulo apresenta as concepções teóricas sobre o associativismo, mais diretamente sobre o panorama relativo ao fenômeno associativo brasileiro e, em especial, sobre o modo como se desenvolveu o associativismo arquivístico no Brasil da década de 1970.

2.1 O que é associativismo

Alexis de Tocqueville foi o pensador pioneiro na compreensão do associativismo para fortalecimento da democracia. Na publicação *Democracia na América*, de 1835, esse autor caracteriza a sociedade norte-americana de sua época, enfatizando sua organização por meio de associações civis. Tocqueville interpretou esse traço da sociedade civil norte-americana como a arte da associação. A teoria política de Tocqueville pressupõe uma perspectiva histórica de evolução das sociedades ocidentais na direção da maior igualdade.

¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Coord.). *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2 v.

A democracia como processo no qual a igualdade se afirma, segundo Tocqueville, comporta também os riscos da tirania da maioria na medida em que há diminuição da participação política das pessoas. Desse modo, a igualdade de condições provocaria uma visão de maiores benefícios na esfera privada em relação com a esfera pública.

Segundo Tocqueville² (1998, p. 391-2 apud GANANÇA, 2006, p. 17),

[...] americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais todos tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito particulares, imensas e muito pequenas; os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edificar igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas; assim também, criam hospitais, prisões, escolas [...] Assim, o país mais democrático da terra verifica-se ser aquele onde os homens mais aperfeiçoaram hoje em dia a arte de procurar em comum o objeto dos seus comuns desejos e aplicaram ao maior número de objetos essa ciência nova.

Nota-se que Tocqueville apresenta o fenômeno associativo nos Estados Unidos como o agrupamento de pessoas sob um interesse comum a partir de uma sociabilidade formal e institucionalizada com algum poder político, ou seja, enfatiza a prática de colaboração e solidariedade.

Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência mãe; o progresso de todas as outras depende dos progressos daquela. Entre as leis que regem as sociedades humanas, existe uma que parece mais precisa e mais clara que todas as outras. Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na mesma medida em que cresce a igualdade de condições (TOCQUEVILLE, 1998, p. 394 apud GANANÇA, 2006, p. 18).

Essa interpretação confere um papel fundamental ao associativismo para viabilizar um regime democrático. Seguindo essa linha de pensamento, em 2008, Vitor Manoel Marques da Fonseca defendeu tese de doutorado em História na Universidade Federal Fluminense sobre as características e as finalidades do associativismo, com base nas associações com personalidade jurídica no Rio de Janeiro entre 1903 e 1916. Para ele, essas entidades têm como finalidade solucionar problemas bem concretos da população.

Nesse sentido, o associativismo será um dos mecanismos utilizados pelos indivíduos para realização de uma cidadania mais ampla. Reunidos em torno

² TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

dos mesmos interesses, por meio das associações, congregam seus esforços, dão visibilidade à sua luta, configuram interlocutores mais fortes no debate com o restante da sociedade e com o Estado, ampliando as possibilidades de mudança da realidade social como um todo. (FONSECA, 2008, p. 203)

Ao identificar a trajetória do associativismo inglês, norte-americano e francês, Fonseca assinala que, na Inglaterra, as associações teriam entrado em crise no final do século XIX, na medida em que se difundiu a ideia de que o Estado deve prover as bases sociais do bem-estar dos cidadãos. Com base nos estudos de Alexis de Tocqueville, apresenta os mecanismos norte-americanos de ação coletiva como único meio de agir, combinando individualismo e bem comum. No caso da França, ressalta o entendimento de que o associativismo é a condição fundamental da mediação de grupos secundários na relação entre Estado e cidadão.

Ainda segundo Fonseca (2008), as associações recorrem a diferentes formas de divulgação. As publicações podem ter o formato de folhetos, revistas, informes, relatórios e boletins.

Independentemente do conteúdo, das tiragens, da distribuição, da periodicidade e da perenidade ou não das publicações [...] as associações viam os veículos impressos como meios eficientes de atingir seus associados, a sociedade e o Estado, ainda que, na prática, as dificuldades financeiras restringissem fortemente a possibilidade de publicarem. (FONSECA, 2008, p. 198)

No capítulo quatro pretendemos explorar como tais publicações das associações são fontes privilegiadas que retroalimentam a sua própria constituição. Pode-se depreender de Fonseca (2008) que existem várias visões teóricas sobre o papel do associativismo, frequentemente, vinculadas a uma teoria sobre o convívio democrático. Numa compreensão democrática liberal, a ampla participação política deve dar lugar ao associativismo com a função de manter a estabilidade do sistema político por meio da agregação e expressão de interesses individuais na esfera pública.

Na relação com o Estado brasileiro, as associações representam a sociedade civil organizada a partir de marcos legais construídos ao longo de regimes políticos durante o século XX até a Constituição de 1988.

O mapeamento e a classificação do associativismo no país realizado por Ganança (2006) revela uma infra-estrutura organizacional a partir de dados estatísticos, pelo critério da figura associativa definida no Código Civil e na Lei de Registros Públicos como uma pessoa jurídica de direito privado, institucionalizada, devidamente registrada nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, constituídas livremente pela união de pessoas em torno de uma

finalidade não econômica ou não lucrativa. Os dados dessa pesquisa revelam aproximadamente 276 mil associações civis no país em 2002. Dez anos depois, em abril de 2012, observando a última pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE constata-se um número de 338 mil associações civis, um aumento de 22,4%.

Ganança (2006) já apontava que o crescimento do número de associações civis no país estaria associado aos seguintes fatores: ao processo de abertura política, pelos incentivos estatais direcionados para as associações civis (agricultura, organizações indígenas), pela formalização de grupos populares ou de trabalhadores para o acesso a certos benefícios, pelos conselhos setoriais de políticas públicas dentro do Estado e por alternativa de organização flexível do trabalho frente ao desemprego.

Embora o tema da organização da sociedade civil por meio do associativismo venha sendo debatido em diversas áreas das ciências humanas e sociais, concordamos com Gohn (2010) quando afirma que esse tema precisa ser contextualizado no tempo e no espaço em que sociedade civil e Estado estão em relação.

2.2 Associações no Brasil na década de 1970

De acordo com Oliveira (2010) o impacto do associativismo no Brasil da década de 1970 tem sido interpretado pelos extremos: de um lado, há quem negue a sua efetividade supondo um processo de transição operado por grupos dominantes sobre o fim do regime autoritário; por outro, há os que reconhecem a força da mobilização popular por intermédio dos próprios instrumentos de organização social instituídos por governos populistas, sobretudo, anteriores ao regime militar.

Na proposta de Ramalho (2000), a interpretação desse processo histórico demanda também uma discussão que articule a formação da identidade, e de redes de sociabilidade, para além da preocupação com as contradições entre as "leis do mercado" e os mecanismos de "coesão social" no movimento dos trabalhadores.

Para Ganança (2006), o fenômeno da ação coletiva institucionalizada no Brasil revela a influência do Estado, exercida por meio do marco legal aplicável a associações civis, na formatação, na burocratização e no incentivo desse tipo de ação coletiva.

Os anos de 1970, dentro do regime político autoritário no Brasil, foi um período de evidente perseguição oficial aos ativistas políticos no país. Apesar das condições diferenciadas nas quais as categorias profissionais experimentaram o "arrocho salarial", esse

foi o terreno no qual trabalhadores foram mobilizados em torno de campanhas salariais, luta pelo retorno da democracia no país e recusa da tutela do Estado na negociação com o empregador. Os anos 70 seriam um cenário de atuação sindical com diretrizes radicais discursadas pelas diferentes categorias (SANTANA, 2003).

Para Santana (1999, p. 104) o movimento dos trabalhadores experimentou uma supressão do espaço de ação depois do golpe militar de 1964, restringindo-se ao interior das fábricas. Esse quadro se reverteria dez anos mais tarde, na medida em que “a reemergência do movimento dos trabalhadores estremeceu os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo articulados sem levá-lo em consideração”.

De maneira ampla e panorâmica, alterou-se o quadro de coletividades excluídas da esfera política, ao mesmo tempo em que emerge o movimento dos trabalhadores bem como a criação de associações de profissionais de classe média exercendo o papel de ator político nos anos 70. Houve uma reconfiguração nos padrões de controle do Estado sobre a atividade sindical combinada com a busca de alternativas para a organização coletiva por meio das associações. Ou seja, alguns coletivos profissionais buscaram a organização da categoria fora do sistema sindical e esse foi caminho tomado pelos profissionais de arquivo ao criarem a Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971.

Nessa direção impõe-se a seguinte questão: quais são os principais traços dessa condição histórica dos anos 70 de repressão política e ação coletiva no país? O associativismo não parece ter sido possibilidade de convívio democrático. Com base em Ganança (2006), afirmamos que as características do universo associativo no Brasil revelam limitações para a construção de uma realidade democrática e participativa no país.

Embora tal afirmação vá de encontro ao que diferentes perspectivas teóricas afirmam sobre o papel do associativismo, já que defendem ser recorrente vinculá-lo à participação democrática orientada por princípios ético-políticos pactuados e coletivamente compartilhados, compreendemos que o fenômeno associativo brasileiro sugere uma diversidade nas características democratizantes e participativas, expressando a complexidade política e cultural daquele contexto histórico.

No livro *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*, Wanderley Guilherme dos Santos (1979) desenvolveu o conceito de **cidadania regulada** que dá conta dos parâmetros no interior dos quais define o horizonte de exercício da cidadania no Brasil dos anos 1970: a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato. Os direitos dos cidadãos são em decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação do Estado. Para esse autor as bases do conceito de cidadania regulada

[...] encontram-se não em código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido como norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em leis. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei (SANTOS, 1979, p. 75).

No livro *A arte da associação*, Boschi (1987) aborda o fenômeno associativo sob condições políticas repressivas no Brasil, enfatizando as formas urbanas de mobilização na década de 1970. Reconhece nesse contexto a presença de elementos de instabilidade suficientes tanto para aprofundamento do autoritarismo quanto para democratização no país. Do ponto de vista da mobilização estaria havendo uma inédita generalização de coletividades emergentes em torno de valores democráticos. Constata dois aspectos em paralelo de uma agenda democrática: primeiro, a abertura “gradual” das instituições políticas, segundo, o modo como o convívio democrático era reinventado no interior de coletividades que buscavam alternativas para se contrapor ao autoritarismo. Tanto Santos (1979), na perspectiva da cidadania embutida no exercício de uma profissão regulamentada pelo Estado, quanto Boschi (1987), delineando o fenômeno associativo no Brasil nos anos 70, auxiliam na compreensão do contexto histórico em que se dá a institucionalização do campo arquivístico no país.

Nessa direção, como funcionava esse processo de mobilização na organização e na representação de interesses dos diferentes segmentos sociais? Ao acompanhar a dinâmica dos movimentos de base em diferentes cidades Boschi (1987) observa uma práxis cotidiana de apropriação de mecanismos institucionais na relação com o Estado, mas, também, nota uma rejeição às formas sindicais tradicionais de atuação política. Uma tensão que envolvia como manter autonomia da mobilização sem abrir mão dos êxitos que resultam do envolvimento na lógica do Estado.

O que haveria de novidade nas formas de intervenção do Estado e nos esforços de construção de solidariedade e criação de identidades no Brasil da década de 1970? O processo de redemocratização em questão tem sido cada vez mais problematizado numa abordagem interativa entre os estudos sobre política brasileira que tendem a enfatizar de modo unilateral

o Estado, de cima para baixo, pelo viés de mudanças institucionais cuidadosamente geridas, e as análises do impacto político das iniciativas de organizações coletivas e da dinâmica dos movimentos sociais sobre a ordem política, de baixo para cima.

Ao se contextualizar as interpretações sobre o papel das associações e como “as novas identidades coletivas terminam por expressar novos alinhamentos sociais e as pressões para a incorporação de núcleos de interesse até então excluídos” (BOSCHI, 1987, p.24), deve-se considerar a inovação na autonomia dessas práticas coletivas e, ainda, o quanto reproduzem normas e valores dominantes por intermédio da mediação institucional de que fazem parte.

As associações como estilo de atuação política não ultrapassam as dimensões coercitiva e institucional envolvidas também na ação coletiva, no entanto, enfatizam ser uma busca por soluções autônomas para afirmar identidades coletivas às vezes ainda não consideradas legítimas, negam ser uma tentativa de tomada do aparelho de Estado. Frequentemente estão inscritas numa constatação de crise do sistema partidário como locus principal de participação política.

Embora exista um componente emancipatório nessa possibilidade de fazer emergir novas identidades coletivas, isto não significa que, uma vez constituídas, as novas coletividades não impliquem tendências opressivas, tanto para seus membros como para os que estão fora (ou assim querem permanecer) (BOSCHI, 1987, p. 31).

Para analisar uma ação coletiva o desafio é compreender o nível de sua institucionalização em relação à base social de problemas que lhe oferece contexto, as instituições podem ser instrumentos que tornam obscuras as regras do jogo que sancionam relações de poder, tornando assim relevante entender as condições de emergência dos movimentos sociais.

A ideia de que os movimentos sociais são o surgimento de identidades coletivas em resposta ao descrédito nos arranjos institucionais vigentes para o exercício da política indica que os mesmos funcionariam como meio de escape dos interesses de minorias ou marginalizados da sociedade. No caso do associativismo arquivístico no Brasil na década de 1970, conforme Gómes (2011) revela-se um processo de organização coletiva interessada em demandar os arranjos institucionais do Estado para essa profissão.

No contexto autoritário, e em transição, como se pode caracterizar o Brasil daquela década, cabe afirmar, genericamente, que houve liberdade de associação e os movimentos atuaram contra a centralização do processo de decisão, as mobilizações se tornaram meios de expressão coletiva para concretizar metas políticas na relação com o Estado.

Nesse período, o fenômeno da ação coletiva nas regiões metropolitanas brasileiras, envolvendo “classes populares”, é um universo representativo de emergência de novos atores políticos e de um padrão de participação popular dentro do contexto de repressão política. Na década de 1970 ganham força as manifestações coletivas por intermédio de associações comunitárias como instrumentos de expressão de protestos e demandas na esfera pública. Mas como compreender os efeitos político-institucionais desse tipo de ação coletiva?

De maneira geral a organização coletiva naquele período no Brasil resulta da relação com o Estado, buscando abrir espaços para representar interesses então excluídos da arena política. Nesse sentido a associação significa um estágio no processo de mobilização e pode-se dizer que o associativismo dos profissionais de arquivo é espécie de representação do grupo para a formulação da demanda por organizar a formação profissional e regulamentar a profissão em torno dos arquivos no Brasil frente ao Estado e a sociedade.

As associações encontraram dificuldades para manter níveis altos de participação regular na medida em que “o contato com o Estado leva à expansão do movimento e eventualmente impede alguns de seus desdobramentos, numa lógica de ação controlada pelo alto (BOSCHI, 1987, p. 57).

A análise dos processos históricos e sociais que presidem a organização e o funcionamento de instâncias coletivas de ação no Brasil da década de 1970 revela ainda a importância da expansão de profissões técnicas assalariadas no período e seu papel enquanto ator coletivo. Boschi (1987) observou um crescimento de 80% nas ocupações burocráticas e técnico-científicas entre 1970 e 1980.

O Rio de Janeiro se apresenta como uma significativa experiência dentro do processo de constituição de associações no Brasil, desde as organizações de assistência mutualista ainda no século XIX. Na década de 1970 houve um fenômeno de mobilização envolvendo a criação de associações em bairros de classe média mais voltadas para o controle de políticas públicas do que estabelecimento de demandas. Para Boschi (1987, p. 67):

O movimento associativo urbano nos anos 70 e 80 caracterizou-se, desde o início, não só pela oposição ao regime (embora os objetivos declarados das associações tendessem a omitir o fato), mas também, através de um forte apelo à identificação com a comunidade local, pela presunção política de tornar possível um espaço institucional alternativo tanto para acesso ao Estado como para a concretização dos princípios democráticos.

As evidentes restrições à livre associação dentro de um regime de exceção conviveram com a capacidade de organização de grupos sociais em meio à repressão, em especial, o caso

dos moradores de favela, que se associaram cada vez mais para defender interesses locais fundamentais. Esse associativismo comunitário parece ter sido percebido como meio de encaminhar necessidades cotidianas mais imediatas, articulando também a possibilidade de convívio democrático e a afirmação de identidades, não como expressão direta de oposição ao regime.

Nos vários tipos de associativismo, de defesa e promoção de direitos, para a organização do trabalho e o desenvolvimento de atividades produtivas, a ação coletiva institucionalizada no país pode ser observada na efetividade de direitos civis, políticos e sociais ao se notar a expressão de diversos grupos sociais na esfera pública.

Os debates teóricos sobre a ação coletiva revelam uma representação comum presente na identificação da liberdade com práticas não-institucionalizadas, ao passo que se vincula o âmbito institucional à repressão. Consequentemente esse é um enquadramento do qual escapa o questionamento sobre o quanto a institucionalização de coletividades são, ao mesmo tempo, instrumento de mudanças sociais e estruturas que sancionam uma ordem estabelecida.

Os sujeitos coletivos desclassificados no quadro regulado de acesso ao Estado por intermédio dos partidos políticos e dos sindicatos, na opinião de Boschi (1987), reivindicam ser arranjos coletivos de componente emancipatório sem as limitações daqueles sistemas partidários e sindicais. A ação coletiva envolve o processo de expansão do Estado e a constituição de diferentes formas de expressão política da sociedade civil. Esse autor defende que não se reduza “a ação coletiva ao contexto de interesses e à obtenção de benefícios concretos, desconsiderando a solidariedade e os estímulos afetivos como argamassa das relações sociais” (BOSCHI, 1987, p. 18).

2.3 Entendendo ação coletiva

A construção da realidade objetiva através das experiências coletivas revela um lugar fundamental para a coletividade, colocando em questão a emergência da própria ordem social.

No livro *Como as instituições pensam* Mary Douglas (1998) expõe a força modeladora das instituições sociais na ação coletiva. Os conceitos de controle social da cognição e o sistema cognitivo suprapessoal, formulados a partir de Emile Durkheim e Ludwick Flek, são utilizados para explicar como as instituições representam uma solidariedade ou ação coletiva quando os indivíduos compartilham categorias de pensamento.

Nesse livro, Mary Douglas decide enfrentar uma “atual visão não-sociológica da cognição humana” analisando as instituições na contramão de um comportamento racional e

de soberania do indivíduo. A autora compara o relacionamento entre as mentes e as instituições em diferentes comunidades e identifica a base compartilhada do conhecimento e dos padrões morais, problematizando em que ponto o pensamento depende das instituições.

Ao discutir a natureza do laço social, mobiliza a compreensão de Emile Durkheim a respeito do conflito entre o indivíduo e a sociedade: as classificações, as construções lógicas e as metáforas do pensamento individual são de origem social. Também reconhece que essa ênfase no papel da sociedade na organização do pensamento empobreceu a esfera do indivíduo.

A orientação cognitiva das categorias de tempo, espaço e causalidade possuiria uma origem social, de acordo Durkheim. Por conseguinte, os “problemas de legitimidade são resolvidos porque os indivíduos carregam a ordem social no seu íntimo onde quer que vão, projetando-a na natureza” (DOUGLAS, 1998, p. 24). Haveria uma espécie de mente grupal, “misteriosa e supra-orgânica”.

Douglas apresenta as posições de Fleck sugerindo o pensamento coletivo como uma mente individual em larga escala na qual um grupo social pode pensar ou sentir. Nessa perspectiva “a sociedade constitui um todo orgânico, com vida própria, distinta e superior à vida de todos seus membros em suas relações mútuas” (RAWLS, 1971³ apud DOUGLAS, 1998, p. 26).

A autora acredita que a argumentação de Durkheim e Fleck auxiliaria na resposta à crítica funcionalista e à crítica da escolha racional porque, no fundo, desenvolve uma dupla visão do comportamento social: cognitiva e transacional.

A análise da ação coletiva deveria considerar os argumentos da escolha racional ou a cognição na formação do laço social e, também, a influência exercida pelos grupos sobre o pensamento de seus membros. Esse regime de confiança da ordem social envolveria aspectos contraditórios de justiça e moral e, no caso da pequena escala, “o indivíduo não tem muito a ganhar ou a perder permanecendo com o grupo, sua lealdade muda facilmente e ele resiste prontamente a qualquer tentativa de coerção, ameaçando cindir-se”(DOUGLAS, 1998, p. 37).

Ao pensar na sobrevivência de grupos, a autora pressupõe que os sistemas de conhecimento são processos coletivos na comunidade, mas se questiona sobre como nascem os sistemas de conhecimento. Parece assumir que a ação coletiva depende do complexo entrelaçamento das múltiplas trocas recíprocas, diretas e indiretas, mas não adere à teoria da escolha racional nem ao determinismo sociológico, considerando que

³ RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

Dada a pobreza das explicações alternativas, cabe-nos procurar mais cuidadosamente uma forma de argumentação funcionalista que evite tais armadilhas e, ainda assim, satisfaça as necessidades do conceito de Durkheim e de Fleck relativo a um grupo social que gera a sua própria visão de mundo, desenvolvendo um estilo de pensamento que sustente o padrão de interação. (DOUGLAS, 1998, p. 43)

A questão segue sendo o problema de como se alcançar a ação coletiva. “Em vez de recorrer às crenças para explicar a coesão da sociedade, usamos a sociedade para explicar as crenças” (DOUGLAS, 1998, p. 52).

Ao reverter a argumentação de consequencialidade formulada por Olson, a participação na construção do estilo de pensamento escamoteia, para cada membro do universo de pensamentos, a consequencialidade de suas próprias pequenas ações. Cada um deles acusará seu vizinho de traição sem desconfiar que um padrão de crença, comumente compartilhado, se fortalece com isso. (DOUGLAS, 1998, p. 53)

Desse modo, o grupo seria coletivamente construído e o estilo de pensamento compartilhado promove a manutenção do sistema, assim, o grupo social porta um estilo de pensamento. “Na visão de Durkheim, a base coletiva do conhecimento é a questão com a qual se deve lidar em primeiro lugar”(DOUGLAS, 1998, p. 57).

A autora problematiza os fundamentos de um pensamento institucional, sobretudo, o quanto as instituições conferem identidade, lembram-se e esquecem, operam classificações e tomam decisões. Tal compreensão nos ajuda a apreender um trabalho de memória sobre a institucionalização do campo arquivístico que foi realizado pelo associativismo arquivístico em seu discurso, e a apontar para uma memória enunciada que é um sistema de armazenamento de origem social.

Essa memória estaria apoiada pelas estruturas institucionais causando efeito sobre a cognição, uma vez que o indivíduo é um ser social sob influências sociais que o controlam seletiva, cognitiva e emocionalmente. Com base em Michael Foucault, é possível demonstrar as instituições acima do pensamento individual com força de aprisionar corpos e mentes a suas convenções. As instituições dirigiriam a memória individual e as percepções com capacidade de fixar práticas e ocultar as influências exercidas sobre as emoções.

O grande triunfo do pensamento institucional é tornar as instituições completamente invisíveis. Quando os grandes pensadores de uma determinada época concordam que os dias atuais não se assemelham a nenhum outro período e que um grande abismo nos separa do nosso passado,

temos um primeiro vislumbre de uma classificação compartilhada. (DOUGLAS, 1998, p. 117).

Douglas ilustra a efetividade do domínio institucional com base nos padrões de informação e sua eficiência como meio de comunicação. Os membros compartilham um conjunto de analogias por intermédio das quais exploram o mundo e reconhecem naturalidade e razoabilidade numa realidade instituída.

Assim qualquer instituição começa a controlar a memória de seus membros; ela os leva a esquecer experiências incomparáveis com aquela imagem de correção que eles têm de si mesmos e traz para suas mentes acontecimentos que apóiam uma visão da natureza que lhe é complementar. A instituição propicia as categorias dos pensamentos de seus membros, estabelece os termos para o auto-conhecimento e fixa as identidades. (DOUGLAS, 1998, p. 132).

A argumentação caminha para uma discussão sobre não haver outro meio para tomada de grandes decisões que não seja na esfera das instituições. Ao avançar nessa proposta de trabalho, assumimos a noção de ação coletiva para caracterizar a rede de pessoas em torno da preocupação com os arquivos no Brasil, que foi capaz de configurar a sua relevância, bem como desenvolver um modelo de solução para essa questão no Brasil na década de 1970. Entende-se que os atores sociais do associativismo arquivístico configuraram uma rede de relações humanas como funções interdependentes resultantes de um fluxo contínuo de associação entre pessoas interessadas na temática relativa aos arquivos naquele período.

A partir de Norbert Elias (1994; 2008; 2011) podemos caracterizar a atuação coletiva desses grupos ou movimentos que defendem interesses comuns como redes sociais na medida em que estão associadas a ações de mobilização e realização coletiva.

Quadro 1 - Síntese das referências conceituais sobre organização coletiva

DEFINIÇÕES	AUTORES	IDEIA PRINCIPAL	CONTRIBUIÇÃO
<i>Associativismo</i>	Fonseca (2008); Ganança (2006)	O fenômeno associativo representa o agrupamento de pessoas que compartilham interesses.	Compreensão do modelo de organização coletiva escolhido pela rede de pessoas interessadas nos arquivos no Brasil na década de 1970.
<i>Associativismo brasileiro</i>	Boschi (1987); Oliveira (2010); Santana (1999);	No Brasil, na década de 1970, além do surgimento do associativismo comunitário, ocorreu a expansão das profissões técnicas assalariadas bem como sua organização	Compreensão das condições históricas para a organização de uma associação de arquivistas no país naquele momento.

	2003)	como ator coletivo por intermédio de associações profissionais.	
<i>Ação coletiva</i>	Douglas (1998); Elias (1994; 2008; 2011)	As instituições são um meio de realização da ação coletiva na medida em que pessoas compartilham categorias de pensamento.	Problematização da dinâmica e das motivações dos participantes da organização associativa dos arquivistas.

Fonte: O autor⁴.

2.4 Atuação do governo brasileiro na área dos arquivos na década de 1970

Nos anos 1970, para além da repressão e da censura, os governos militares buscaram o apoio da sociedade. Na área da política cultural houve, por exemplo, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, com o objetivo de mapear a diversidade cultural do Brasil. Um de seus programas foi o levantamento da documentação sobre o país, vertente que privilegiou a indexação e a microfilmagem de documentos para serem utilizados na demarcação de terras indígenas, em depósito no Museu do Índio (OLIVEIRA, 2008). O CNRC congregou setores do governo sob a direção de Aloísio Magalhães, ligado originalmente ao Ministério da Indústria e do Comércio.

De acordo com Ortiz (1985) é da ideia de patrimônio que resulta a aproximação entre as políticas culturais e os arquivos durante os anos 1970 no Brasil. A cultura é patrimônio, devendo ser preservada. A compreensão diz respeito à objetividade dessa cultura que se traduz pelo acervo documental legado, presente nos arquivos e nos museus. O objetivo é “conservar o acervo constituído e manter viva a memória nacional, assegurando a perenidade da cultura brasileira” (ORTIZ, 1985, p. 97).

Na interpretação de Moreira (1990), a partir do final da década de 1960, acentuou-se a distância entre os novos interesses da pesquisa histórica brasileira, mais direcionada para o período republicano, e as condições oferecidas pelas principais instituições arquivísticas com acervos que correspondiam ao Brasil Colônia e Império. Esse quadro promoveria, no início da década de 1970 no Brasil, o surgimento dos primeiros centros de documentação voltados para a pesquisa histórica: o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Unicamp (1971); o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972), e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas (1973).

⁴ Com base nos autores analisados.

O fato é que, seja pela característica específica dos acervos, seja pelas dificuldades vivenciadas pelas instituições arquivísticas, as novas tendências da pesquisa histórica brasileira ressentiam-se da inexistência de uma política efetiva de proteção ao patrimônio documental da nação, incluindo-se a preservação dos arquivos privados. Neste sentido, os centros de documentação que surgem ao longo dos anos 70 têm por objetivo principal a preservação dos documentos contemporâneos, especialmente os privados (MOREIRA, 1990, p. 69).

Alguns centros de documentação que surgem na década de 1970 são voltados para a pesquisa histórica, apesar de compartilharem o objetivo comum de promover a recuperação da informação. Esses novos centros de documentação se diferenciaram dos já tradicionais implantados nas demais áreas científicas porque são dedicados à organização, preservação e divulgação de acervos históricos. Moreira (1990) classifica tais centros de documentação em dois grupos:

Esses novos centros de documentação podem ser caracterizados em dois grandes grupos, em função do tipo de acervo constituído. O primeiro deles é integrado por centros usualmente vinculados às universidades, cujo acervo é formado a partir do desenvolvimento das diversas linhas de pesquisa, caracterizando-se, portanto, como um conjunto não-orgânico de documentos: trata-se, em geral, de cópias (reprográficas e micrográficas) de documentos de arquivos, bibliotecas e museus, cuja acumulação não obedece a uma linha de acervo pré-estabelecida, mas sim aos interesses de pesquisa. O outro grupo é formado por aqueles centros que definiram previamente sua linha de acervo em função seja de um período histórico, seja das características do(s) produtor (es) de documentos (pessoa ou instituição). Nestes casos, a formação do acervo é voltada para atender às necessidades de uma comunidade mais ampla de usuários (MOREIRA, 1990, p. 73).

Jardim (1995) destaca que havia um plano de fundo em que se buscava um Sistema Nacional de Arquivos no Brasil, no qual o Estado é o seu cenário, e o Arquivo Nacional, o seu principal personagem. A categoria profissional dos arquivistas ainda seria um emergente ator situado na periferia em um primeiro momento, todavia, para esse autor o projeto do Sistema Nacional de Arquivos era relevante para o movimento associativo dos arquivistas porque significava a “possibilidade de garantir ao profissional em emergência um mercado promissor: o Estado” (JARDIM, 1995, p. 78).

Percebe-se, portanto, um panorama no qual o Estado brasileiro, tão negligente em relação à produção e uso dos seus estoques informacionais, e ao patrimônio documental, acolhe no seu interior, em pleno autoritarismo, as demandas de espaço cognitivo e institucionais de uma área socialmente pouco reconhecida. No caso do Sistema Nacional de Arquivos de 1978, o

Estado o acolhe imprimindo-lhe uma feição legal-institucional, para posteriormente ignorá-lo (JARDIM, 1995, p. 78).

Esse autor explora o percurso de diferentes propostas de Sistema Nacional de Arquivos e observa que o arquivista esteve ausente até a elaboração do projeto em 1977, pela Secretaria de Planejamento do Ministério da Justiça, momento em que

Esta inserção relaciona-se diretamente com a Associação dos Arquivistas Brasileiros que marca seu desempenho, nos anos 70, a partir de três projetos fundamentais: a criação dos cursos universitários de Arquivologia (1974), a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivos (1978), e a implantação do Sistema Nacional de Arquivos (JARDIM, 1995, p. 86).

Outro aspecto mais relacionado ao ambiente de repressão política daquele período diz respeito ao processo de formação do aparelho policial-burocrático com a tarefa de espionar e efetivar operações secretas. Esses serviços foram a fonte profissional de informações para os generais-presidentes, na prática implicando em competências arquivísticas que não eram assim reconhecidas tanto pelos funcionários espalhados pelo território nacional, instalados em diversos órgãos da administração pública, quanto pelo movimento corporativo emergente naquele momento. As práticas de produção e utilização dos documentos constituíram-se em serviços de arquivo na medida em que os registros eram armazenados e orientavam seus agentes para indicar demissões, não-admissão de concursados, prender, torturar, interrogar, punir (FICO, 2001).

Em *Como eles agiam* o historiador Carlos Fico (2001), publicou os resultados de sua pesquisa nos documentos recolhidos ao Arquivo Nacional da extinta Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça. No livro em questão encontra-se uma análise que explora documentos oficiais de um dos órgãos de governo para a repressão política. A obra tem por objetivo descrever um panorama do funcionamento e atuação da espionagem e da polícia política no país durante a ditadura militar, apresenta a dinâmica de uma comunidade de especialistas na produção e armazenamento de registros de controle social e político.

O rompimento institucional que marcou a derrubada do governo de João Goulart em 1964, também inicia uma trajetória de organização de órgãos encarregados pela repressão de “subversivos”. É nesse contexto do regime militar que se deu a institucionalização dos sistemas de segurança e de informações materializado na comunidade de especialistas obcecados por cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir funcionários públicos e identificar comunistas. O Serviço Nacional de Informações - SNI, criado em 13 de junho de

1964, foi de onde saíram dois dos presidentes militares, Emílio Garrastazu Médici e João Baptista Figueiredo. O SNI inaugurou um esforço de criar arquivo sobre os brasileiros, vigiando e armazenando informações sobre parlamentares, estudantes, religiosos, intelectuais, líderes sindicais, além de outros indivíduos considerados subversivos para o regime.

O SNI incorporou arquivos do extinto Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). O trabalho dos agentes do SNI era a produção de documentos dentro de parâmetros planejados com informações sobre o comportamento de pessoas e instituições. Em regra as punições impostas pelo regime militar decorriam dessas informações ou recomendações elaboradas pelo órgão. A história do sistema de segurança e informações revela que houve uma comunidade de profissionais desenvolvendo os serviços arquivísticos que fazia funcionar o chamado aparelho policial-burocrático de repressão política no Brasil na década de 1970, no entanto, até onde podemos observar, sem ligação com o corporativismo dos arquivistas, emergente naquele contexto.

É importante ressaltar que esse contexto de atuação do governo no campo dos arquivos nos anos de 1970 contem outros aspectos que não foram aprofundados, tendo em vista os objetivos específicos desta pesquisa.

2.5 Associativismo arquivístico

Na década de 1970, realizam-se, por intermédio do associativismo arquivístico brasileiro, ações de definição de sua forma institucional: criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros e constituição intersubjetiva de uma comunidade profissional.

A mediação construída entre o Estado e as pessoas organizadas coletivamente configura uma sociedade civil que carrega o peso da possibilidade e da impossibilidade de alcançar suas demandas. Para González de Gómez (1992), no caso dos movimentos associativos de profissionais, há uma demanda por obter reconhecimento da atividade bem como divulgar suas funções especializadas.

Para essa autora nas últimas décadas do século XX haveria o alargamento dos espaços coletivos em que os movimentos associativos reformulariam as organizações de categorias profissionais. “Iniciada como processo de construção de identidade, a formulação de um “nós” associativo dá origem a um movimento de reunião, no qual se tende a reordenar todo o campo prático-discursivo, a partir da nova posição de um sujeito coletivo” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1992, p. 370).

As lutas empreendidas nesses espaços de mobilização por uma profissão são um “investimento simbólico destinado a obter a jurisdição e os privilégios da competência instituída num setor específico de atividades relevantes” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1992, p. 519). O movimento associativo de profissionais de arquivo conseguiu instituir espaços de discurso público exprimindo as perspectivas da categoria. O associativismo profissional confere a um grupo social os recursos para intervir no plano das definições de uma atividade junto à sociedade e ao Estado. Na opinião de Jardim (1995),

Em 1971, diversos profissionais em atuação, sobretudo em agências do Estado, mobilizaram-se, no Rio de Janeiro, pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Uma das marcas iniciais da AAB, ou seja, suas relações viscerais com o Estado, evidencia-se, por exemplo, no fato de, até o final dos anos 70, a AAB ter sua sede no Arquivo Nacional (JARDIM, 1995, p. 77).

Os depoimentos recolhidos por Gomes (2011) reafirmam o projeto coletivo de regulamentação da profissão de arquivista como meio de autoafirmação dos profissionais de arquivo e formação de uma comunidade arquivística. Essa ação coletiva com sua mobilização política de conotação corporativista configurou um espaço público no qual se passa a refletir sobre a atividade arquivística, compreendendo e anunciando como o trabalho arquivístico é de interesse para a sociedade e o Estado.

A formação do coletivo entre os profissionais de arquivo revela que os participantes “passaram a reconhecer um tipo específico de identidade social que se forjava na apreensão e no exercício da práxis arquivística” (GOMES, 2011, p. 64), isso dentro de um contexto histórico de repressão política e reconfiguração nos padrões de controle do Estado sobre a organização coletiva no Brasil.

Esse associativismo arquivístico se caracteriza para além dos objetivos profissionais de melhoria das condições de vida e bem estar social da categoria, isso na medida em que são propositivos também diante das condições dos arquivos brasileiros. “As atividades iniciais destas associações tiveram, para além da questão corporativista, a ação direcionada à atuação dos Estados no que se refere às políticas públicas de arquivos” (GOMES, 2011, p. 85).

O associativismo entre os profissionais de arquivo se estabeleceu como agente articulador do agrupamento de pessoas que atuavam nessa atividade com ações destinadas ao reconhecimento profissional do arquivista e ao desenvolvimento do conhecimento técnico e científico da Arquivologia. São profissionais que tiveram a sua formação na prática

profissional formando uma comunidade de profissionais que desenvolviam atividades arquivísticas.

Jardim (1995) apresenta um posicionamento crítico em relação ao modelo de institucionalização do campo arquivístico no Brasil, que estabeleceu o status universitário para formação dessa mão-de-obra e a reserva de mercado aos egressos do referido curso superior, tendo ainda o movimento associativo dos profissionais de arquivo o seu principal articulador.

Na segunda metade dos anos 70, são criados três cursos de graduação em Arquivologia em universidades federais em que pese então o frágil desenvolvimento cognitivo da área no Brasil. Encontra-se, provavelmente, na precipitação deste processo, as raízes dos problemas atuais de ensino e pesquisa em Arquivologia nas universidades brasileiras [...] Neste quadro, a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivo não foi menos precipitada, gerando mecanismos de exclusão e inclusão no exercício da profissão. Este processo se deu em relação às demandas quantitativas do mercado e às dificuldades de atender às necessidades de um país da extensão do Brasil, formando-se apenas algumas dezenas de profissionais no Rio de Janeiro e no interior do Rio Grande do Sul (JARDIM, 1995, p. 77-78).

Ao estudar as relações entre associativismo, formação do arquivista e seu mercado de trabalho, Souza (2011) identifica o grande momento do movimento associativo dos arquivistas no Brasil: a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, em 1971. Pressupõe ter sido um quadro de ação coletiva realizadora para promover a aprovação da graduação em Arquivologia e a regulamentação da profissão do arquivista.

De fato o modelo de organização coletiva escolhido pela rede de pessoas interessadas nos arquivos no Brasil na década de 1970 foi de associação com uma designação que identificasse profissionalmente seus associados, incluindo ata de fundação, estatuto e critérios amplos para composição dos sócios. Desse modo essa instância de ação coletiva representou a profissão e promoveu atividades de formação e aperfeiçoamento do trabalho arquivístico no país.

As condições históricas de repressão política no Brasil na década de 1970 não impediram a organização de uma associação de arquivistas realizadora na institucionalidade do campo. O associativismo profissional logo se consolidou como forma de organização da categoria.

No conjunto de realizações assumidas por esse movimento associativo, por intermédio de seu instrumento de divulgação, comemorava-se, em 1978, a institucionalização legal da profissão de arquivista, reservada aos graduados em Arquivologia. Como acontecera com a

anunciada conquista do curso superior autorizado em 1973, agora seus editores divulgavam – além de se apresentarem como seus articuladores – o processo legislativo que institucionalizou a profissão. Assim, demarcaram-se suas competências e condicionou-se o título aos egressos daquele curso.

As diferentes concepções teóricas sobre a ação coletiva privilegiam a compreensão da noção de organização da sociedade civil envolvendo o sindicalismo, as organizações não governamentais, as associações e os movimentos sociais.

Entendemos que a institucionalização do campo arquivístico (status universitário e regulamentação da profissão) no Brasil se manifesta como realização do seu movimento associativo na década de 1970, tendo em vista que o movimento anunciava uma campanha pela concretização de tal projeto, além de propor a melhoria e o aperfeiçoamento dos arquivos, tidos como depósitos de documentos amontoados. Esse movimento decorreu de um grupo de trabalho para valorizar o trabalho de arquivo que se reuniu no sétimo andar da Avenida Rio Branco, 120, Galeria dos Empregados do Comércio, no centro do Rio de Janeiro, no dia 14 de abril de 1971, envolvendo profissionais de arquivo que trabalhavam em instituições com acervos documentais de diversas naturezas e foram dados os primeiros passos para a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

O objetivo de entender o poder de realização do associativismo arquivístico no Brasil provoca uma reflexão sobre a relação entre o que ficou instituído e quem eram esses atores, como foi esse processo sócio-histórico. Um caminho possível é a identificação de atores estratégicos, ou seja, quem foram essas pessoas que participaram e exerceram liderança no campo arquivístico na década de 1970, a fim de levantar informações sobre a configuração de uma rede de interessados nos arquivos naquele período.

O levantamento das pessoas que ocuparam cargos de diretoria da AAB pode ser considerado um meio consistente de identificação da liderança dessa comunidade arquivística naquele momento. Utilizou-se, fundamentalmente, o site da AAB que disponibiliza a digitalização de documentos, boletins e revistas da instituição. Com acesso aos documentos disponíveis no site foi possível decidir pela pertinência de privilegiar a revista *Arquivo & Administração*, tendo em vista a seção desse periódico dedicada à apresentação dos membros da diretoria em exercício. Resulta dessa investigação a identificação de 38 pessoas, sendo 10 homens e 28 mulheres.

O segundo passo foi buscar informação sobre a formação acadêmica e a trajetória profissional desses atores. Infelizmente, após pesquisar no site da AAB, não há dados disponíveis sobre membros de diretorias anteriores, somente da atual. A primeira alternativa

foi tentar buscar em bases de dados acadêmicas, como a Plataforma Lattes, e outros sites de busca especializados, mas não se obteve êxito.

A outra tentativa foi a busca aberta desses nomes no Google, entre os dias onze e dezoito de maio de 2010, do total de 38 membros, também sem resultados relevantes.

Também se tentou um contato com a própria AAB para saber se há algum instrumento para recuperar dados biográficos de antigos diretores via cadastro da instituição, mas sem êxito. A presidente atual informou da ausência de instrumentos de pesquisa que controle a documentação acumulada pela associação desde a sua criação em 1971.

Quem fez parte da liderança dessa comunidade arquivística no Brasil, entre 1971 e 1978, período em que se organiza a AAB, cria-se o curso superior em Arquivologia e legaliza-se a profissão de arquivista, pressupondo esses marcos como realização de um movimento associativo em prol dos arquivos no país naquele momento? Quem fez parte da diretoria da AAB?

Quadro 2 – Diretoria da Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1971-1978

NOME	CARGOS/PERÍODO	GÊNERO
Aclair Ramos de Oliveira	2ª Secretária 1975-1977(abril)	F
Astréa Morais e Castro	Membro do Conselho Delibetativo 1971-1978	F
Aurora Ferraz Frazão	2ª Tesoureira 1975-1977(abril)	F
Celina Pereira Godim	1ª Secretária 1971-1972 e Suplente 1973-1978	F
Deusdedit Leandro de Oliveira	Membro do Conselho Fiscal 1971-1978	F
Eliana Balbina Flora Sales	2ª Secretária 1977(agosto)-1979	F
Eliana Niemeyer Mesquita	Vice-Presidente 1977(agosto)-1978	F
Eloísa Helena Riani Marques	1ª Secretária 1977(agosto)-1978	F

Fernando Salinas	Vice-Presidente 1972-1974 e Membro do Conselho Fiscal 1975-1978	M
Geraldo Martinelli	Membro do Conselho Fiscal 1971-1974	M
Gilda Nunes Pinto	Suplente Conselho Delibetativo 1973-1977(abril), Vice-Presidente 1975 e Membro do Conselho Deliberativo 1977(agosto)-1978	F
Helena Machado	Membro do Conselho Deliberativo 1971-1978 e Presidente 1975-1976	F
Jaime Antunes da Silva	Suplente do Conselho Fiscal 1975-1978	M
Janine Resnikoff Diamante	Suplente Conselho Delibetativo 1975-1977(abril) e Membro do Conselho Deliberativo 1977(agosto)-1978	F
José Honório Rodrigues	Membro do Conselho Deliberativo 1971-1974	M
José Lima de Carvalho	Suplente do Conselho Fiscal 1971-1974 e Membro do Conselho Fiscal 1975-1978	M
José Paes de Barros	Membro do Conselho Fiscal 1971-1974 e 1º Tesoureiro 1975-1977	M
José Pedro Esposel	Presidente 1971-1974 e Membro do Conselho Deliberativo 1975-1978	M
Jucy Neiva	Vice-Presidente 1976-1977(abril)	F
Lourdes da Costa e Souza	Membro do Conselho Deliberativo 1971-1972 e Presidente do Conselho Deliberativo 1973-1977	F
Marcelo Moreira Ipanema	Suplente Conselho Delibetativo 1971/1972	M
Maria Amélia Porto Migueis	Suplente Conselho Delibetativo 1971-1972 e Suplente Conselho Delibetativo 1973 (agosto)-1978	F
Maria de Lourdes de La Encarnacion de Yglesias	2ª Tesoureira 1973-1974	F
Maria Luiza S. Danemann	Membro do Conselho Fiscal 1971-1978	F

Marilena Leite Paes	Membro do Conselho Deliberativo 1971-1977(abril) e Presidente 1977 (agosto) - 1978	F
Marina A. F. Santana	2ª Secretária 1973-1974	F
Marly dos Santos C. de Vasconcellos	2ª Secretária 1971-1972 e 1ª Secretária 1973-1974	F
Martha Maria Gonçalves	Suplente Conselho Deliberativo 1971-1978	F
Martha Paruolo	Suplente Conselho Deliberativo 1971/1972	F
Milton Machado	Suplente do Conselho Fiscal 1971-1978	M
Myrtes da Silva Ferreira	Membro do Conselho Deliberativo 1971-1978	F
Norma Viegas de Barros	2ª Tesoureira 1977(agosto)-1980	F
Odaléa Therezinha dos Santos	2ª Tesoureira 1971-1972	F
Otília de Araújo	Suplente Conselho Deliberativo 1971-1972 e Suplente Conselho Deliberativo 1973(agosto)-1974	F
Raul do Rêgo Lima	Membro do Conselho Deliberativo 1971-1978	M
Regina Alves Vieira	Suplente 1971-1974 e 1ª Secretária 1975-1977(abril)	F
Rita Drumond	Membro do Conselho Deliberativo 1971-1974	F
Wilma Schaeter Corrêa	1ª Tesoureira 1971-1974 ; 1977-1978 e Membro do Conselho Deliberativo 1975-1976	F

Fonte: O autor.

Encontra-se em destaque as pessoas que foram, ininterruptamente, membros titulares de cargos na diretoria da Associação dos Arquivistas Brasileiros entre 1971 e 1978. Nesse universo as formações acadêmicas identificadas foram Direito (3) e Biblioteconomia (2).

Outro aspecto relevante desse núcleo diretor é a vinculação profissional das dez pessoas destacadas, cinco são do Arquivo Nacional; apesar de tal concentração de funcionários da instituição, a presidência da associação nesse período foi sempre exercida por pessoas com outra vinculação.

É interessante ressaltar que o surgimento desse associativismo arquivístico no Brasil é contemporâneo ao canadense, Associação dos Arquivistas do Quebec, e ao português, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Isso apontaria para uma aproximação da área no Brasil às tendências internacionais naquele momento, conforme foi constatado por Marques (2011). Por outro lado, no nível interno, o associativismo arquivístico no Brasil se insere no contexto de repressão política com evidentes restrições à mobilização e à organização coletiva.

O associativismo exerceu relevante papel como espaço de articulação das demandas do mundo do trabalho e das reflexões sobre as questões arquivísticas, representando um sinal de interesse e mobilização nos meios profissionais em torno da integração da classe.

A profissão de arquivista encontra-se fundamentada pela Lei 6.546, de quatro de julho de 1978 e regulamentada pelo Decreto 82.590, de seis de novembro de 1978. A partir daí, consolidou-se que o escopo do trabalho arquivístico envolve o planejamento, a organização e o acompanhamento de serviços de arquivo nos processos documentais e informativos em torno de acervos arquivísticos com fins de preservação, orientado por preocupações culturais e de gestão.

O processo de profissionalização revela uma competência que vai se delimitando em torno da preocupação com a qualidade de determinado trabalho, em prol da sociedade e de sua regulação pelo Estado. Nesse sentido, a configuração do campo arquivístico no Brasil relacionar-se-ia, portanto, com a passagem da condição de ocupação à de profissão, regulamentada por lei federal e apoiada nos cursos universitários de arquivologia.

3 ESTADO DA ARTE NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar como a institucionalização da Arquivologia e do arquivista no Brasil tem sido explicada em teses e dissertações com temáticas arquivísticas. Constitui-se de uma revisão de literatura, construída sobre estudos anteriores, que revela o estado da arte do tema da institucionalização do campo arquivístico no país. Mapeou-se em resultados de pesquisas que tangenciam essa temática, ainda que não seja o objeto específico delas, discursos explicativos sobre a constituição da arquivologia e do arquivista no Brasil. Com os termos *arquivologia* e *arquivística* realizou-se, em 28 de julho de 2010, o levantamento dos trabalhos a partir do banco de teses da Capes⁵. Ao recuperar 131 resumos com tais palavras-chaves, e lê-los, foi possível selecionar seis casos em que a temática da institucionalização da área foi contemplada. Somaram-se a esses os três trabalhos identificados posteriormente, que se aproximam da questão e de que se tem conhecimento até o momento.

Um dos três trabalhos acrescentados, apesar de ter sido defendido em 2010, não foi possível recuperá-lo pelo banco de teses da Capes porque o mesmo foi realizado junto ao curso de doutorado em Arquivos e Bibliotecas da Universidade Carlos III de Madrid, Espanha.

Este capítulo está estruturado em duas partes: na primeira são apresentadas as pesquisas anteriores nas quais se identificou a presença do tema da institucionalização do campo arquivístico, identificando os autores bem como o contexto de suas investigações. Na segunda parte do capítulo buscou-se organizar uma trajetória com as explicações sobre a institucionalização da Arquivologia e do arquivista no Brasil, com base nos argumentos encontrados nas pesquisas que resultam de cursos de mestrado ou doutorado. As teses e dissertações estão dispostas na tabela a seguir.

⁵ BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Banco de Teses. Brasília, DF, 2010. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses> >. Acesso em: 28 jul. 2010.

Quadro 3 - Dissertações e teses que abordam a institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

AUTOR	FORMAÇÃO	TÍTULO	ANO	CURSO	ÁREA	INST.
Claudio Dutra Crespo	Cientista Social	O campo da arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas	2000	Mestrado	Comunicação	UFF
Maria Odila Kahl Fonseca	Historiadora	Arquivologia e Ciência da Informação: (Re) definição de marcos interdisciplinares	2004	Doutorado	Ciência da Informação	UFRJ
Augusto Moreno Maia	Administrador	Construção do curso de arquivologia da Unirio: dos primeiros passos à maturidade universitária?	2006	Mestrado	Educação	UNIRIO
Angélica Alves da Cunha Marques	Arquivista	Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil	2007	Mestrado	Ciência da Informação	UNB
Paulo Roberto Elian dos Santos	Historiador	A arquivística no laboratório : história, teoria e métodos de uma disciplina	2008	Doutorado	História	USP
Maria Leonilda Reis da Silva	Arquivista/ Historiadora	História e memória do arquivo central da FGV	2010	Mestrado	História	FGV
Katia Isabelli Melo de Souza	Arquivista	Análisis y evolución del panorama laboral del archivero en Brasil	2010	Doutorado	Documentação	UC3M Espanha
Yuri Queiroz Gomes	Arquivista	Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a Memória e a História	2011	Mestrado	Memória Social	UNIRIO
Angélica Alves da Cunha Marques	Arquivista	Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil	2011	Doutorado	Ciência da Informação	UNB

Fonte: Elaborado a partir de informações disponibilizadas no banco de teses da Capes, além de Orrico e Silva (2011).

3.1 Os estudos anteriores

O primeiro estudo anterior analisado apresenta as relações entre teoria e prática no trabalho arquivístico sendo esse o aspecto principal para a compreensão sobre a constituição da Arquivologia no Brasil. Claudio Dutra Crespo, graduado em Ciências Sociais, defendeu sua dissertação em 2000, no Programa de Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da Universidade Federal Fluminense. Investigou a distância entre a arquivística ensinada e a praticada no Brasil, tomando por base os arquivos setoriais fluminenses, precisamente, do BNDES, da Dataprev e da FGV, sua hipótese central é a de que o trabalho arquivístico não aproxima teoria e prática.

A pesquisa foi a observação *in loco* nos arquivos selecionados, resultando em uma análise dessas realidades com a literatura arquivística. Os resultados indicam que a arquivística no Brasil representa, efetivamente, um campo de trabalho, com fragilidade teórica, limitação dos profissionais como produtores de conhecimento e exclusão sócio-econômica desses atores.

As preocupações com a afirmação de um corpo de agentes, responsáveis por lei, pelos serviços de organização dos arquivos foram mais evidentes, na época, do que seu desenvolvimento no aspecto científico. As questões do poder e das relações formais e da legalização inerentes à constituição de um campo de trabalho sobressaíram frente aos problemas de caráter teórico prático da disciplina. O projeto de construção de uma profissão se voltou para a conquista de espaços mais institucionais do que cognitivos. Essa trajetória tem significativa relevância nas características deste campo no Brasil (CRESPO, 2000, p. 82).

Para esse autor o marco inaugural do campo no Brasil é a gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional, incluindo os estrangeiros que convidou para diagnosticar a situação arquivística do país.

Acredita-se que somente, através da gestão do historiador Jose Honório Rodrigues (1958-1962), é que se começou a instituir uma proposta de pensamento arquivístico estruturado no Brasil, dentro dos limites daquela época, [... nesse sentido, foi] um período de desenvolvimento da arquivística no país, ou seja, a tentativa de passagem de uma área meramente formal e patrimonialista para a ideia moderna de arquivo. (CRESPO, 2000, p. 77-78)

Não entendemos que tal gestão seja o marco inicial ou tenha participado da institucionalização do campo arquivístico, tendo em vista as características do modelo que se concretiza a partir de 1978. Na opinião de Crespo a organização da arquivística brasileira na década de 1970 nos moldes do status universitário da Arquivologia e da legalização da corporação dos arquivistas não é algo positivo, para ele o importante foram os diagnósticos produzidos pelos estrangeiros durante a gestão de Jose Honório Rodrigues no Arquivo Nacional. Esse autor acredita ainda que a fragilidade do campo arquivístico tem a ver com seus integrantes, “devido a sua condição econômico-social, em geral os formandos são das classes sociais mais pobres” (CRESPO, 2000, p. 90).

O segundo estudo anterior analisado enfatiza a interdisciplinaridade da Arquivologia caracterizando a sua institucionalização no Brasil. Maria Odila Kahl Fonseca (1953-2007), graduada em História, defendeu sua tese em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Analisou as relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, esta como campo de conhecimento vinculado à formação do Estado moderno, dedicado à busca da solução de problemas relacionados à administração de arquivos públicos. Assim, depois de verificar suas questões de pesquisa, afirma que

- Uma nova pauta de reflexões vem contribuindo para uma *redefinição da Arquivologia como campo de saber autônomo*, em especial no sentido de *rediscutir seus objetos e objetivos* tradicionais;
- Esta “nova pauta” identifica-se com a *pesquisa de pós-graduação*, apontando para a *(re)-definição de locus de produção de conhecimento* e de *marcos interdisciplinares com a Ciência da Informação*.

A autora identifica a institucionalização da Arquivologia no Brasil a partir da década de 1970, apontando a sua emergência através da produção do conhecimento arquivístico tanto nas instituições arquivísticas quanto, depois, nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

As relações interdisciplinares com a Ciência da Informação aparecem mais fortes no cenário brasileiro do que no plano internacional. A associação com a Ciência da Informação parece uma característica da evolução da área arquivística no Brasil. Apesar de se poder tecer considerações sobre se esta não é uma “interdisciplinaridade conjuntural”, estabelecida como solução de sobrevivência acadêmica, dado ao desolador cenário das instituições arquivísticas nacionais, os dados levantados nesta pesquisa apontam para a construção de efetivas relações interdisciplinares entre as áreas, na medida em que se pode observar a homogeneidade com que teses e dissertações com temática arquivística são acolhidas em diferentes programas de pós-graduação em Ciência da Informação, que aponta para um movimento receptivo que ultrapassa as esferas conjunturais (FONSECA, 2004, p. 160-161).

Apesar de reconhecer uma história dos arquivos anterior a 1970, essa autora afirma que os parâmetros definidores do campo hoje no país foram estabelecidos sob a “indiscutível” liderança da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Chama atenção para as seguintes conquistas: Congressos Brasileiros de Arquivologia; revista *Arquivo & Administração*; graduação em Arquivologia; lei da profissão de arquivista.

O terceiro estudo anterior analisado apresenta como foi a formação do primeiro curso de nível superior em Arquivologia implantado no Brasil, ressaltando a antecedência do Arquivo Público do Império, em 1838, a sua transformação em Arquivo Nacional após o advento da República e a trajetória institucional percorrida até 1977. Augusto Moreno Maia, graduado em Administração Pública, defendeu sua dissertação em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A história da Arquivologia no Brasil, de forma sistematizada, inicia-se na primeira metade do século XIX. Em 1808 a Corte Portuguesa, em função das questões políticas vivenciadas na Europa, transferiu-se para o Brasil, então colônia, passando aqui exercer seus plenos poderes até 1822, período marcado por grandes transformações sentidas aqui. Decisões importantes foram tomadas e, conseqüentemente, traduzidas em documentos que, se preservados, contribuiriam para a perpetuação da história do país. (MAIA, 2006, p. 62)

O autor desenvolve reflexões sobre as iniciativas de capacitação para o trabalho arquivístico dentro do Arquivo Nacional desde o início do século XX, enfatizando as diferentes estruturas curriculares construídas, até o primeiro curso de nível superior em

arquivologia no país, na década de 1970. O marco fundamental seria a criação do Curso de Diplomática no Arquivo Nacional em 1911.

Esse autor também destaca a gestão de Jose Honório Rodrigues a frente do Arquivo Nacional, inclusive na comparação com gestores anteriores. No trecho abaixo se pode observar a opinião de Maia (2006, p. 73),

Honório Rodrigues, ao longo de toda sua gestão, preocupou-se em tirar os arquivistas de sua posição inferior propondo dar a estes funções mais elevadas, tais como as de organização, planejamento e coordenação, enquanto aos arquivistas auxiliares seriam confiadas as tarefas operacionais voltadas para a execução (o fazer). Pensava que, somente restaurando não apenas a nomenclatura, mas também as funções atinentes a cada cargo, poderia propiciar condições para recrutar pessoal de maior eficiência e capacidade.

Para Maia a cronologia de institucionalização do campo arquivístico é a seguinte: 1911, o Curso de Diplomática do Arquivo Nacional; 1922, a proposta de curso técnico comum ao Arquivo Nacional, ao Museu Histórico Nacional e à Biblioteca Nacional; 1960, o Curso Permanente de Arquivo do Arquivo Nacional; 1972, a aprovação do curso superior pelo Conselho Federal de Educação; 1977, a graduação em Arquivologia nas universidades.

Esse autor apresenta uma frágil conexão evolutiva entre um simples curso de técnicas da Diplomática realizado no Arquivo Nacional em 1911 com a organização acadêmico-universitária da Arquivologia na década de 1970.

O quarto estudo anterior analisado descreve a institucionalização da Arquivística como disciplina científica no Brasil, identificando os cursos de graduação, a formação dos docentes, os eventos de caráter científico e a produção científica. Angélica Alves da Cunha Marques, graduada em Arquivologia, defendeu sua dissertação em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

A configuração atual da Arquivologia seria decorrente dos diálogos estabelecidos com outras disciplinas. Esses aspectos indicariam uma intensa proximidade entre a Arquivística e Ciência da Informação. Nessa trajetória o papel central teria sido exercido pelo Arquivo Nacional ao organizar o Curso Permanente de Arquivo em 1960.

A autora acredita num processo evolutivo em que uma atividade eminentemente prática obteve sua institucionalização nas universidades e seu reconhecimento como uma

subárea da Ciência da Informação, agora é uma disciplina científica. As análises sobre a trajetória da Arquivologia no Brasil supõe, em primeiro lugar, que a constituição da área foi consequência direta e imediata da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos arquivos brasileiros, enfatizando um protagonismo do Arquivo Nacional. Apresenta uma configuração atual em que a dimensão científica do campo arquivístico seria o fato de fazer parte da Ciência da Informação e isso estaria nos seguintes indicadores:

- Predominância da formação/titulação em Ciência da Informação dos docentes dos cursos de Arquivologia do Brasil;
- Vinculação dos cursos de graduação em Arquivologia a departamentos e faculdades de Ciência da informação;
- Compartilhamento do mesmo espaço acadêmico-institucional entre cursos de Arquivologia e programas de pós-graduação em Ciência da informação;
- Presença simultânea de professores nos cursos de graduação em Arquivologia e nesses Programas de Ciência da informação;
- Produção científica relacionada à Arquivologia nos programas de pós-graduação em Ciência da informação.

A pesquisa sobre o processo de formação e configuração da Arquivologia como disciplina científica no Brasil destaca que as relações do campo arquivístico com a História teria dado espaço à Ciência da Informação, propiciando um “casamento”. Essa compreensão não tem aceitação irrestrita por parte dos atores acadêmicos do campo arquivístico e diverge da interpretação apresentada por Fonseca (2004) que observa diálogos entre Arquivologia e Ciência da Informação no Brasil e não a junção entre as duas áreas.

O quinto estudo anterior analisado foi também de Marques, que defendeu seu doutorado em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, demonstrando aspectos das interlocuções internacionais na institucionalização da Arquivologia no Brasil. Tal objetivo foi alcançado ao mapear as principais obras e autores da área na biblioteca do Arquivo Nacional. Desse modo, a

pesquisadora buscou identificar obras arquivísticas estrangeiras que circulam no país. Mapeou também os grupos de pesquisa brasileiros que congregam os pesquisadores da área, identificando as suas experiências internacionais.

A análise do mapeamento feito na biblioteca do AN [Arquivo Nacional] nos remete a uma amostra significativa da produção arquivística mundial e brasileira. [...] Quanto aos autores estrangeiros, observamos as contribuições de vários que aqui estiveram nos visitando (Cortés Alonso, Duchein, Schellenberg, Hill, Ribeiro e Tanodi) a partir do final da década de 1950 (MARQUES, 2011, p. 260).

Em relação à influência dos especialistas estrangeiros no desenvolvimento do campo arquivístico no Brasil, Marques (2011, p. 296) informa que

[...] professores e pesquisadores de outros países como Estados Unidos (Schellenberg e Evans), França (Duchein e Kecskeméti), Itália (Lodolini e Salvatore Carbone), Espanha (Cortés Alonso) e Argentina (Tanodi), citando os nomes estrangeiros que mais se destacaram na história da Arquivologia brasileira. Suas palestras, cursos, mapeamento e organização de acervos, elaboração de instrumentos de pesquisa, diagnósticos e relatórios técnicos marcam não somente o contexto das suas visitas: dentre outras iniciativas, orientam a construção e implantação de edifícios de arquivo (Cortés Alonso, Evans, Kecskeméti, Carbone e Duchein) e o estabelecimento de uma política de arquivos (Schellenberg e Duchein); divulgam os avanços dos arquivos e da Arquivologia brasileira em outros países (Lodolini); e prestam assistência aos estágios de formação de arquivistas (Duchein).

Em suas considerações finais Marques (2011, p. 303) resume sua opinião sobre as interlocuções internacionais observadas no processo de institucionalização do campo arquivístico no Brasil, “Da Europa e dos Estados Unidos vêm profissionais e pesquisadores que visitam nossos arquivos, produzem relatórios técnicos, ministram palestras e cursos e nos deixam recomendações que explicitam nossas necessidades, em especial acerca da formação regular de arquivistas”.

As pesquisas de Marques, tanto a dissertação de mestrado defendida em 2007 quanto a tese de doutorado defendida em 2011, revelam exercícios extensos de descrição de trajetória de institucionalização científica do campo arquivístico no Brasil, mas associados ao entendimento de junção à Ciência da Informação.

O sexto estudo anterior analisado investiga a trajetória do campo arquivístico no Brasil confundida com a institucionalização de uma disciplina científica, isso a partir das práticas de manutenção e uso dos registros no Laboratório de Genômica Funcional e Bioinformática do Instituto Oswaldo Cruz. Paulo Roberto Elian dos Santos, graduado em história, defendeu sua tese em 2008 no Programa de História Social da Universidade de São Paulo. Entende que a racionalidade técnica de processar documentos estaria impregnada de pressupostos da pesquisa histórica e das ações e das estratégias de seus principais atores sociais.

A arquivística institucionaliza-se como uma disciplina detentora de estatuto científico, na medida em que seu conhecimento técnico-científico historicamente produzido revela-se dinâmico e voltado à interação com outras disciplinas. [...] A arquivística, a exemplo de outras disciplinas, também participa do processo social da ciência (SANTOS, 2008, p. 221-222).

O autor identifica a criação e a implementação do Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas, no final da década de 1950, como origem da institucionalização da arquivística como disciplina no Brasil. Afirma que, a partir deste marco, além do processo de estruturação da gestão dos arquivos na Divisão de Documentação do Estado Guanabara, fica ainda estabelecida a dinâmica da arquivística no país pelas décadas seguintes. Os marcos de institucionalização na argumentação de Santos (2008) são os seguintes:

- A atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).
- Pioneirismo da Fundação Getúlio Vargas na administração de arquivos.
- A gestão inovadora de Jose Honório Rodrigues no Arquivo Nacional.

Embora esse autor constata a falta de estudos sobre o assunto, assume que a década de 50 revela-nos o lançamento das bases de uma disciplina. Enfatiza que a despeito da FGV ser uma instituição de direito privado exercia uma função pública na capacitação de técnicos para as agências do Estado. Observa nesse contexto o desenvolvimento de agentes que serão responsáveis pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971.

O processo de institucionalização da arquivística a partir da segunda metade da década de 50 revela-nos elementos comuns no que refere ao

lançamento das bases de uma disciplina associada a um ‘saber de Estado’. A FGV, embora fosse uma instituição de direito privado, desempenhava uma função pública na formação de quadros técnicos profissionais, sobretudo para as agências do Estado. Observa-se também, nesse processo, a combinação de influências sobre os profissionais brasileiros, com a prevalência de uma matriz anglo-saxônica sobre determinados agentes (indivíduos e instituições) que lideraram processos de institucionalização da disciplina (SANTOS, 2008, p. 119-120).

Santos (2008), apesar de objetivar discutir os padrões de constituição e os procedimentos de organização de arquivos pessoais de cientistas, apresenta processos históricos de institucionalização da arquivística no país envolvendo o estatuto científico da disciplina. No entanto, relativizamos a unidade que parece ser sugerida entre a atuação do DASP, a iniciativa da Fundação Getúlio Vargas na administração de arquivos, a gestão de Jose Honório Rodrigues no Arquivo Nacional e as iniciativas da Associação dos Arquivistas Brasileiros, uma vez que as movimentações anteriores à década de 1970 não apresentaram o delineamento claro de um corporativismo que deseja instituir seu status acadêmico-universitário combinado com a reserva legal de seu mercado.

O sétimo estudo anterior analisado descreve a trajetória do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas, desde o momento de sua criação. Analisa as posições ocupadas por esse arquivo dentro do contexto histórico, político e cultural em que se desenvolveu a Arquivologia brasileira. “Este arquivo serviu de modelo para a organização dos documentos administrativos em diversas instituições, em todo o território nacional” (SILVA, 2010, p. 67). Maria Leonilda Reis da Silva, graduada em Arquivologia, defendeu sua dissertação em 2010 no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Aponta a importância da criação, em 1944, da FGV como uma organização paraestatal, embora a mesma ter sido estabelecida por um decreto do poder federal e seu dirigente fosse também presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, DASP. A finalidade daquela instituição seria atender as necessidades de formação na área administrativa buscando qualificar o profissional do serviço público. Salienta o papel da FGV e do DASP na disseminação do saber e das práticas arquivísticas no Brasil, ainda nas décadas de 1940 e 1950.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Arquivo Central da FGV era considerado um modelo, uma referência em relação aos procedimentos técnicos

adotados. Como eram produzidas poucas publicações na área, Marilena [responsável por aquele arquivo] era convidada, constantemente, para ministrar cursos sobre técnicas de arquivo e proferir palestras e participar de congressos, [...] Os profissionais que trabalhavam com arquivos, visitavam o Arquivo Central para conhecer suas atividades e os procedimentos técnicos adotados na organização dos documentos [...] Deste modo, o Arquivo Central serviu para disseminar boas práticas arquivísticas em outras instituições que careciam de bons profissionais na área (SILVA, 2010, p. 100).

A autora acredita que o contexto histórico-político do Estado Novo fornece elementos como a modernização e o controle informacional, característicos dos regimes ditatoriais, para a compreensão dos fatos que levaram à criação da FGV, bem como a preocupação com os arquivos e os documentos administrativos no Brasil. Silva (2010) apresenta alinhamento com os pressupostos da pesquisa de Santos (2008).

O oitavo estudo anterior analisado apresenta a criação, os objetivos e as disciplinas ministradas nos 16 cursos de Arquivologia existentes no Brasil em 2010, bem como o número atual das associações e índices sobre os profissionais de arquivo no país. Katia Isabelli Melo de Souza, graduada em Arquivologia, defendeu sua tese de doutorado em 2010 na área de Documentação, no Programa Archivos y Bibliotecas en el entorno digital, da Universidad Carlos III de Madrid, Espanha. Destacam-se os seguintes indicadores encontrados por sua pesquisa:

Os dados revelam que os 452 arquivistas que responderam estão distribuídos pelas cinco regiões brasileiras ainda que concentrados no Rio de Janeiro, Brasília e Rio Grande do Sul. O perfil desenhado indica que a maioria exerce a profissão, 343 arquivistas, sendo do sexo feminino, com 64% de mulheres na faixa de idade pertencente ao grupo de 20-29 anos, com um tempo de formação de 3-5 anos, exercício em instituições públicas e de até 5 SM [Salário Mínimo] (SOUZA, 2011, p. 225).

No tocante à importância do associativismo arquivístico, Souza formulou a sua compreensão:

No Brasil, o papel das associações se fundamenta *ultimamente* na defesa do espaço de atuação do arquivista. Nesse intento, uma das atuações das associações profissionais que tem revelado maior efeito no seio dos arquivistas é a fiscalização das ofertas apresentadas pelo mercado, tanto dos editais públicos para contratação dos profissionais [... quanto da

iniciativa privada], quando se considera que as atividades são pertinentes aos arquivistas (SOUZA, 2011, p. 161, grifo nosso).

A autora busca relacionar os cursos de formação em Arquivologia, os coletivos profissionais e o trabalho do arquivista. Tais elementos são os principais componentes para o estudo da formação e a análise do diálogo entre os profissionais arquivistas e o mercado de trabalho, aborda três aspectos da constituição do campo arquivístico:

- A formação profissional representada pelos cursos de graduação;
- O coletivo profissional representado pelo associativismo;
- O mercado laboral pelos prismas das instituições e dos profissionais.

A pesquisa de Souza (2011) indica que a visibilidade do arquivista no mercado de trabalho e na sociedade é “pouca ou nenhuma”, em função de três motivos: da pequena quantidade de formados, tendo em vista as dimensões do país; do baixo índice de interação desse profissional com outros setores das instituições; da parte do seu trabalho que é “desconhecida ou escondida”. Essa autora aborda o associativismo arquivístico no Brasil, mas não privilegia o período de nosso interesse, que é a década de 1970.

O nono estudo anterior analisado assume a noção de processos de institucionalização do campo arquivístico recuperando uma trajetória de relação entre documento, memória, arquivo e história ao longo dos tempos e das civilizações desde a Antiguidade. Yuri Queiroz Gomes, graduado em Arquivologia, defendeu sua dissertação em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse recorte histórico que empreendemos até meados dos anos de 1970, observamos no contexto internacional os ensaios de institucionalização de uma prática empírica milenar – a arquivística. Constatamos que a formulação dos seus princípios permaneceram subjacentes a essa mesma prática buscando definir o campo e auxiliando a sistematização teórica. Passa a emergir então, nesse momento, no espaço social e institucional, uma oportunidade mais integradora para o campo arquivístico (GOMES, 2011, p. 46).

O autor utilizou conceitos de associativismo e movimento social para apresentar a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, bem como a organização dos Congressos Brasileiros de Arquivologia a partir de 1972. No seu trabalho, estão em destaque as entrevistas realizadas com atores importantes do campo arquivístico na década de 1970: os dois primeiros presidentes da AAB, José Pedro Pinto Esposel e Helena Corrêa Machado; a representante da AAB em Brasília naquele momento, Astréa de Moraes e Castro; e Nilza Teixeira Soares.

Gomes (2011) acredita que a institucionalização do campo arquivístico no Brasil resulta da ação política e técnica do movimento associativo, envolvendo o apoio de outros setores da sociedade, profissionais e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e do Governo.

A ação da AAB, durante quase uma década, contribuiu para a institucionalização do campo arquivístico, num ciclo de desenvolvimento no qual surgiram o curso superior de Arquivologia, as profissões Arquivista e Técnico de Arquivo, uma comunidade técnica e científica com os Congressos e a Revista. O papel do associativismo junto ao Estado, tendo inclusive sido abrigada na sede do Arquivo Nacional durante os primeiros anos, evidenciam importância do período (1971-1978) para a institucionalização do campo, a exemplo do que ocorreu em outros países (GOMES, 2011, p. 140-141).

Hoje esses nove trabalhos apresentados acima, provenientes de pesquisas em programas de pós-graduação, representam – e também reivindicam – explicações sobre a trajetória acadêmico-institucional e profissional do campo arquivístico no país. Os trabalhos analisados são distintos em seus objetivos específicos de pesquisa, mas realizam interpretações sobre a trajetória da área arquivística no Brasil. Os posicionamentos vão desde uma origem identificada na criação do Arquivo Nacional, em 1838; nas duas iniciativas da instituição, de 1911 e 1960, dos cursos de diplomática e depois de arquivo; no papel do DASP e da FGV na modernização do Estado; no movimento associativo da década de 1970; no projeto de modernização do Arquivo Nacional nos anos de 1980; e, na configuração do campo a partir de 1991 com os cursos universitários e as leis da profissão e dos arquivos.

Compartilhamos do posicionamento que reconhece realizações do movimento associativo, na década de 1970, sobre o modelo nacional de institucionalização da arquivologia (curso universitário) e do arquivista (profissão legalmente de quem cursou

essa graduação). Consideramos os avanços desses estudos anteriores, contudo, dentro da perspectiva discursiva, somos originais ao investigarmos sobre como a institucionalização do campo arquivístico (expressa por sua inserção acadêmico-universitária e sua regulamentação profissional) está vinculada ao associativismo instituído através da Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 1971.

3.2 A institucionalização do campo arquivístico no Brasil

A trajetória das práticas e do saber arquivístico no Brasil não é recente. No século XIX, com a criação do Arquivo Nacional, em 1838, reconhece-se um marco histórico importante para essas práticas. No entanto, apesar da existência de diversas instituições arquivísticas, o ensino universitário para formação profissional de arquivistas e o reconhecimento legal da profissão foram estabelecidos apenas no final da década de 1970.

De acordo com Souza (2011), no Brasil, a função de arquivista já era assim denominada desde o século XIX em órgãos como o Exército e a Secretaria de Negócios de Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Nesse sentido, antes que houvesse a regulamentação da profissão de arquivista em 1978 pode-se supor que tal carreira existiu de maneira pontual em algumas instituições públicas brasileiras.

O exercício da profissão [de arquivista] é mais antigo que seu reconhecimento como profissão regulamentada. Alguns estados e municípios brasileiros reconheceram a profissão da administração pública, vinculada à criação dos órgãos responsáveis da custódia dos documentos oficiais (SOUZA, 2011, p. 54).

Para Maia (2006) a história da Arquivologia no país começa com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, desencadeando providências de organização e de armazenamento em relação aos documentos oficiais a serem preservados. A criação do Arquivo Público do Império teria implicado no desenvolvimento de técnicas de conservação do vasto acervo documental até então produzido e a se constituir. O autor observa que somente em 1911 a missão do Arquivo Nacional é realmente definida por regulamento, no mesmo ano em que foi instituído o Curso de Diplomática na instituição, visando à capacitação de seus funcionários.

Segundo Marques (2011) o Curso de Diplomática no Arquivo Nacional foi instituído pelo então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por meio do Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911, com duração de dois anos e conteúdos de Paleografia, Cronologia, História e Classificação. Marques (2007) identifica ainda o Decreto 15.596, de 2 de agosto de 1922, criando um curso técnico comum ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Museu Histórico Nacional, mas que não se efetivou, por isso, supõe a inexistência de cursos para a formação específica em arquivística no país até o final da década de 1950.

O argumento de Silva (2010) é diferente e aponta o surgimento da área na realização do Curso Avulso de Preparação de Pessoal para Organizações de Serviços, do DASP em 1943, e do Curso de Arquivologia e Administração de Documentos, da FGV em 1947. Assim, destaca o papel dessas instituições na construção de parâmetros de organização dos documentos em diversos arquivos, em todo o território nacional, inclusive na importação do modelo norte-americano que irá privilegiar a gestão de documentos.

No governo de Vargas, a propaganda, a publicidade e a imprensa eram controladas e só era veiculado o que interessava ao governo, característica presente nos regimes ditatoriais. [...] Os arquivos administrativos reúnem informações que podem ajudar na tomada de decisões para alavancar um projeto, como também podem servir para a sua destruição pela concorrência. Essa preocupação com a espionagem, afinal estamos em plena guerra, irá favorecer aos arquivos administrativos que passam a ser considerados estratégicos (SILVA, 2010, p. 68).

O Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP foi criado em 1938 com a finalidade de equipar o Estado com racionalidade administrativa. Tratava-se de modernizar a burocracia e estabelecer a avaliação da capacidade no recrutamento do funcionalismo. Suas atribuições constitutivas foram:

- a) Seleção de candidatos aos cargos públicos federais;
- b) Aperfeiçoamento dos funcionários civis da União;
- c) Especificações de materiais para uso nos serviços públicos;
- d) Auxílio à presidência da República no exame dos projetos de lei submetidos à sanção;

e) Inspeção aos serviços públicos.

Ao DASP é atribuído o papel de ter valorizado a função dos arquivos na administração pública, especialmente porque possibilitou a ida de funcionários a outros países com o objetivo de se especializarem no assunto, e de ter criado as carreiras de Arquivologista e de Assistente de Documentação na administração federal em 1944. Nesse período o tema da documentação na administração moderna foi enfatizado no seu periódico, a Revista do Serviço Público.

O DASP era o órgão do governo federal responsável por viabilizar a reforma administrativa do serviço público, mas, na verdade, promovia uma forma de neutralizar as disputas políticas, ao implantar na seleção do servidor público os concursos, visando valorizar a capacidade técnica e o mérito, em detrimento da indicação política (SILVA, 2010, p. 55).

Segundo Souza (2011) a Classificação de Cargos do Serviço Público Federal do DASP em 1969 apresentava três classes para carreira de arquivista, da seguinte maneira:

Quadro 4 - Classificações do cargo de arquivista pelo DASP em 1969

ARQUIVISTA – A	ARQUIVISTA – B	ARQUIVISTA – C
Arquivar processos, documentos e papéis em geral	Orientar e controlar os trabalhos e organização e classificação dos arquivos	Supervisionar e coordenar os serviços de arquivo.

Fonte: O autor com base em Souza (2011).

Como primeiro presidente do DASP e da FGV, o engenheiro agrônomo Luiz Simões Lopes contribuiu para a área de documentação, o seu posicionamento envolveu a organização da Biblioteca e do Arquivo Central da FGV, o apoio à criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD e a participação na constituição da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB.

A interpretação de Santos (2008) indica a origem da institucionalização da arquivística no Brasil a partir da experiência do sistema de arquivo da Fundação Getúlio Vargas, mas ressalta que a racionalização administrativa na Era Vargas, entre 1930 e 1945, representa um contexto de reformas e expansão das funções estatais incluindo serviços de

bibliotecas e arquivos. Destaca ainda a trajetória de três profissionais relacionados com esse processo:

- A bibliotecária Nilza Teixeira Soares, recrutada pelo DASP para fazer cursos sobre arquivos permanentes nos Estados Unidos, e posteriormente na Inglaterra e na França, atuou como arquivista e publicou textos premiados sobre avaliação arquivística de documentos.
- A professora primária Maria de Lourdes Costa e Souza, admitida pelo DASP, obtendo treinamento sobre arquivos correntes nos Estados Unidos, atuou como consultora na estruturação do Arquivo Central da FGV.
- A bibliotecária Helena Corrêa Machado, que assumiu a diretoria de documentação do Estado da Guanabara em 1963 e conduziu o processo de estruturação da gestão dos arquivos nesse âmbito de governo, instituindo um modelo que ficou vigente até a década de 1980 no Brasil.

Especialmente no caso da Divisão de Documentação do Estado da Guanabara, Santos (2008, p. 111) acredita que “Helena Machado conduziu um processo de estruturação e institucionalização da gestão dos arquivos que acompanhou a dinâmica da arquivística no Brasil pelas décadas seguintes”. Esse autor supõe a emergência de um conhecimento arquivístico nessa experiência na década de 1960 que foi capaz de ocupar um lugar importante na conformação do campo no país.

Segundo Santos (2008), entre 1958 e 1964, os projetos da FGV e do DASP mais a atuação inovadora de José Honório Rodrigues à frente do Arquivo Nacional tem relações orgânicas e complementares no tocante à experiência prática e ao conhecimento teórico e metodológico do trabalho arquivístico. Crespo (2000) é incisivo, entendendo que, na verdade, a emergência de um pensamento arquivístico estruturado no Brasil se confunde com aquele gestor no Arquivo Nacional.

O historiador José Honório Rodrigues (1913-1987) após um ano como diretor da instituição produziu um diagnóstico com o qual militou pela superação da condição de mero depósito de documentos sem controle técnico. A gestão ficou marcada por relatórios feitos por especialistas estrangeiros sobre a situação dos arquivos brasileiros, apontando

seus problemas e orientando as ações de desenvolvimento da disciplina. Merece destaque a vinda do arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970), que elaborou um texto sobre os problemas arquivísticos do governo brasileiro, demonstrando a importância dos arquivos públicos como lugar de memória nacional.

A chamada gestão inovadora do historiador Jose Honório Rodrigues no Arquivo Nacional (1958-1964) é entendida como um conjunto de iniciativas de modernização das atividades arquivísticas no país, e foi assim contextualizada por Santos (2008, p. 120): “ [...profissionais brasileiros foram] responsáveis pelo conhecimento que se construiu nas décadas de 50 e 60, esses e novos agentes se articularam na década seguinte, entorno da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)”.

Marques (2011) privilegia as iniciativas do Arquivo Nacional buscando orientação técnica de profissionais internacionais e afirma que tais diagnósticos exerceram impacto na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Ao destacar o relatório do Schellenberg, enumera algumas de suas sugestões:

- Necessidade de legislação federal sobre as questões arquivísticas;
- Transferência da sede do Arquivo Nacional para a capital do país;
- Coordenação dos arquivos correntes pelas instituições arquivísticas;
- Organização arquivística dentro de cada poder e esfera de governo;
- Necessidade de literatura arquivística especializada;
- Aperfeiçoamento dos instrumentos de pesquisa para os usuários;
- Desenvolvimento do ensino em Arquivologia.

No quadro abaixo fica evidente a participação de vários especialistas estrangeiros que visitaram o Brasil. É também significativo notar a concentração dessas visitas entre os anos de 1971 e 1978, intervalo que se refere ao período recortado nesta pesquisa sobre a institucionalização do campo arquivístico no país a partir do movimento associativo na década de 1970.

Quadro 5 - Especialistas estrangeiros que visitaram o Brasil (1959-1978)

NOME	DATA	ORIGEM	AÇÕES
Henri Boullier de Branche	1959	Professor francês	Treinamento
Theodore Roosevelt Schellenberg	1960	Professor e vice-diretor do Arquivo Nacional Americano	Consultoria
René Maheu	1971	Diretor da UNESCO	Visita técnica
Vicenta Cortés Alonso	1972	Ministério da Educação e Ciência da Espanha	Visita técnica
Frank B. Evans	1974	Presidente da <i>The Society of American Archivists</i>	Pesquisa
Vicenta Cortés Alonso	1975	Ministério da Educação e Ciência da Espanha	Conferência
Frank B. Evans	1976	Presidente da <i>The Society of American Archivists</i>	Curso técnico
Michel Duchein	1978	Professor e Inspetor Geral dos <i>Archives Nationales</i> da França	Curso técnico

Fonte: O autor com base Santos (2008) e Marques (2007; 2011).

Em 1960, concretamente, o Arquivo Nacional estabeleceu uma ação regular de ensino em Arquivologia, o Curso Permanente de Arquivos - CPA com dois anos de duração. O projeto era uma Escola Brasileira de Arquivística dentro do programa de reorganização da instituição, buscando se voltar também para os objetivos administrativos dos arquivos. Crespo (2000) concluiu que há uma propulsão da arquivística provocada por conjunturas políticas e atuações dos agentes envolvidos neste campo, fundamentalmente, pela presença de estrangeiros, pelos levantamentos dos problemas arquivísticos e pelas publicações de textos de interesse para área, capitaneados pelo Arquivo Nacional.

Maia (2006) destaca que o CPA anunciava, em seu regimento, os seguintes objetivos: formar arquivistas, incentivar pesquisas em arquivologia e desenvolver técnicas para o trabalho em arquivos. Em relação à organização didática havia a previsão dos níveis de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão, ainda que, na prática, tenha ficado restrito à graduação que posteriormente foi transferida para a

Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, atual UNIRIO.

Quadro 6 - Disciplinas do Curso Permanente de Arquivos – CPA

ESPECÍFICAS	GERAIS	HISTÓRICAS
Técnica de Arquivo	Paleografia e Diplomática	História do Brasil
Organização de Arquivos	Bibliografia Geral e do Brasil	História Administrativa
Arquivos Correntes e de Custódia	Administração Brasileira	Historiografia do Brasil
Documentação Moderna	Heráldica, Genealogia e Notariado	Pesquisa Histórica

Fonte: O autor com base em Maia (2006)

O aluno formado pelo CPA em 1965, José Pedro Esposel, também bacharel em Direito, Geografia e História, chefe do arquivo do Banco Central no Rio de Janeiro, tornou-se a liderança central na criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, em 20 de outubro de 1971. Tanto Fonseca (2004), quanto Marques (2007) e Gomes (2011) apontam a importância desse movimento associativo para a institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Na opinião de Santos (2008, p. 121) “No início dos anos 70, a necessidade de criação do Sistema Nacional de Arquivos continuava na agenda da principal instituição arquivística do país [Arquivo Nacional] e da comunidade de profissionais, reunida, desde 1971, entorno da AAB”.

Souza (2011) reafirma a importância do movimento associativo dos arquivistas, enfatizando o papel exercido por José Pedro Esposel, nas conquistas do currículo mínimo da graduação em Arquivologia e da regulamentação da profissão.

Antes da AAB, em 15 de dezembro de 1970, foi fundada a Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística - APHA, na sala de conferência do Arquivo Nacional, com o objetivo de divulgar informações e publicar trabalhos, auxiliando a preparação de pessoas habilitadas para os serviços nos arquivos. A posição dos diretores da APHA era de difundir uma “tecnologia arquivística” suficiente para lidar com arquivos correntes, ainda que frágil para os arquivos de custódia, como lugar de excelência da historiografia.

Nessa visão, os trabalhos de historiadores e arquivistas se distinguiriam na medida em que, diante dos documentos, estes se dedicariam ao acondicionamento, à sua classificação, e os historiadores, a suas interpretações e busca do dado que importa para a comprovação do fato histórico. O trabalho do arquivista seria uma preparação para a tarefa heurística do historiador.

Para Marques (2007) essa proposta dialogava com o anseio de que não desaparecessem os profissionais “de alto nível” necessários aos arquivos de custódia, “indispensáveis” à pesquisa histórica nas fontes.

A criação da AAB, seguida da constituição de seu instrumento periódico de divulgação – a revista *Arquivo & Administração* – e da organização do seu fórum bianual – o Congresso Brasileiro de Arquivologia – são elementos que revelam as características de um plano coordenado de ações. A finalidade foi dignificar o trabalho arquivístico, delineada estatutariamente em três dimensões: formação para a ocupação nos arquivos, legalização profissional da competência e regulação nacional dos arquivos. No capítulo cinco, exploraremos as duas primeiras metas do associativismo arquivístico analisando o percurso entre a enunciação e a concretização das mesmas.

Na perspectiva de Santos (2008, p. 125), “o surgimento de uma associação com aquelas características só viria fortalecer a ação do Arquivo Nacional que vivia um processo de descaracterização, perda de prestígio e capacidade de intervenção na formulação de políticas públicas para a área”.

No primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1973, com 1.300 participantes, a comunidade congratulava-se com a aprovação do curso superior de arquivo, e seu currículo mínimo, pelo então Conselho Federal de Educação. Hoje, o congresso conta com 16 edições e a revista *Arquivo & Administração* firmou-se como o primeiro periódico brasileiro especializado na área. Tanto a designação *arquivista* presente no nome da associação, como *arquivologia* na denominação do congresso e *administração* no título da revista sugerem encaminhamentos escolhidos nesse contexto de sociedade civil organizada. O termo arquivista concorria com arquivologista, a denominação arquivologia e arquivística podia ser confundida, e administração estava sendo reconhecida como área relacionada.

Silva (2010) destaca o apoio prestado pela FGV à AAB para sediá-la quando ainda não tinha adquirido a sua sede própria. Assinala o tratamento dado ao acervo da FGV, pelo seu Arquivo Central, a partir da década de 1970, servindo de modelo para outras instituições. A bibliotecária Marilena Leite Paes, cedida para participar de trabalhos na associação, ministrava o curso sobre o papel da arquivística na documentação, entre 1968 e 1971, na FGV.

O apoio prestado pela FGV à Associação dos Arquivistas Brasileiros, através da cessão de Marilena Leite Paes para participar de trabalhos na associação, da cessão de dependências para a realização de reuniões para a sua criação e também para sediar a AAB, quando ainda não tinha adquirido a sua sede própria e da concessão de apoio financeiro para a realização de eventos, demonstra, mais uma vez, o envolvimento da instituição (SILVA, 2010, p. 74).

Em relação à aprovação do currículo da graduação pelo Conselho Federal de Educação em 1972, Maia (2006) enfatiza a sua proximidade com o quadro de disciplinas do Curso Permanente de Arquivos – CPA do Arquivo Nacional.

Quadro 7 - Currículo mínimo da graduação em Arquivologia aprovado em 1972

ESPECÍFICAS/HIISTÓRICAS	GERAIS
Técnica dos Arquivos	Heráldica, Genealogia, Notariado e Geografia
Reprodução e Conservação de documentos	Estatística e Contabilidade
História do Brasil	Francês e Inglês
História do Direito e das Instituições	Paleografia, Diplomática e Sigilografia
História Administrativa	Bibliografia e Informática

Fonte: O autor com base em Maia (2006).

Ao final de 1973 a AAB comemorou o acordo entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, para validar o nível superior dos diplomas do Curso Permanente de Arquivo, conferindo status universitário ao ensino profissional ministrado de maneira regular há mais de 10 anos.

A regulamentação da profissão ainda significava um ideal a ser perseguido quando, em 1977, o CPA foi absorvido pela federação de escolas que deu origem a atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano implantou-se a graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria, o que aponta para uma repercussão nacional e não restrita ao Rio de Janeiro. O modelo de formação defendido pelo movimento associativo emplacou a Arquivologia no ambiente de ensino e pesquisa da universidade, marco de institucionalização do campo.

Silva (2010) reconhece o associativismo arquivístico como relevante fórum de reflexão e intercâmbio de experiências, através de cursos ministrados, dos congressos organizados e do periódico publicado. Entretanto, Crespo (2000) observa um projeto de construção da área no Brasil, mas apenas como categoria profissional que adquiriu reconhecimento político-burocrático da profissão de arquivista. Para o autor os aspectos formais e da legalização sobre o campo de trabalho sobressaíram frente à questão da disciplina.

Estes esforços marcaram a ampliação da arquivística enquanto categoria profissional e desencadearam no reconhecimento político-burocrático da profissão de arquivista. As preocupações com a afirmação de um corpo de agentes, responsáveis por lei, pelos serviços de organização dos arquivos foram mais evidentes, na época, do que o seu desenvolvimento no aspecto científico. As questões do poder e das relações formais e da legalização inerentes à constituição de um campo de trabalho sobressaíram frente aos problemas de caráter teórico-prático da disciplina. O projeto de construção de uma profissão se voltou para a conquista de espaços mais institucionais do que cognitivos. Esta trajetória tem significativa relevância nas características deste campo no Brasil (CRESPO, 2000, p. 82)

Na opinião de Souza (2011) o associativismo arquivístico não ficou sem agenda quando a graduação em Arquivologia e a regulamentação da profissão de arquivista no Brasil se tornaram uma realidade, a partir de 1978, isso porque tais institucionalizações não foram acompanhadas pela criação de um Conselho Profissional, logo, as associações poderiam assumir uma responsabilidade no lugar de instâncias governamentais em prol dos direitos dos arquivistas e do reconhecimento de seu papel na sociedade, exercendo a fiscalização do exercício da profissão.

É importante notar marcos de institucionalização no período: 1971 – Criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros; 1972 – Autorização do curso de Arquivologia pelo Conselho Federal de Educação; 1973 – Mandato universitário concedido pela UFRJ ao curso do Arquivo Nacional; 1977 – Incorporação do curso do Arquivo Nacional pela atual Unirio; 1978 – Regulamentação da profissão de arquivista no país.

Para a institucionalização do campo arquivístico no Brasil Fonseca (2004) enumera, na sua opinião, quais foram as principais conquistas:

- A promoção dos Congressos Brasileiros de Arquivologia;
- A publicação da revista Arquivo & Administração;
- A criação da graduação em Arquivologia;
- A regulamentação da profissão de arquivista.

Nessa direção, Gomes (2011, p. 87) sistematiza sua compreensão sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil na década de 70:

A fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, possibilitou que profissionais de arquivo passassem a refletir, debater e propor ações para o desenvolvimento e construção de uma pauta identificada com o campo arquivístico. Esses profissionais de arquivo no Brasil, principalmente aqueles que desempenharam papel central no processo de fundação e posteriormente nas ações associativistas entre 1971 e 1978, eram servidores públicos em sua maioria. Assim, quando observamos as ações promovidas pela AAB nos anos de 1970 notamos que a entidade indissociava matérias próprias do campo da política pública com reivindicações de caráter corporativista. Protagonista dos processos de institucionalização do campo nesse período, alguns de seus membros (corpo social da AAB) nas décadas de 1950 e 1960, participaram de programas do governo federal – DASP, Ministério da Fazenda, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Museu Nacional – de formação e capacitação de pessoal em técnicas e procedimentos próprios do campo arquivístico.

Posteriormente, a gestão da socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto no Arquivo Nacional de 1980 a 1990, incluiu a elaboração e a execução do projeto de modernização da instituição, reforçando sua liderança entre os arquivos públicos e na comunidade profissional. Para Fonseca (2004) até então as instituições arquivísticas no Brasil e nos

países latino-americanos ainda não existiam efetivamente, apesar de suas instalações e presença nos organogramas das administrações públicas.

Em 1981, o Arquivo Nacional, sob a direção de Celina Vargas do Amaral Peixoto, que tinha sido a criadora do CPDOC na FGV, iniciou o Programa de Modernização Institucional Administrativa do Arquivo Nacional, através de convênio realizado entre o Ministério da Justiça, ao qual o AN estava subordinado, e a Fundação Getulio Vargas (SILVA, 2010, p. 81).

Nesse momento em que o corporativismo profissional tinha uma ação forte e vitoriosa em relação ao ensino universitário e à legalização da ocupação, Celina Vargas enfrentou pressão ao insistir em se declarar socióloga, sem aceitar o enquadramento como arquivista pelo tempo de trabalho em arquivos, o que era permitido nos primeiros anos da regulamentação da profissão de arquivista. A materialidade dessa disputa no campo pode ser observada no depoimento abaixo⁶.

Havia, naquela época, muito corporativismo no campo das bibliotecas, dos arquivos, das associações de classe. Diziam que nós não tínhamos competência, que não tínhamos formação. Quando assumi a direção do Arquivo Nacional a pressão foi muito maior, porque eu me declarava socióloga — nunca me declarei arquivista, nunca fiz curso de arquivo. Houve a regulamentação da profissão de arquivista e, como eu tinha um tempo de trabalho no CPDOC, poderia ser considerada arquivista. Queria que eu me enquadrasse, mas respondi que não ia me enquadrar, ao contrário: ‘No dia em que me enquadrar, estou liquidada’ (D'ARAUJO, 1999, p. 236).

Os desdobramentos mais evidentes dessa modernização seriam a cooperação entre instituições arquivísticas brasileiras, o debate em torno de um projeto de lei para os arquivos brasileiros, a produção de conhecimento arquivístico e a qualificação internacional do pensamento arquivístico brasileiro, no entanto, nota-se um paralelo enfraquecimento do movimento associativo nas bases da década anterior. Sobre o contexto histórico mais amplo, Santos indica que

⁶ PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. O CPDOC e a redescoberta da história do Brasil contemporâneo. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

O intenso movimento de recuperação e resgate do patrimônio e da memória, vivido a partir da década de 1980, alcançou as mais diversas instituições, como as universidades, onde surgiram centros de documentação que abrigariam arquivos das mais diversas procedências. Se analisarmos os diversos projetos de criação desses centros, é possível perceber que eles se basearam nos seguintes fatores: a necessidade dessas instituições possuírem centros de referência para o desenvolvimento da pesquisa nas suas áreas de atuação; o crescimento do sistema de pós-graduação no país a partir da década de 1970, que ampliou a demanda pela sistematização de informações e fontes documentais, despertando o interesse pela guarda de documentos relativos ao seu universo de atuação; e o crescimento do ensino e da pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais, sobretudo a partir da década de 1980 (SANTOS, 2008, p. 139).

Embora se reconheça um processo de fortalecimento da comunidade arquivística, inicia-se no final da década de 1980 uma desmobilização do movimento associativo unificado, ao tempo em que ocorre a institucionalização do terceiro aspecto das realizações que orientaram a formação do movimento: a legislação arquivística brasileira. A partir de 1991, o país passou a contar com uma lei federal que legalizou a organização e a função das instituições e dos serviços arquivísticos públicos nas diferentes esferas de governo.

O momento de consolidação do espaço da universidade é na década de 1990. O número de cursos de Arquivologia no país dobrou. Fonseca (2004) demonstra que esse processo coincide com a perda de liderança da AAB na área mais a desmobilização das instituições arquivísticas, inclusive do Arquivo Nacional, no contexto de desmonte do Estado brasileiro no quadro neoliberal de Estado mínimo. A autora aponta a falência do tipo nacional de associativismo, dando lugar a associações regionais.

A falência deste tipo nacional de associativismo, dando lugar à associações regionais, mais capazes, talvez, de lidar com as diversificadas realidades brasileiras, marca o final, nos anos 90 da liderança da AAB na área.(FONSECA, 2004, p. 107)

O modelo de associativismo arquivístico com filiais, e sua obrigação estatutária de repasse de 20% da receita para sede, provocou diferentes disputas que culminaram no rompimento através da extinção dos núcleos regionais em 1998. Conseqüentemente foram criadas as novas associações estaduais autônomas. Essa forma de representação da profissão seguiu como caminho de organização da categoria, apesar das rupturas. A

distribuição das associações pelo país revela que ainda há ausência de representação da região norte e apenas uma do nordeste, conforme abaixo:

- Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB-RJ (1971)
- Associação Brasileira de Arquivologia – ABARQ (1998)
- Associação dos Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP (1998)
- Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul – AARGS (1999)
- Associação dos Arquivistas da Bahia – AABA (2002)
- Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro – AAERJ (2004)
- Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo - AARQUES (2005)
- Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná – AAPR (2006)
- Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (2006)

As associações autônomas de Brasília e de São Paulo foram criadas logo em seguida à extinção dos núcleos regionais da AAB nesses lugares. Em princípio sugerindo que a AAB se transformaria na associação dos arquivistas do Rio de Janeiro, mesmo mantendo o escopo nacional no nome. O fato é que a partir de 2004, quando foi criada a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, não há mais âmbito nacional nem regional para a atuação da AAB como entidade coletiva da classe. Em 2007, Jose Pedro Pinto Esposel, emitiu a sua opinião:

Quanto ao destino da AAB, entre outras possibilidades que devem existir, considero duas alternativas bem viáveis e oportunas: a primeira, mediante mais uma assembléia geral, promover uma alteração estatutária e transformá-la em um ente cultural, publicando matérias de interesse para o progresso da Arquivologia. As que forem realmente de valor serão bem-vindas e absorvidas pela coletividade; as demais serão ignoradas. Na mesma ocasião, pode ser modificada a razão social para Associação cultural dos Amigos dos Arquivos Brasileiros – ACAB [...] A outra hipótese será a extinção da AAB, assunto previsto no estatuto [...] (ESPOSEL, 2008, p. 234-235).

Souza (2011) sistematizou os objetivos estatutários das associações de profissionais de arquivo no Brasil:

- Congregar profissionais de arquivo;
- Publicação de literatura arquivística;
- Organização de eventos científicos no campo da arquivologia;
- Promoção de cursos técnicos.

Ainda segundo Fonseca (2004), assiste-se, nos anos 1990, a uma configuração do campo arquivístico com base na produção de conhecimento em *arquivologia* instalada na universidade, no crescente número de *arquivistas* diplomados por essa graduação específica e na implementação de mecanismos legais, e nacionais, de coordenação dos *arquivos* – previstos pela Lei de Arquivos.

Desde 2003, a autoridade arquivística do Arquivo Nacional foi ainda mais afirmada pelo decreto presidencial que instituiu o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA⁷. Concretamente, significa coordenar os serviços de arquivo do poder executivo federal, organizando comissões setoriais ligadas àquele órgão. É curioso o fato de que também há o Sistema de Serviços Gerais – SISG⁸, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, anterior, com competência sobre a documentação e as comunicações administrativas nos órgãos federais.

Nos últimos cinco anos surgiu uma crise no cenário das várias associações profissionais brasileiras, a partir da necessidade de promover ações integradas no campo arquivístico. A primeira iniciativa, em 2006, foi a Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia – ENARA, com a presidência rotativa entre as entidades filiadas, apenas Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Brasília e Paraná. Esse grupo tem insistido na legitimidade de sua representação nacional, criando sites, blogs, listas de discussão, redes sociais e pronunciamentos sobre assuntos de interesse para a área, além de organizar o Congresso Nacional de Arquivologia, com o mesmo calendário bianual do Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado desde 1972 pela AAB (SILVA, 2010).

⁷ BRASIL. Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 15 dez. 2003.

⁸ BRASIL. Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994. Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 24 mar. 1994.

Por outro lado a AAB, legitimada pela sua história e realização do congresso há quatro décadas, criou em 2007 o Fórum das Associações Profissionais de Arquivologia para reunir entidades que atuam no âmbito dos arquivos, sem prejuízo de suas respectivas autonomias. A adesão inicial foi de São Paulo, Goiás, Bahia e Rio Grande do Sul. Os baianos se vincularam às duas iniciativas. A integração dos profissionais, na visão desse fórum, primeiro passaria por conhecer o perfil dos profissionais que atuam na área. Foi elaborado e disponibilizado no site o questionário a ser preenchido por profissionais que desenvolvessem atividades arquivísticas em arquivos, centros de documentação e centros de memória. Os resultados do Censo dos Profissionais de Arquivo no Brasil não estão disponibilizados.

Recentemente foi fundado o Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo – SINARQUIVO, em 2008, visando defender os interesses e os direitos da classe e fiscalizar o exercício ilegal da profissão (SILVA, 2010). Os objetivos do SINARQUIVO são:

- Coordenar e encaminhar as reivindicações salariais e profissionais dos integrantes da categoria, especialmente em negociações e dissídios coletivos;
- Defender os interesses e direitos individuais ou coletivos dos representados;
- Promover o desenvolvimento e aprimoramento cultural, social e técnico dos representados;
- Integrar a sociedade civil organizada como entidade comprometida com o Estado de Direito Democrático e com o bem estar social.

Para Souza (2011) a partir de 2008 o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, exerceu impacto na institucionalização do campo arquivístico no Brasil quando fomentou a criação imediata de seis novos cursos, inclusive contemplando a região norte em que ainda não existia essa graduação. A autora mapeia a existência de 16 cursos de arquivologia no Brasil em 2011. Abaixo segue quadro demonstrando a data de criação dos cursos distribuída em décadas.

Quadro 8 - Cursos de arquivologia no Brasil (1977-2011)

DÉCADA	INSTITUIÇÃO	ESTADO	ANO
1970-1979	UNIRIO	RJ	1977
	UFSM	RS	1977
	UFF	RJ	1978
1980-1989	--	--	--
1990-1999	UNB	DF	1990
	UEL	PR	1997
	UFBA	BA	1997
	UFRGS	RS	1999
	UFES	ES	1999
2000-2009	UNESP	SP	2003
	UEPB	PB	2006
	UFAM	AM	2008
	UFMG	MG	2008
	FURG	RS	2008
	UFPB	PB	2008
	UFSC	SC	2009
2010-2011	UFPA	PA	2011

Fonte: O autor com base em Souza (2011).

Por fim, nota-se que a noção de campo arquivístico apreende as práticas discursivas e a distribuição de posições relacionadas entre trabalhadores dos arquivos, instituições custodiadoras de acervos arquivísticos, associações de profissionais da área, instituições de ensino de arquivologia, produtores de conhecimento arquivístico, usuários de arquivos e organizações servidas pelas funções arquivísticas. Aponta para um lugar em que se reproduz o campo arquivístico.

Quadro 9 - Interpretações sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil

POSICIONAMENTOS DOS AUTORES
• Origem identificada na criação do Arquivo Nacional, em 1838;
• As iniciativas do Arquivo Nacional, de 1911 e 1960, dos cursos de diplomática e depois de arquivo;
• O papel do DASP e da FGV na modernização do Estado;
• A liderança da Associação dos Arquivistas Brasileiros, na década de 1970, na configuração do campo com um modelo nacional de institucionalização da arquivologia (curso universitário), do arquivista (profissão legalmente de quem cursou essa graduação);
• Os projetos de modernização do Arquivo Nacional nos anos de 1960 e 1980.

Fonte: O autor.

Os argumentos de Fonseca (2004), Souza (2010) e Gomes (2011) reforçam a condição determinante do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Refere-se a uma instância de ação coletiva em que se pode observar o trabalho de lembrança e esquecimentos sobre a institucionalização do arquivista e da arquivologia no país, constituindo um campo como lugar em que se produz e se reproduz tanto a preocupação com os arquivos, como a competência para o trabalho arquivístico.

4 A LINGUAGEM COMO INSTÂNCIA PARA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

Conforme foi indicado no primeiro capítulo, busca-se reconhecer que a linguagem é uma instância privilegiada de funcionamento da memória, entendendo memória como dinâmica social na qual se produz sentidos a partir do presente. Ou seja, o trabalho de lembrança nos discursos revela o ingresso tanto do lembrar quanto do esquecer na esfera de uso da linguagem.

O percurso dos estudos da linguagem envolve o desenvolvimento de teorias sobre os usos da língua, a comunicação e a inserção histórica do simbólico. Essa trajetória pode ser apresentada, numa perspectiva cronológica, com antecedentes à constituição da disciplina lingüística e os posteriores embates das ciências da linguagem: estruturalismos que podem variar enfatizando a gramática, a mente, a sociedade, o histórico e o político. Hoje a configuração do campo lingüístico sugere um conjunto de opiniões relacionadas tanto ao espaço de investigação científica, na medida em que controla seus objetos e enunciados intersubjetivamente compreensíveis, como também um campo discursivo que aborda a linguagem buscando entendê-la em múltiplas dimensões: política, cultural, simbólica e cognitiva.

Para Guimarães e Orlandi (2006) o surgimento da lingüística como disciplina científica situa-se no século XIX, ainda que o interesse pela linguagem tenha sido contemplado pela tradição filosófica desde a Grécia. As relações entre linguagem e conhecimento, na classificação das palavras em nomes e verbos, já seria um indício do pensar sobre o fenômeno da fala, de acordo com a proposta de Platão. As artes da retórica e da gramática seriam também antecedentes da lingüística. A primeira relacionada ao surgimento dos instrumentos de regulação e controle do modo correto de escrever e aprender uma língua e a segunda referente às táticas e às técnicas do orador.

A lingüística que emerge no século XIX tem o objetivo de classificar e descrever o desenvolvimento das línguas em sua forma, num cenário de otimismo no poder da razão e pretensão de objetividade da ciência para conhecer e intervir no mundo. A perspectiva dominante desses estudos foi a comparação histórica das línguas indo-européias na Europa e a identificação de registros de línguas ditas nativas na América do Norte. O conceito

central é o de língua como um objeto constituído pelos níveis do som (fonética), da palavra (morfemas) e do significado (semântica).

Os questionamentos filosóficos sobre a linguagem são também importantes com a emergência da filosofia analítica na primeira metade do século XX, problematizando a significação dos enunciados nos atos de fala. Esse movimento postula uma unidade no exame da proposição de uma frase para além da palavra e do conceito, como forma da reflexão filosófica contribuir para a ciência lingüística. Pontua uma passagem da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem em que as relações entre linguagem e mundo substituem as relações sujeito objeto da subjetividade transcendental.

A marca decisiva do início do século XX nessa trajetória foi o enfraquecimento dos posicionamentos naturalistas e biológicos para caracterizar leis fonéticas. Também faz parte da linguística do século XX as aproximações com a antropologia e a sociologia, concebendo a linguagem condicionada pelo exterior, determinada pela cultura.

Paul Ricoeur foi um filósofo que participou de debates sobre memória e articulou a sua relação com a linguagem. No livro *A memória, a história e o esquecimento* (2007), as suas preocupações são três: de ordem pessoal, a experiência temporal e a operação narrativa na consciência de pertencimento definida pela recusa do distanciamento; de ordem profissional, conflito com os historiadores sobre as relações entre memória e história; e, de ordem moral, um compromisso com uma ideia política de justa memória.

O autor demonstra uma arte de memória, que não é imaginação, pensada desde a filosofia antiga. A memória é, sobretudo, uma capacidade de (re) significar as coisas e a si e não apenas um instrumento de guardar dados mnemônicos. Formula uma fenomenologia da lembrança no momento em que a memória se objetiva como imagem presente de uma coisa ausente marcada pela anterioridade.

O livro está dividido em três partes: a fenomenologia da memória, a epistemologia da história e a condição histórica. Na primeira parte duas provocações são norteadoras: a) de quem nos lembramos? b) quem se lembra? Com base na herança grega, o objeto da memória seria uma lembrança dada diante do espírito, uma representação da coisa ausente, para Platão. Em Aristóteles ela é o passado inscrito na alma podendo vir ao espírito ou ser buscado.

Ricouer distingue a memória como capacidade de visar com referências passadas e a lembrança como a coisa visada. Esta é entendida como uma imagem que fazemos do passado no plano da experiência viva. Adota a concepção de Henri Bergson sobre a passagem da lembrança pura à lembrança-imagem.

Nesta perspectiva, a lembrança pura e vivida não estaria ainda na forma de imagem, e seria essencialmente virtual, mas capaz de conduzir à lembrança-imagem que se atualiza no presente com a passagem do virtual ao efetivo. Essa compreensão é o plano de fundo da resposta à pergunta *de que lembramos*. Revela-se uma busca de verdade que se manifesta como tal nesse momento de reconhecimento ou atualização com base no esforço de recordação, garantidor de confiabilidade ao que for lembrado. Assim é que “[...] sentimos e sabemos que alguma coisa se passou, que alguma coisa teve lugar, a qual nos implicou como agentes, como pacientes, como testemunhas”(RICOUER, 2007, p. 70).

Desse modo, as lembranças e os esquecimentos dos agentes e das testemunhas da institucionalização do campo arquivístico é parte constitutiva do processo sócio-histórico ou da trajetória de formação da arquivologia e do arquivista no Brasil posta em questão nesta pesquisa.

Nesse horizonte se inscrevem os trabalhos de Maurice Halbwachs (1877-1945), que é considerado um fundador do conceito de memória coletiva. Trata-se de uma denúncia a atribuição da lembrança a nós mesmos, naturalmente espontânea, sem considerar a realidade social fora de nós.

Halbwachs categorizou uma memória histórica que é fundamentalmente nacional mas vai aos poucos se integrando à memória viva na participação escolar de crianças, ainda que entre o indivíduo e a nação existam os vários grupos, profissionais por exemplo, nos quais memórias coletivas reforçam instituições sociais retomando tradições. É no quadro de um pensamento coletivo que se realizaria o ato pessoal de recordação socialmente marcado pelo lugar ocupado e as relações mantidas e alteradas nesse contexto.

Nesse ponto, a argumentação de Ricouer encontra-se entre uma sociologia da memória coletiva e uma fenomenologia da memória individual, considerando tanto a possibilidade de consciência do eu individual quanto a capacidade de entidades coletivas de recordar e manter lembranças compartilhadas. Busca na região da linguagem um instância declarativa da memória, “a lembrança é dita, pronunciada, já é uma espécie de discurso que

o sujeito trava consigo mesmo.” (RICOUER, 2007, p. 138) Essa condição declarativa da memória também seria o seu ingresso na esfera pública, de impedimentos, manipulações, fragilidades no confronto com o plano institucional.

Portanto, a idéia de memória compartilhada se realizaria num plano intermediário entre a memória viva das pessoas individualmente e a memória pública de comunidades a que se pertence, construída no e pelo discurso. O trabalho de memória se apresenta na produção discursiva com a finalidade de tratar da coisa ausente marcada pela distância temporal e sendo reconhecida no ato de lembrar, “[...] uma teoria da atribuição, sob tríplice figura da atribuição da memória a si, aos próximos e aos outros longínquos”. (RICOUER, 2007, p. 503)

Até esse ponto, a argumentação de Ricouer sobre as operações constitutivas da memória relacionada ao enigma da representação presente de uma coisa ausente marcada pelo selo da anterioridade ilumina a pertinência dos discursos de memória para elucidar o trabalho de lembrança e esquecimento sobre a institucionalização com campo arquivístico no Brasil na década de 1970.

4.1 Linguagem e memória a partir de Bakhtin

Mikhail Bakhtin (1895-1975) é considerado um filósofo da linguagem influente nas áreas da teoria literária e semiótica, e sua lingüística ultrapassa uma visão da língua como sistema, propondo a abordagem de outros fatores como condições históricas, contexto de fala e relação entre locutor e ouvinte.

Para Bakhtin (1997), o plano comunicativo da linguagem foi relegado pelos lingüistas no século XIX ao enfatizarem a função da língua apenas para o pensamento, inclusive ignorando a necessária relação com parceiros no processo de comunicação. Critica a idéia de que a língua só requereria um locutor que se satisfaz com a correspondência entre o seu pensamento e o objeto do seu discurso.

O enunciado bakhtiniano encontra-se influenciado pela condição de produção de quem enuncia, ou seja, os lugares sociais dos interlocutores, e sua inserção no momento histórico da enunciação; também está relacionado com a organização social da linguagem que não se cria a cada vez que comunicamos, mas é socialmente compartilhada; supõe

ainda uma construção enunciativa realizada por aquele que a produz com os recursos disponibilizados da língua.

Na contramão das simplificações lingüísticas sob a fórmula de processos ativos da fala no locutor, e processos passivos de compreensão da fala no ouvinte, na opinião de Bakhtin (1997), tanto o locutor quanto o ouvinte, são ativos. Isso porque a compreensão da fala por um ouvinte é uma atitude responsiva ativa em que se elabora uma concordância, uma objeção, uma adesão.

Essa compreensão do ouvinte implica que há ação responsiva antecedendo a resposta ao que se lê ou ouve. Fora da explicação passiva do ouvinte, existiria um fenômeno real e concreto de protagonistas da comunicação verbal, assim, não se omite a complexidade que configura o papel ativo do outro na comunicação verbal. O locutor e o ouvinte são entendidos como respondentes ao mundo dos enunciados anteriores e do sistema da língua disponível.

Bakhtin (1997), então, combate o pensamento lingüístico que não vê a unidade real da comunicação verbal no enunciado, e, ainda, delimita o que seja esse enunciado concreto. **Primeiro**, o enunciado se caracteriza pela alternância dos sujeitos falantes, a transferência da palavra ao outro, como num diálogo. Cada réplica possui seu acabamento para além do fragmento que representa ao estar ligada a outras réplicas dentro de um diálogo.

O enunciado se apresenta como uma unidade da comunicação verbal e se distingue da oração, como uma unidade da língua. A oração não estaria em contato imediato com a realidade, nem em relação imediata com outros enunciados, nem com capacidade de estabelecer uma atitude responsiva no outro. Adquire as propriedades do enunciado como parte dele. Desse modo, o que as pessoas trocam não são orações, mas enunciados.

A unidade-enunciado, nos vários gêneros de discurso científicos e artísticos, é entendida como um diálogo com obras antecessoras (para se apoiar ou se opor) e tem em vista a resposta do outro ao exercer uma didática de convencimento ou influência crítica. Como num diálogo a fronteira da obra-enunciado encontra-se na alternância dos sujeitos falantes.

A **segunda** caracterização do enunciado na condição de unidade da comunicação verbal seria o seu inacabamento. Essa concepção, em Bakhtin, diz respeito à relação que se estabelece, de modo presumivelmente infinito, entre o que é enunciado e o que já o foi

anteriormente, bem como com o que virá enunciado depois, caracterizado para ele como uma atitude responsiva. Essa relação de inacabamento, por sua vez, vem moldada em conjuntos de enunciados razoavelmente estáveis, ao que o autor denominou de gênero, que permite aos interlocutores estabelecerem a comunicação de fato. Importa salientar que essa relação encadeada entre os enunciados pressupõe uma forte base na memória.

A **terceira** delimitação do enunciado é a sua relação com a autoria e com os outros parceiros da comunicação verbal, isso pressupõe, para o locutor, um conteúdo preciso do objeto de sentido e a necessidade de expressividade do enunciado, “apenas um locutor pode estabelecer essa espécie de relação, ou seja, um juízo de valor a respeito da realidade, que ele realizará mediante um enunciado concreto” (BAKHTIN, 1997, p.309).

Nesse sentido as palavras guardariam alguma distância em relação à realidade efetiva. “O colorido expressivo lhes vem unicamente do enunciado, e tal colorido não depende da significação delas considerada isoladamente” (BAKHTIN, 1997, p. 311). A participação da palavra em nosso discurso apresenta ressonância com enunciados anteriores, mas ganha uma expressividade própria de determinada situação.

Assim, o encadeamento estabilizado dos enunciados está a serviço da concepção que o locutor tem de seu destinatário, permitindo, conseqüentemente, que ele selecione recursos lingüísticos tendo em vista seu destinatário, permitindo-lhe também prever sua resposta. É a esse jogo infinito que Bakhtin denominou de inacabamento da linguagem.

Esse argumento traz para o centro da análise lingüística a função comunicativa da linguagem numa perspectiva dialógica. Apresenta uma abordagem sobre o enunciado como unidade real da comunicação verbal deslocada da ênfase abstrata no sistema da língua (com base na oração, por exemplo).

O enunciado como unidade se torna uma referência concreta de alternância dos sujeitos falantes, configurada nos fragmentos da comunicação que permitem a resposta do outro, além de possuir um querer-dizer de seu locutor realizado pela memória de gênero do discurso escolhido. Assim, ao abordarmos o enunciado revelamos o “seu caráter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância dialógica que remete aos enunciados anteriores do outro [e] as marcas atenuadas da alternância dos sujeitos falantes que sulcaram o enunciado por dentro” (BAKHTIN, 1997, p. 326).

Nessa perspectiva os gêneros do discurso são formas prescritivas de enunciado indispensáveis ao entendimento recíproco entre locutores, ou seja, uma instância normativa e relativamente estável que viabiliza o intuito discursivo. Os gêneros do discurso são formas-padrão de estruturação do uso das palavras em que nos movemos, às vezes, sem nos dar conta, do mesmo modo como nos valem de uma língua materna sem saber gramática, por exemplo. Na prática os gêneros são capazes de organizar a fala em dadas esferas da comunicação verbal vinculada à situação concreta.

Para Bakhtin a utilização da língua em todas as esferas da atividade humana efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos). O enunciado é contextualizado por seu conteúdo e estilo, além da construção composicional. Nesse sentido, os gêneros do discurso seriam os tipos relativamente estáveis de enunciados.

Essa noção de enunciado problematiza a produção da linguagem incorporando elementos da ordem do social e do histórico, regulados e constituídos sócio-historicamente. As palavras inseridas em enunciados recebem uma expressividade própria do mesmo, isso porque cada enunciado está imerso em um arcabouço histórico-social específico, tornando-o em órgão de memória.

Na obra de Bakhtin o tema da memória está presente naquilo que o outro guarda de mim para a construção da minha unidade, por exemplo. A memória está na cultura, nas relações intersubjetivas que constituem e atualizam tradições culturais, para além do individual. É no conceito bakhtiniano de gênero que se encontra a idéia de órgão de funcionamento da memória, vivendo do presente, mas recordando do passado, portando uma memória coletiva, viabilizando o encontro e a interação com a palavra do outro. Essa teoria da linguagem e da cultura inscreve leitor ou ouvinte numa cadeia discursiva para conferir sentido ao discurso, já que o autor de um enunciado sempre está em diálogo com outros.

Para Bakhtin há um regime ou organização social da linguagem que é memória e meio de ação para o sujeito dotado de uma vitalidade social interna, evidenciando uma importância do cotidiano como esfera de atividade constante e fonte das mudanças sociais, pressupondo que as grandes decisões estão nos momentos diários envolvendo o passado no presente.

Neste ponto foram atingidos os objetivos do capítulo de reunir explicações sobre a linguagem como instância privilegiada para compreendermos fenômenos sociais de lembrança e esquecimento, que traduzem o impacto da linha de pesquisa Memória e Linguagem sobre o enquadramento teórico do objeto da pesquisa, memória e discurso do movimento associativo sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil na década de 1970.

4.2 O conceito de formação discursiva

Formação discursiva: refere-se ao que pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas; trata-se da possibilidade de explicar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica. (FERNANDES, 2008, p. 48-49)

Para Foucault (1971) o discurso é aquilo com o que, e pelo que, se luta - o poder. Esses elementos simbólicos, materializados e situados em palavras, gestos e imagens caracteriza uma idéia de discurso. Essa perspectiva discursiva seria uma chave para elucidar, por exemplo, a ação de um grupo constituído, fazendo circular sentidos na medida em que se lembram, se esquecem inscrevendo-se em seus comportamentos e práticas sociais.

O estudos de Michel Pêcheux (2002; 2006) sistematizaram um modo de conceber a determinação sócio-histórica e o político como constitutivos dos processos de significação e da produção de sentidos entre locutores. Trata-se dos questionamentos sobre a relação da língua com o sujeito e com a exterioridade a partir da análise do discurso que se desenvolve na década de 1960 na França. Aborda-se uma *prática discursiva* como sendo “o conjunto das regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma determinada época ou para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2005, p. 133).

Na análise do discurso as relações entre linguagem, pensamento e mundo são complexas. Desloca-se da noção de homem para a de sujeito e acontecimento da linguagem. O sujeito discursivo se constitui afetado pelo simbólico, além de inconsciente.

A noção de discurso aborda um processo de significação entre sujeitos e sentidos atravessados pela língua e pela história. (ORLANDI, 2009)

O pensamento de Foucault pode ajudar a compreender o processo de institucionalização do campo arquivístico no Brasil porque ilumina a complexidade de uma realidade social em um dado período.

[...] dispersão – com suas lacunas, falhas, desordens, superposições, incompatibilidades, trocas e substituições – pode ser descrita, em sua singularidade, se formos capazes de determinar as regras específicas segundo as quais foram formados objetos, enunciações, conceitos, opções teóricas: se há unidade, ela não está na coerência visível e horizontal dos elementos formados; reside muito antes, no sistema que torna possível e rege sua formação. (FOUCAULT, 2005, p. 80)

Nessa direção, Foucault caracteriza o acontecimento discursivo nas relações de nexos, funcionamento, determinâncias, correlatividades e coexistências; enfim, acontecimento discursivo no processo de emergência de objetos. Na definição deste emerge o “regime de materialidade” presente no discursivo, para Lecourt⁹ (FOUCAULT et al., 1971, p. 50) “[...] torna-se necessário pensar a história dos acontecimentos discursivos como estruturada por relações materiais que se encarnam em instituições[...]” No limite, são nas relações materiais de práticas discursivas que se estruturam e constituem os discursos.

Aqui, da análise do discurso reverbera, com força de crítica, o entendimento que caracteriza os objetos dos diferentes tipos de saber como efeito de uma regularidade discursiva; contanto, impõe-se à constituição desses objetos as condições de historicidade presente na prática discursiva.

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar saber. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não status científico [...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de

⁹ LECOURT, Dominique. A arqueologia do Saber. In:FOUCAULT, Michel et al. **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1971. A publicação é organizada sobre uma entrevista do Michel Foucault no Brasil somada aos ensaios de três críticos, inclusive o Lecourt.

que se ocupa em seu discurso [...]; um saber é também campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...] (FOUCAULT, 2005, p. 204).

Nessa proposta de arqueologia dos saberes Foucault toca na concepção de ideologia:

- A ideologia não exclui a cientificidade. Poucos discursos deram tanto lugar à ideologia quanto o discurso clínico ou o da economia política: não é uma razão suficiente para apontar erro, contradição, ausência de objetividade no conjunto de seus enunciados.
- As contradições, as lacunas, as falhas teóricas podem assinalar o funcionamento ideológico de uma ciência (ou de um discurso com pretensão científica); podem permitir determinar em que ponto do edifício esse funcionamento se dá. Mas a análise de tal funcionamento deve ser feita no nível da positividade e das relações entre as regras da formação e as estruturas da cientificidade.
- Corrigindo-se, retificando seus erros, condensando suas formalizações, um discurso não anula forçosamente sua relação com a ideologia. O papel da ideologia não diminui à medida que cresce o rigor e que se dissipa a falsidade.
- Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência para fazê-lo aparecer e para modificá-lo não é revelar os pressupostos filosóficos que podem habitá-lo; não é retornar aos fundamentos que a tornaram possíveis e que a legitimam: é colocá-la novamente em questão como **formação discursiva**; é estudar não as contradições formais de suas proposições, mas o sistema de formação de seus objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas teóricas. É retomá-la como prática entre outras práticas. (FOUCAULT, 2005, p.208, grifos nossos)

Nessa direção, interessa-nos aqui, compreender formação discursiva como sistema que regra o surgimento do campo arquivístico, os tipos de enunciação formadores de léxicos nesse campo e o reconhecimento dos conceitos e das opções por teorias. Lançamos mão desse conceito para compreender nosso objeto de estudo: discurso de institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

A idéia de formação discursiva para Foucault é descrever dispersões entre um certo número de enunciados ao configurar um sistema de dispersão, desvelando alguma regularidade ou as condições a que estão submetidos os elementos do funcionamento dos discursos.

Guimarães e Orlandi (2006, p. 18) definem as formações discursivas como projeção na linguagem dos sentidos das palavras e das proposições determinados por posições

ideológicas regulando o que pode e deve ser dito. Assinalam ainda que o complexo conjunto de formações discursivas constituem o interdiscurso como uma memória discursiva “que fornece ao sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, experimentadas.”

Segundo Paveau (2007) formação discursiva insere-se no desenvolvimento de um conceito visando ancorar a análise do discurso na história para integrar tempo e espaço no estudo da materialidade da linguagem.

Depois de apreendida a ideia de trabalho de lembrança e esquecimento na esfera da linguagem, a partir de Ricouer, do que são os enunciados e sua relação com a memória, com base em Bakhtin, consideramos o auxílio do conceito de formação discursiva tendo em vista o objetivo do capítulo de reconhecer a linguagem como instância para a construção de memórias dentro desta pesquisa sobre memória da institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

4.3 Discursos de memória do associativismo arquivístico

A memória social é um ponto de partida, uma área de debate que atravessa o campo dos arquivos e um modo de tematizar o fenômeno da lembrança e do esquecimento em que, nesse caso, prende-se à institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

A institucionalização de uma ocupação como profissão pode ser observada pelos instrumentos de representação que essa profissão constrói para se reconhecer enquanto tal. Como já foi identificado no capítulo três, além de uma executiva nacional de associações de arquivologia, existem hoje as associações regionais, configurando um conjunto de instituições em prol da área arquivística, desde a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, em 20 de outubro de 1971.

No entanto, qual foi a história social do trabalho de luta e de concorrência no qual se construiu a legitimidade dos problemas dos arquivistas? Para Bourdieu isso é

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica de crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores. (BOURDIEU, 2004, p. 69).

A autonomia relativa do campo arquivístico se relaciona com o discurso da especificidade do trabalho arquivístico construído no sentido de legitimar uma reserva de mercado regulamentada e o seu status de área do conhecimento dentro do aparelho de ciência no país.

As esferas institucionais que configuram o campo arquivístico são também onde se realizam o trabalho de memória sobre a constituição da arquivologia e do arquivista no Brasil. Nesta pesquisa privilegia-se três aspectos da configuração do campo arquivístico no Brasil na década de 1970: associativismo arquivístico, ensino universitário em arquivologia e legalização profissional do arquivista. Para Pierre Bourdieu o que importa é entender a história social desses problemas, como o agrupamento desenvolveu o que está em disputa na reprodução do campo.

Neste capítulo apresentaremos a transcrição de sequências discursivas dos editoriais do órgão oficial de divulgação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972-1978. Os editoriais da Revista Arquivo & Administração na década de 1970 indicam a concepção da profissão compartilhada pelo conjunto dos arquivistas, uma vez que se pode pensar na composição de um coletivo, apesar de sua dinâmica de divergências e conflitos. O fato é que se trata de um momento significativo da vida da profissão em que se articulam forças conforme se desenvolve um empreendimento de institucionalização do campo arquivístico no país.

No discurso do associativismo arquivístico pode-se observar esforços não só para promover a profissão pelas reivindicações de status mas também a defesa de uma certa concepção de conhecimento científico em torno do trabalho do arquivista. O instrumento de comunicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros serviu como foro de expressão para caracterizar a extensão das tarefas deste profissional. Em menos de dez anos os arquivistas instituíram seu território profissional além de haver conseguido organizar uma corporação a princípio desarticulada.

<p>A atividade arquivística encontra finalmente, em nosso país, o reconhecimento de sua importância e “Arquivos & Administração” marca, justamente, a certeza e o <u>vigor desse movimento</u>. Os objetivos que determinaram a sua existência são os mesmos da Associação dos Arquivistas Brasileiros, da qual é o órgão de divulgação. [...] são muitas</p>

as empresas particulares que, organizadas dentro de padrões racionais, não se descuidam de seus arquivos [...] nos setores da administração pública, em geral, a situação assume outro caráter. Questão de mentalidade pouco esclarecida e desconhecimento de informações técnicas sobre o assunto [...] Os arquivos se constituem em auxiliares preciosos de duas disciplinas, pelo menos: A Administração e a História. Portanto são essenciais ao desenvolvimento e à cultura. [...] “Arquivos & Administração” circulará três vezes por ano, meses de abril, agosto e dezembro e sua distribuição será gratuita. Depois dos arquivistas ela se destina aos empresários em geral, gerentes, autoridades administrativas, historiadores, pesquisadores, professores e demais interessados. **(Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1972, p.2).**

Conforme trecho transcrito acima, o esquema discursivo está bem estabelecido: os arquivistas agora se tornaram agentes importantes em seu próprio reconhecimento e se percebem como detentores da técnica sobre os arquivos, essenciais ao “desenvolvimento” e à “cultura”. Neste momento já se esboçam duas orientações que poderiam dividir a profissão. De um lado, havia a perspectiva do desenvolvimento, Administração, e, do outro, o arquivo enquanto suporte cultural, ligado a História. É importante notar a queixa contra o setor público inserida no discurso do associativismo arquivístico.

O exemplo da política nacional de arquivos, implantada pelas grandes revoluções que se verificaram na França, em 1789, e na Rússia, em 1917, conquistou franca adesão, e hoje todos os países culturalmente evoluídos e economicamente desenvolvidos contam com uma estrutura racional que disciplina o recolhimento, a preservação e a utilização do seu patrimônio documental. **(Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973a, p. 5).**

Esse enunciado sugere um olhar para o plano internacional acionando emblemas revolucionários para reforçar um apelo pela superação da suposta defasagem do Brasil em relação aos “culturalmente evoluídos”. É merecedora de atenção a evocação das “grandes revoluções” como exemplos arquivísticos em plena década mais repressiva do período militar brasileiro quando estava em disputa a denominação do regime: golpe ou revolução. Não será este um indício sobre como o coletivo profissional dos arquivistas enunciavam suas questões específicas frente ao contexto de governo dos militares?

Em pauta o problema da situação do arquivista no Serviço Público. [...] num momento em que esperávamos medidas justas e oportunas e, principalmente, coerentes nos diversos setores da administração pública, vem o Decreto 72.493, de 19 de julho de 1973, que dispõe sobre o grupo de outras atividades de nível superior - causar a maior perplexidade e desencanto para os profissionais de arquivo. Insistindo numa visão superada e mal esclarecida das funções e finalidades dos arquivos, confunde e distorce as atribuições peculiares aos serviços que ali devem se desenvolver. Textualmente se refere aos arquivistas com formação de História, de Museologia, de Biblioteconomia. E os arquivistas com formação de arquivistas? (Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973b, p.5).

Mais uma materialidade discursiva que insere a administração pública em aspectos negativos. A finalidade do movimento associativo em prol dos arquivos está sob ameaça, de acordo com o enunciado acima. Vivia-se um momento difícil: a dinâmica da corporação profissional que buscava triunfar sobre a concorrência (dos historiadores, museólogos e bibliotecários) agora protesta contra uma legislação que integra um grupo de profissionais dentro da área da documentação, conseqüentemente, rompe a unidade da profissão ou instaura uma polivalência contrária aos interesses corporativos. O enunciado revela uma das metas do projeto que compartilhavam para a institucionalização do campo, meta que será reafirmada de modo recorrente no discurso do associativismo arquivístico: a regulamentação da profissão específica de arquivista.

Fazendo um balanço do que se conseguiu neste ano, verificamos ser inegável que o movimento em prol da arquivística nacional vem tomando, a cada dia e por fim, um louvável e consciente impulso, irreversível no sentido de tratar com realismo e inteligência uma atividade básica a qualquer empreendimento. Neste final de 1973 o fato mais significativo foi a assinatura do mandato universitário, celebrado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, formalizando entendimento, já antigo no MEC, sobre o nível superior do Curso Permanente de Arquivo. [...] a formação universitária propiciará profissionais competentes para cuidar dos arquivos, tornando-se eficientes instrumentos da dinâmica empresarial ou administrativa e possibilitando o incremento da pesquisa científica. (Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973c, p. 5).

Neste trecho é explícito o trabalho de memória ao se enunciar conquistas do coletivo que se designa “movimento em prol da arquivística nacional”. O acordo entre o Arquivo Nacional e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para validar os diplomas do curso de arquivo oferecido por aquela instituição arquivística é praticamente computado como realização do associativismo arquivístico, segundo seu discurso. Aqui aparece qual é a segunda meta do projeto deste coletivo para a institucionalização do campo arquivístico no país: status universitário para a formação do arquivista.

Urge que se complemente a ação desencadeada no Conselho Federal de Educação, ao reconhecer a necessidade da formação de técnicos de nível superior, autorizando a criação de curso universitário e adotando o currículo mínimo. Com o mesmo empenho o Ministério do Trabalho e o Poder Legislativo devem dispor sobre a regulamentação da profissão. (Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974a, p. 3).

Ao seguirmos os discursos sobre a institucionalização do campo arquivístico, neste meio de comunicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, o que se designa como criação de curso universitário e regulamentação da profissão tem a ver, portanto, com a defesa do projeto de estabelecer um modelo, com escolhas políticas e de interesses materiais, relacionado às melhores condições em que a profissão de arquivista pudesse ser exercida pelo grupo, sobretudo, com reserva de mercado e importância universitária.

[...] campo de atuação profissional dos arquivologistas. [...] Insistem, por exemplo, alguns Órgãos da cúpula governamental, em destacar documentos cuja importância presumem especial e reuni-los em setores batizados de “museu”. A destinação dos documentos públicos de conteúdo histórico é o Arquivo Nacional, instituição que guarda e preserva aquele patrimônio administrativo e cultural do país. Por outro lado, museus não se confundem com arquivos, cumprindo a estes a finalidade da custódia de documentos, mantendo-os integrados no conjunto arquivístico em que se originaram e passíveis, então, de um bem servir aos propósitos da pesquisa científica. Os tais “museus”, inventados, espúrios e desnecessários, desrespeitam a lei, agredem normas consagradas das técnicas de documentação e violentam princípios básicos da arquivologia. (Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974b, p.5).

O enunciado acima revela uma variação na denominação do profissional de arquivo, neste caso arquivologista e não arquivista. O discurso reafirma a especificidade dos arquivos propondo distingui-lo como um tipo de patrimônio que resulta da escrita administrativa. As bases dessa suposta “ameaça” seriam recolhimentos de documentos de arquivo a locais “batizados” de museus naquele momento, os outros são desqualificados no discurso do associativismo arquivístico. Aos outros profissionais, rivais do autêntico arquivista, se somam agora esses “museus” promovidos fora das “normas consagradas das técnicas de documentação”.

Nossa luta, conseguiu despertar jovens vocações e decididos defensores do arquivo no Brasil e será continuada. (**Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974c, p.5**)

O interesse maior desse enunciado reside no anúncio do êxito obtido ao ter sido divulgada a importância do papel do arquivista como intermediário dos usos que se pode fazer dos arquivos. Assim, naquele momento, a profissão emergente em territórios ainda mal caracterizados legalmente entende que já tem o que comemorar. Sobre essa questão podia ser observada a conformação de uma comunidade profissional, ou ao menos de interessados.

[...] será chegada, também, a hora e a vez dos arquivos? E se for, introduzirá medidas realmente apropriadas a realidade brasileira? Quanto a primeira, alguns indícios permitem uma expectativa de afirmação. No Rio de Janeiro já temos a formação de pessoal de nível superior (Arquivo Nacional UFRJ) [...] O problema da regulamentação da profissão está sendo levado em consideração do Senhor Ministro do Trabalho em anteprojeto elaborado por iniciativa de nossa entidade. [...] A Associação dos Arquivistas Brasileiros, entidade apolítica, cultural e sem fins lucrativos, surgiu para prestar ao Brasil um serviço relevante - o de valorizar os seus arquivos conseguindo-lhes condições de bem cumprir sua dupla função, administrativa e cultural. [...] Daí o empenho pela formação de pessoal especializado para as tarefas complexas derivadas da produção, fluxo, conservação e utilização dos documentos de arquivo. A luta para a regulamentação, em níveis condignos, de uma profissão já reconhecida e respeitada internacionalmente. (**Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975a, p. 2**).

Novamente os elementos de espaço universitário e regulamentação profissional são os horizontes propostos pelo associativismo arquivístico para o campo no Brasil. A formação de nível superior se tornou uma possibilidade com o acordo entre o Arquivo Nacional e a Universidade Federal do Rio de Janeiro e agora a próxima meta é, então, apresentada de forma ousada, o discurso se torna carregado de provocações e ironias. Através da série dos editoriais, que atravessa a década de 1970, pode-se acompanhar os grandes debates sobre as finalidades dos arquivos evocando suas implicações relativas às funções do arquivista. E na procura constante de uma clara definição do que é ou deveria ser o arquivista que se percebe as posições políticas da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Com humildade, mas com fé e coragem, pretendemos continuar as metas traçadas. No momento, têm prioridade, nas nossas ações: Projeto de regulamentação da profissão [...] É bem demonstrativo do que alegamos, a recente decisão em nível federal, baixada pelo Decreto no. 75.657 de 24 de abril, que incluiu as atividades de Arquivo no Sistema de Serviços Gerais, reconhecendo-lhe apenas o aspecto administrativo de execução, esquecendo as ligações estreitas que o mesmo deve ter com a Ciência, a Tecnologia e a História. (Editorial, **Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975b, p.5**).

A tensão com outros profissionais nesse editorial faz transparecer cada vez mais os sinais de ameaça que agitam a corporação, desta vez a insatisfação é com o decreto que conferiu um escopo arquivístico ao Sistema de Serviços Gerais da Administração Pública Federal, estabelecendo uma dicotomização do aspecto administrativo e o outro histórico, nas funções dos arquivos.

Realmente, neste fim de exercício, o primeiro de nossa gestão na AAB, já estávamos precisando desse alento renovador, tão necessário à cruzada Arquivística [...] a programação para 1976, além do bem sucedido "CURSO DE ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS DE EMPRESAS", incluirá dois outros, a serem ministrados pelos eminentes professores americanos Frank B. Evans e Virginia Mounce.[...] Mas, nem só em cursos trabalhamos, pois além desta Revista, cuja aceitação pode ser comprovada por expressiva correspondência, tivemos, não só parte ativa na Regulamentação da Profissão (Processo MTB 320.186/75), como na criação do Curso Superior de Arquivologia em Brasília, merecendo, neste caso, todos os louvores, o nosso Núcleo do D. F., dirigido bravamente por

Astréa Moraes e Castro.[...] Assim, somando esforços para representar a classe sofrida dos Arquivistas, o programa de trabalho do ano de 1976 será mais um desafio a enfrentar. Eis que além de todas as metas em andamento em 1975 - Regulamentação da Profissão, Curso Superior, Estudos Técnicos, Cursos etc. teremos o 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, que será realizado em outubro de 1976, em Brasília. **(Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975c, p.5).**

A argumentação comporta a expressão “cruzada”, que aciona os sentidos de movimentos militares de inspição cristã, guerra santa. No texto transcrito acima novamente os elementos de regulamentação da profissão e curso superior aparecem como as metas, agora, de modo veemente, apresentados como realização do coletivo profissional de arquivistas que estava se organizando, o movimento se percebe agente direto no processo de institucionalização do campo arquivístico por meio de ações do Estado brasileiro.

Não se pode deixar de mencionar que há um intrincado meandro de relações pessoais, como se pode depreender por Ástrea de Moraes e Castro (2008) que publicou textos e documentos sobre a trajetória da Arquivologia no Brasil, demarcando a sua participação no movimento associativo, a sua carreira como arquivista na Câmara dos Deputados, sobretudo, suas articulações junto ao diretor de ensino superior do Conselho Federal de Educação, Vicente Sobriño Porto, com quem teria relações pessoais, para conseguir a aprovação da graduação em Arquivologia. Também assegura que acionou as influências de Amália Lucy Geisel, filha do militar presidente da República Ernesto Geisel, para que a regulamentação da profissão acontecesse em 1978.

A Reunion Regional de Expertos para el desarrollo de los Archivos Nacionales em America Latina , Bogotá, onde a UNESCO dá cumprimento ao programa NATIS (Sistemas Nacionais de Informação, Paris, 1974) consignou em seu Informe Final, mediante depoimento dos participantes dos países da região, que a despeito das deficiências de mão-de-obra qualificada e de escassez de meios materiais, já há inequívocos indícios de interesse em torno dos Arquivos. Síntese da situação atual: 1) determinação de obter "status" para os arquivistas, mediante criação de cursos de formação, bem como a regulamentação da profissão; 2) exigência de formação profissional não só para os arquivistas, como para os dirigentes dos arquivos, que são geralmente escolhidos entre outras categorias, notadamente a dos historiadores; 3) necessidade de revisão da legislação vigente; 4) criação de sistemas nacionais de arquivo em consonância com o programa NATIS; 5) necessidade de aumentar os recursos disponíveis, inclusive o de instalação dos arquivos; 6) adoção de

métodos adequados ao longo de toda linha do sistema, isto é, desde os arquivos correntes; 7) conscientização da importância das técnicas de conservação dos acervos; 8) divulgação de manuais e trabalhos similares; 9) maior atuação das associações de classe tanto na administração pública como junto às empresas (**Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1976a, p.5**).

No trecho acima está em destaque a reunião regional organizada pela UNESCO. A Associação dos Arquivistas Brasileiros reproduz em seu editorial uma síntese do que foi tratado no evento. Observa-se uma convergência na ordem de prioridade da comunidade internacional em relação à agenda do associativismo brasileiro com suas metas de curso universitário e regulamentação da profissão. Essas recomendações parecem ter subsidiado ainda mais a concepção do coletivo profissional sobre suas próprias demandas.

Merece, entretanto, destaque especial o nosso 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia [... encontram-se entre os objetivos] entrosar arquivistas e historiadores, na visão conjunta de que a qualidade da pesquisa depende, em grande parte, do padrão de desempenho dos que lidam nos arquivos; e examinar os problemas de qualificação profissional do pessoal de Arquivo. (**Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1976b, p.5**).

Os vínculos tradicionais entre a Arquivologia e a História são também tensos em relação ao desenvolvimento da profissão específica de arquivista. No enunciado em questão os conflitos podem ser supostos na medida em que há demanda por entrosar arquivistas e historiadores e, ainda, como essa aproximação é justificada pela dependência e pela distinção entre as profissões.

[...] lutamos por uma temporada ou por finalidades duradouras em termos de técnica e de profissionalização, mesmo sabendo de antemão que o brilho tardará? Quando muito, poderemos consignar resultados parciais, em cada degrau da escalada, fruto sempre de trabalho discreto e pertinaz, em ação polivalente junto a frentes de trabalho. (**Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1976c, p.5**).

O associativismo corporativo atingiu nas palavras deste editoiral a forma de luta duradoura em prol da competência para o trabalho com os arquivos e a organização social e

trabalhista dos arquivistas. Também há uma percepção de que o plano de metas do movimento associativo pela emancipação e pelas condições necessárias para manutenção e perpetuação desses profissionais de arquivo não seria realizado imediatamente, apesar das conquistas já alcançadas, nesse caso, a aprovação do curso superior de arquivo pelo Conselho Federal de Educação e a validação universitária do curso técnico do Arquivo Nacional.

[Trajetória da AAB] Vida que, como sabem, nasceu no início desta década, de um punhado de idealistas que à época poderia ser julgado como um grupo quixotesco, visionário, cuja grande meta - seus moínhos de vento - consistia em que os arquivos brasileiros, em sua grande maioria desacreditados por inoperantes, passassem a atuar, exercendo o seu verdadeiro papel dentro do contexto administrativo, social e cultural. Do grupo muita coisa há para dizer, mas nada tão importante como o sentido predominantemente coletivo de suas ações que nunca se perdeu entre os meandros menos nobres de conquistas individuais. Com esse propósito não foi fácil manter o grau de coesão, fundamental para a árdua batalha travada para atingir as metas sonhadas. [...] merece destaque o trabalho dedicado à regulamentação da profissão, tanto na redação de anteprojetos substitutivos, como no comparecimento a reuniões com representantes do Ministério do Trabalho.[...] Enfim, foram 2 (dois) anos de algumas frustrações e muitas alegrias, estas principalmente, porque Universidades já estão abrindo suas portas, historiadores e homens de letras começam a reconhecer que há uma ação e uma profissão distintas na área arquivística e, ainda, porque sentimos Governo, empresas e comunidade respondendo, de alguma forma, à nossa mensagem. Acrescentamos, como palavra de ordem, a nossa promessa de continuar a lutar, dentro dos limites próprios, naturalmente, para ajudar a AAB a atingir os seus objetivos, mediante prestação de serviço, especialmente em relação às metas que na nossa gestão não lograram resultado final, tais como a regulamentação da profissão e o Sistema Nacional de Arquivos. (**Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977a, p.3**).

A rememoração da presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros sobre a trajetória de realizações coletivas qualifica o próprio movimento, alegando um heroísmo idealista, quixotesco, visionário. Este discurso oficial da AAB vem reforçar que se buscava anunciar um sentido de ação coletiva ou grupo coeso para explicar o processo de institucionalização do campo arquivístico naquele período.

Fiel aos seus princípios estatutários, a Associação dos Arquivistas Brasileiros vem desenvolvendo uma luta corajosa, perseverante e entusiasta no sentido de valorizar a função dos arquivos no desenvolvimento social, econômico, político e, principalmente, cultural de nosso país, bem como o desempenho profissional dos arquivistas e técnicos de arquivo, sem os quais os próprios arquivos não teriam sentido, pois seriam como que um corpo sem alma! Assim, a partir da criação da AAB, em 1971, o panorama arquivístico brasileiro vem passando por transformações incontestáveis, com reflexos altamente positivos em vários países do mundo e, de modo especial, na América Latina.

Creemos que a pedra fundamental dessa nova era arquivística foi lançada durante o 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972, quando um grupo de educadores e especialistas se reuniu para elaborar o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivologia, o qual, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, passaria a funcionar, em 1974, no Arquivo Nacional, por mandato universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que, a partir do próximo ano estará sendo realizado sob a responsabilidade da FEFIERJ. No início de 1977, a Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, inaugurou seu Curso Superior de Arquivo; no momento, outras universidades estudam também a inclusão de tais cursos em sua programação de ensino. Vencida a primeira e importante tarefa, qual seja, a de dotar o país de recursos humanos indispensáveis a salvaguarda e utilização de seu acervo documental, caberia a AAB pugnar pelo reconhecimento oficial da profissão. Em 1975, a AAB dirigiu-se ao Ministério do Trabalho para solicitar a Regulamentação da Profissão, recebendo daquele Ministério, e pessoalmente por parte do Senhor Ministro, demonstrações de sensibilidade para o problema e interesse pelo assunto. A matéria vem sendo estudada na esfera governamental e, já agora, no mês de agosto, será realizada uma reunião no Ministério do Trabalho que, além de seu representante, contará com a participação de membros do Conselho de Biblioteconomia e da Associação dos Arquivistas Brasileiros; na oportunidade será debatido o ante-projeto de Lei, elaborado pela Comissão de Legislação e Normas do Conselho Federal de Biblioteconomia, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário, Arquivista, Técnico de Biblioteconomia e Técnico de Arquivo, e regula seu exercício. Vivemos pois um momento solene e decisivo da batalha iniciada há quase seis anos com o objetivo de reunir os profissionais de documentação, na esperança de que juntos possamos elevar o nível técnico da ciência da informação em nossa pátria. **(Editorial, Marilena Leite Paes, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977b, p.3).**

Ora, para dar conta do momento vitorioso, o discurso se torna um trabalho de lembrança do percurso de empreendimentos do associativismo arquivístico na direção das metas de status universitário e regulamentação da profissão de arquivista. Apela-se assim para uma relação de causa e efeito entre a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros e os marcos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

Dentre tais realizações colocamos em destaque, ao lado da regulamentação de nossa profissão, o Sistema Nacional de Arquivo, cujo projeto de Decreto acaba de ser entregue ao Sr. Ministro da Justiça, esperando-se que, até o final do mês de janeiro, o Sistema esteja oficialmente criado. (**Editorial, Marilena Leite Paes, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977c, p.3**).

Nos editoriais da revista da AAB, de 1972 a 1976, a criação do Sistema Nacional de Arquivos não foi enunciada como uma meta do associativismo arquivístico, no entanto, agora é anunciado na condição de ser uma de suas realizações. Conforme foi apresentado no capítulo dois, Jardim (1995) sinaliza para o fato de que o projeto do Sistema Nacional de Arquivos significava um promissor mercado profissional para o arquivista dentro do Estado.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o Arquivo Nacional já estão em entendimentos para dar início às providências necessárias à concretização de um programa à altura dos demais países desenvolvidos [para a Semana Internacional de Arquivos]. (**Editorial, Marilena Leite Paes, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978a, p.3**).

A campanha pela participação do Brasil na Semana Internacional de Arquivos dá lugar ao discurso que toma o plano internacional como referência a ser atingida pela comunidade arquivística brasileira.

A escalada da regulamentação da profissão. A partir da Exposição de Motivos nº 10, de 10 de março de 1978, do Sr. Ministro do Trabalho à Presidência da República, e da Mensagem nº 094, de 27 de março de 1978, do Poder Executivo, encaminhando ao Congresso Nacional o projeto de lei dispendo sobre a regulamentação de nossa profissão. Após exame e apreciação pelas Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura, Trabalho e Legislação Social, o projeto foi finalmente aprovado, com algumas emendas, no dia 9 de junho, pelo plenário da Câmara dos Deputados. Encaminhado ao Senado Federal, foi igualmente estudado pelas Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura, Trabalho e Legislação Social daquela Casa, obtendo, a exemplo do ocorrido na Câmara Federal, pareceres altamente favoráveis. Uma vez aprovado pelo Senado, o projeto foi restituído ao Palácio do Planalto onde, a 4 de julho, foi sancionado pelo Exmº Sr. Presidente da República, transformando-se finalmente em lei. Ao apresentar esse breve histórico, a Diretoria da Associação dos Arquivistas Brasileiros congratula-se com

todos os seus associados e agradece a compreensão lúcida de nossos ilustres homens públicos relativamente a importância do reconhecimento de nossa profissão. (Editorial, Marilena Leite Paes, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978b, p.3).

O discurso enuncia um processo legislativo em que o Estado confere o reconhecimento de uma profissão, por meio de lei que a define, regulamenta e circunscreve sua jurisdição. Esse espaço de atuação profissional ficou vinculado aos certificados nos cursos de graduação na área. A expressão “escalada da regulamentação da profissão” é o modo como o discurso do associativismo arquivístico caracteriza sua própria participação no processo.

Hoje, os concursos públicos restringem a ocupação dos cargos de arquivista (nível superior) aos diplomados na área. Para nós arquivistas 1978 foi particularmente rico. Dois antigos e sonhados projetos transformaram-se em realidade: a regulamentação profissional e a criação do Sistema Nacional de Arquivos. [...] Todos os profissionais de arquivo devem participar da consolidação das conquistas alcançadas em 1978, ano que será sempre citado como marco de uma nova era para a Arquivologia brasileira. (Editorial, Marilena Leite Paes, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978c, p.3).

No trecho acima pode-se identificar a comemoração de sonhos e projetos do associativismo arquivístico, neste momento, realizados. É importante notar a clareza com que a lei da profissão foi percebida como reserva de mercado. Mais uma vez o Sistema Nacional de Arquivos é enunciado, nesse momento anunciado como um antigo e sonhado projeto do associativismo arquivístico.

No próximo capítulo as nossas análises sobre esses editoriais serão realizadas com o auxílio do conceito de formação discursiva apresentado neste capítulo. É importante salientar que os editoriais são um tipo específico de gênero discursivo, de acordo com Bakhtin.

No discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros na década de 1970 podemos observar a organização de uma categoria profissional fora do sistema sindical, mas esse movimento está em relação com o Estado visando concretizar suas metas de institucionalização do campo arquivístico. De acordo com Boschi (1987), conforme foi analisado no capítulo dois, as metas do movimento são alcançadas na relação com o Estado.

5 O PROJETO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS PARA O CAMPO

O associativismo dos arquivistas no Brasil na década de 1970 comportou um trabalho de memória inscrito no próprio discurso desse coletivo, conforme foi caracterizado no capítulo anterior, e permite conhecer o projeto que modelou a institucionalização do campo arquivístico no país. Tal instância de ação coletiva participou efetivamente da formalização no Brasil dos sentidos para os termos Arquivologia como formação específica de nível universitário e arquivista como ocupação exclusiva aos egressos daquela graduação.

O veículo desses discursos em questão, a revista *Arquivo & Administração*, esteve entre as primeiras iniciativas de organização do movimento quando fundou a associação, realizou congressos, além de editar a revista. Esse aspecto está em sintonia com o fato de que o instrumento de divulgação, na perspectiva do fenômeno associativo, equivale a instrumento de ação, por isso, em relação à revista “os objetivos que determinam a sua existência são os mesmos da Associação dos Arquivistas Brasileiros, da qual é o órgão de divulgação” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1972, p. 2). Atualmente a revista é apresentada mais como um periódico científico da área de Arquivologia.

Se a institucionalização da Arquivologia e do arquivista foram demandas formuladas e reivindicadas pelo movimento associativo dessa área, a questão está em saber qual era o seu projeto para o campo. Além disso, problematizar se seria o coletivo de profissionais que se ocupavam com arquivos, liderados pelos mais engajados, buscando transformar uma precária realidade dos arquivos, ou se seria a emergência do corporativismo vislumbrando a oportunidade de instituir sua lógica de reprodução da área além reservar seu mercado.

O discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros nem sempre foi o discurso de propostas para os problemas dos arquivos. Embora considerasse tal aspecto, há recorrente ênfase na organização da classe com status universitário e critérios de exclusão da alteridade não tolerada. Em consequência disso, observa-se uma demanda direta ao governo para que se crie a graduação em Arquivologia bem como a regulamentação da profissão de

arquivista. Buscou-se uma reserva de mercado que se associava claramente ao anseio desse coletivo pelo controle estatal sobre o livre exercício do trabalho arquivístico sem qualquer exigência de formação prévia.

As complexidades do discurso do associativismo sobre como foi a institucionalização do campo arquivístico no Brasil se estendem desde a auto percepção como marco para a atividade arquivística no país, bem como sua sintonia com as propostas da Unesco para os arquivos, até as tensões na relação com historiadores, museólogos, bibliotecários, Conselho Federal de Cultura e DASP sobre a realização da atividade arquivística. É importante notar o trabalho de memória no discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB sugerindo, apesar da variação nos termos utilizados, que o coletivo profissional dispunha de projeto para o campo arquivístico: a constituição de controles institucionais no desenvolvimento de um corpo de especialistas com formação e carreira.

Quadro 10 – Variação de termos em que a ideia de projeto consta do discurso da AAB, nos editoriais da revista Arquivo & Administração, 1972-1978

Formação discursiva	Termo	Acepção considerada	Contexto
Associativista	CAUSA	Motivo, razão.	...“ a afirmação de uma causa”... (1972)
	CONQUISTA	O que se obtém à força de trabalho.	... “uma conquista na luta pela valorização dos arquivos”... (1973c) ... “trabalho de conquistar a posição... no grupo da área da Informação”... (1976a) ... “mercê dessa conquista sentimos fortalecidos”... (1978b)
	ESPERANÇA	Expectativa de um bem que se deseja.	... “nos últimos tempos, estamos vivendo de esperança”... (1973a) ... “a esperança de que as novas autoridades venham a adotar, bem depressa e coordenadas coerentemente, providências que transformem os arquivos em mais um fator relevante de dinamização do processo de fortalecimento e exploração das potencialidades nacionais.”(1974a)
	EXPECTATIVA	Estado de quem espera um bem que se deseja.	... “alguns indícios permitem uma expectativa de afirmação.” (1975a)
	IDEAL	O modelo idealizado.	...“significa a vitória de um ideal”... (1972)
	INICIATIVA	Ação de ser o primeiro a enunciar uma ideia.	... “anteprojeto elaborado por iniciativa de nossa entidade.” (1975a) ... “iniciativas para que o Brasil possa desempenhar à altura o papel que lhe cabe no panorama arquivístico internacional.” (1978a)
	PROJETO	Desígnio; intenção.	... “antigos e sonhados projetos transformaram-se em realidade”... (1978c)
	SOLUÇÕES	Método empregado para obter o resultado desejado.	...“soluções existem para corrigi-los”... (1973b)
	TAREFA	Projeto que tem de ser concretizado num determinado prazo.	...“importante tarefa, qual seja, a de dotar o país de recursos humanos indispensáveis à salvaguarda e utilização de seu acervo documental”... (1977b)
	BANDEIRA	Expedição armada	...“a bandeira da valorização dos Arquivos ... quando aqui falamos em

Bélica		descobrir minas.	bandeira desfraldada, não podemos deixar de fazer referência, ainda que breve, à luta empreendida pela diretoria que nos sucedeu que ‘tirou água de pedra’... (1975b)
	BATALHA	Combate entre exércitos.	“Vivemos pois um momento solene e decisivo da batalha iniciada há quase seis anos”... (1977b)
	CRUZADA	Esforços militares de inspiração cristã.	... “cruzada Arquivística”... (1975c)
	DEMANDA	Combate, guerra, peleja.	... “demanda por uma legislação nacional sobre arquivos”... (1975a)
	ESCALADA	Desenvolvimento de atividades bélicas.	... “nessa escalada, sem deixar de dar atenção aos aspectos administrativos da AAB, nos esforçaremos, contando com o apoio da classe”... (1975b)
	ESTRATÉGIA	Arte de conceber operações de guerra em planos.	... “estabelecimento de uma estratégia para obter resultados.” (1976b)
	LUTA	Combate; conflito; Guerra.	“Nossa luta, conseguiu despertar jovens vocações e decididos defensores do arquivo no Brasil”... (1974c) “A luta para a regulamentação”... (1975a) ... “luta corajosa, perseverante e entusiasta no sentido de valorizar a função dos arquivos...bem como o desempenho profissional dos arquivistas”... (1977b) ... “anos de lutas e expectativas”... (1977c)
	META	Alvo; mira.	... “metas em andamento”... (1975c) ... “a árdua batalha travada para atingir a metas sonhadas.” (1977a) “Vida que como sabem, nasceu no início desta década, de um punhado de idealista que à época poderia ser julgado como um grupo quixotesco, visionário, cuja a grande meta – seus moinhos de vento – consistia em que os arquivos brasileiros ... passassem a atuar”... (1977a)
	MOVIMENTO	Evolução de tropas militares.	... “a certeza e o vigor desse movimento”... (1972) ... “o movimento em prol da arquivística nacional vem tomando, a cada dia e por fim, um louvável e consciente impulso, irreversível no sentido de tratar com realismo e inteligência uma atividade básica a qualquer

			empreendimento.”(1973c)
	PROGRAMAS	Delineamento da ordem a ser seguida em uma luta.	... “programas prioritários da área” (1975a) ... “parar um pouco para refletir não apenas sobre os programas realizados, mas especialmente sobre o que ainda está por realizar.” (1977c)
	TRABALHO	Esforço, lida, luta.	...“trabalho verdadeiramente profissional que dificilmente traz vitória rápida.” (1976c)

Fonte: O autor

Com base nesse quadro, ao considerarmos as acepções desses termos em que a ideia de projeto consta do discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros é possível enquadrar a maior parte deles em uma formação discursiva bélica, sinalizando a perspectiva dos embates a serem enfrentados pelos arquivistas. A maior incidência foi do termo *luta*, quatro vezes. A ideia é indicar que a ação coletiva dos arquivistas estava orientada pelo seu projeto, revelando uma lógica para além do esforço por fazer o Estado reconhecer a relevância da ocupação em questão, esse discurso encontra-se em atitude responsiva com possibilidades concorrentes de modelar a institucionalização da formação e do controle do exercício do trabalho arquivístico.

O projeto de institucionalização do campo arquivístico inclui um discurso que desde logo apresenta sua retórica sobre a base material do emergente corporativismo, caracterizando uma realidade de “serviços de arquivo, encarados sem devida atenção” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1972, p. 2), em que “a administração pública continua negligenciando seus documentos” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973a, p. 5), sem que haja “como explicar o desamparo, o descumprimento que tem havido” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974c, p. 5), responsabilizando as “autoridades governamentais que nos seus planos pouco atribuem aos Arquivos” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975b, p. 5), a negligência imperaria a despeito do fato de que “Arquivo é matéria de infraestrutura” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973a, p. 5).

Mas essa retórica não pode esconder que o fundamental para Associação dos Arquivistas Brasileiros é que a mesma se concebe como necessária, e seu projeto para o campo arquivístico é o status universitário e a reserva de mercado do arquivista. O modelo de institucionalização apresentava essas duas frentes. O discurso demonstra o coletivo em ação pelo seu projeto, “lutamos por finalidades duradouras em termos de técnica e de profissionalização” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1976c, p. 5). Considerando a vinculação profissional da maioria que compunha esse movimento associativo, trata-se da expectativa de estabelecer uma linha profissional específica de arquivistas no serviço público.

Quadro 11 – Enunciações da AAB sobre seu modelo de institucionalização do campo arquivístico, nos editoriais da revista *Arquivo & Administração*, 1972-1978

Modelo	Edição	Enunciados
Status universitário para a formação em Arquivologia	1972	...“cursos de arquivo em nível superior e técnico.”
	1973b	...“arquivistas com formação de arquivistas”...
	1973c	... “a formação universitária propiciará profissionais competentes para cuidar dos arquivos”...
	1974a	... “a criação de curso universitário”...
	1974a	... “formação de técnicos de nível superior”...
	1974b	... “formação específica dos cursos superiores de arquivo”...
	1975a	... “implantação de cursos superiores”...
	1975a	... “formação de pessoal de nível superior”...
	1977b	... “mandato universitário”...
	1977b	... “Curso Superior de Arquivologia”...
	1975c	... “criação do Curso Superior de Arquivologia”...
	1976a	... “obter `status` para os arquivistas, mediante criação de cursos de formação”...
Regulamentação da profissão com mecanismos de reserva para o exercício da atividade arquivística	1975a	... “regulamentação da profissão”...
	1975a	... “regulamentação, em níveis condignos, de uma profissão”...
	1975b	... “projeto de regulamentação da profissão”...
	1975c	... “Regulamentação da Profissão”
	1977a	... “a regulamentação da profissão”...
	1977a	... “trabalho dedicado à regulamentação da profissão”...
	1977b	...”pugnar pelo reconhecimento oficial da profissão”...
	1977b	... “solicitar a Regulamentação da Profissão”...
	1977c	... “regulamentação da nossa profissão”...
	1978b	... “regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo”...
	1978b	... “a regulamentação da nossa profissão.”
	1978b	... “reconhecimento da nossa profissão”...
1978c	... “regulamentação profissional”.	

Fonte: O autor.

No quadro acima é possível observar quando as metas do projeto da AAB são enunciadas com mais frequência: a graduação em Arquivologia (entre 1974 e 1975) e da

regulamentação da profissão de arquivista (entre 1977 e 1978). As datas coincidem com eventos significativos sobre cada uma das metas: questões de operacionalização do mandato universitário concedido ao Curso Permanente de Arquivos do Arquivo Nacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, durante os anos de 1974 e 1975; processo legislativo, promulgação e regulamentação da lei federal da profissão de arquivista, durante os anos de 1977 e 1978.

Durante a década de 1970 o associativismo arquivístico realiza um trabalho de memória em seu discurso sobre o processo de institucionalização da área, em curso naquele período, que produz efeitos de glorificação própria. Desde o início do movimento se anuncia de modo triunfal demarcando que “a atividade arquivística encontra finalmente, em nosso país, o reconhecimento de sua importância” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1972, p. 2), uma vez que foi organizada a Associação dos Arquivistas Brasileiros. Na medida em que se consegue reunir centenas de profissionais das diferentes regiões do Brasil no primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia, agora, “o movimento em prol da arquivística nacional vem tomando, a cada dia e por fim, um louvável e consciente impulso, irreversível no sentido de tratar com realismo e inteligência uma atividade” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973c, p. 5).

Nessa direção, apesar da agenda corporativa desse associativismo arquivístico, o discurso minimiza a centralidade do desejo de organizar a profissão de arquivista e opera no estatuto mais amplo do compromisso com o avanço na realidade arquivística, “a Associação dos Arquivistas Brasileiros desfraldou, desde a sua criação, em 1971, a bandeira da valorização dos Arquivos” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975b, p. 5) e “a partir da criação da AAB, em 1971, o panorama arquivístico brasileiro vem passando por transformações incontestáveis” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977b, p. 3). Houve momento em que o discurso tentou negar a realidade corporativa, como por exemplo, neste enunciado, “não deve ser confundida com uma associação de classe, buscando melhorias para um grupo profissional, mas se constitui em um ideal e uma força em prol do desenvolvimento material e intelectual do país” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975a, p. 2).

O que deve ser considerado, ainda, nesse quadro de análise dos discursos, ou trabalhos de memória, sobre o processo de institucionalização do campo arquivístico no

Brasil é o conceito de formação discursiva, entendido como a projeção na linguagem dos sentidos das palavras e das proposições determinados por posições ideológicas regulando o que pode e deve ser dito (cf. FOUCAULT, 2005; GUIMARÃES E ORLANDI, 2006; FERNANDES, 2008), aspecto a partir do qual se enquadra o discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros dentro de uma formação discursiva sintetizada pelo termo corporativa.

Outra formação discursiva sobre o campo arquivístico naquele momento era a perspectiva integradora dos profissionais dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, representada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, mas que polarizava com o discurso AAB. As posições diferentes podem ser ilustradas no seguinte enunciado: “como medida de absoluta justiça e oportunidade aguarda que o DASP reexamine a situação imprópria que vem de instituir, ignorando a existência e importância de uma linha profissional arquivística no serviço público” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974a, p. 3).

Para além das duas formações discursivas postas em evidência nos parágrafos anteriores, é preciso considerar uma terceira que pode ser observada a partir da fundação de uma sociedade destinada a colaborar com arquivos públicos tendo em vista seu interesse na História. A Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística – APHA, fundada dez meses antes da Associação dos Arquivistas Brasileiros, significa um posicionamento ideológico não identificado com o corporativismo dos arquivistas e sua proposta de modelar a formação e a carreira desse profissional é diferente.

A proposta da APHA é concorrente porque o ponto fundamental encontra-se na pretensão de extrair da “tecnologia arquivística” recursos para servir à análise e à crítica historiográfica. Há uma divisão do trabalho com documentos arquivísticos em que os historiadores são os profissionais da interpretação – “eruditos” responsáveis pela tarefa “heurística” – já os arquivistas, apenas dedicados ao adequado acondicionamento dos documentos. No discurso da APHA, “o trabalho do arquivista é um trabalho preparatório” (ARQUIVO NACIONAL, 1971a, p. 11). Essa é uma formação discursiva na qual não cabe o projeto da AAB de status universitário para formar arquivistas, isso porque a ocupação do arquivista é uma simples atividade técnica.

As divergências que APHA e AAB apresentam nos seus discursos podem ser notadas nos desdobramentos concretos de disputa pelo papel de representar a classe dos profissionais de arquivo, um lado afirma, “a APHA será a vossa Associação de classe” (ARQUIVO NACIONAL, 1971a, p. 7), no entanto o outro lado discorda, “caberia a AAB pugnar pelo reconhecimento oficial da profissão” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977b, p. 3).

Quadro 12 – Formações discursivas sobre o campo arquivístico no Brasil

Formação discursiva	Ordem do discurso
Corporativa	Projeto de organização da classe contando com status acadêmico-universitário para formação do arquivista, além de reserva legal desse mercado.
Integração de profissões	Compreensão integrada da formação e do exercício profissional dos arquivistas, bibliotecários e museólogos.
Status técnico	Associação absoluta das atividades arquivísticas a uma etapa preliminar do trabalho historiográfico, em que a função do arquivista se resume a organização dos documentos de modo que auxilie historiador.

Fonte: O autor.

Nas três formações discursivas é possível observar a função dos arquivos relacionada à cultura, entretanto, o projeto corporativo apresenta o domínio arquivístico com fronteiras mais amplas, perspectiva em que os arquivos “são essenciais ao desenvolvimento e a cultura” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1972, p. 2) . Desse ponto de vista, as questões arquivísticas atravessam os campos tanto da cultura quanto da administração, conseqüentemente, “valorizar os arquivos conseguindo-lhes condições de bem cumprir sua dupla função, administrativa e cultural” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975a, p. 2).

Sobre o horizonte da Administração dentro do campo arquivístico, o discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros é de constatação da emergência do reconhecimento por parte das empresas de que seus arquivos seriam importantes recursos administrativos, o que está presente neste enunciado, “são muitas as empresas particulares que, organizadas dentro de padrões racionais, não se descuidam de seus arquivos” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1972, p. 2). No projeto corporativo, “a formação universitária propiciará profissionais competentes para cuidar dos arquivos, tornando-se

eficientes instrumentos da dinâmica empresarial ou administrativa” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973c, p.5).

Na formação discursiva em que se inscreve o discurso da Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística há uma ausência da perspectiva administrativa dos arquivos, é possível perceber uma ênfase exclusiva nas relações entre História e arquivos, estes como fundamentais para a pesquisa histórica, ao arquivista diz respeito somente a parte técnica, com um fazer auxiliar.

No próximo quadro, a coluna percentual foi estabelecida com base no universo de editoriais da revista da Arquivo & Administração entre os anos de 1972 e 1978, que foram 19 edições, ou seja, o enunciado sobre as tensões entre arquivistas, historiadores, museólogos e bibliotecários esteve em 58% dos editoriais, foi o mais frequente, isso evidencia os contornos do ambiente de embates no qual a Associação dos Arquivistas Brasileiros propôs seu modelo de institucionalização do campo. O segundo enunciado mais frequente, em 47% dos editoriais, foi a participação do movimento associativo na criação da graduação em Arquivologia e da regulamentação da profissão de arquivista.

Quadro 13 – Enunciados da AAB nos editoriais da revista Arquivo & Administração, 1972-1978

Enunciado	Frequência	Percentual
As relações entre arquivistas, historiadores, museólogos e bibliotecários são conflituosas.	11	58%
A regulamentação da profissão e a criação do Curso Superior em Arquivologia são realizações da Associação dos Arquivistas Brasileiros	9	47%
Não há uma coordenação nacional dos arquivos brasileiros.	7	37%
Os arquivos envolvem questões culturais e de administração.	5	26%
A administração pública é negligente com seus arquivos.	4	21%
O modelo da AAB para a institucionalização do campo arquivístico está em sintonia com as propostas da Unesco.	4	21%
O movimento associativo percebe-se como marco para a atividade arquivística no país.	4	21%
Universidades brasileiras tem interesse na criação da graduação em arquivologia.	3	16%
A revista Arquivo & Administração é um órgão de divulgação da área.	2	11%
As empresas começaram a reconhecer a importância dos arquivos na sua gestão.	2	11%
A atuação do gênero feminino no associativismo arquivístico	1	5%

foi determinante para suas realizações.		
Há conflitos na própria denominação da área.	1	5%
Pessoas sem formação ou experiência atuam com os arquivos na administração pública	1	5%

Fonte: O autor.

O associativismo arquivístico representado pela AAB foi a instância de articulação e o dispositivo de ação que surge no início da década de 1970, e cujos indicadores de sua força são as realizações de metas de institucionalizar os sentidos dos termos Arquivologia e arquivista.

5.1 Institucionalização acadêmico-universitária do saber arquivístico

Em maio de 1971, no início do ano letivo do Curso Permanente de Arquivos que funcionava no Arquivo Nacional desde 1960, o diretor da instituição lamentava não poder oferecer o “reconhecimento dos certificados pelo Ministério da Educação e Cultura, nem uma perspectiva salarial atraente para a profissão” (ARQUIVO NACIONAL, 1971e, p. 5). Esse discurso caracteriza a realidade sobre a qual a Associação dos Arquivistas Brasileiros formulou seu projeto de institucionalização da área.

A situação merece uma reflexão. Até esse momento, o trabalho de arquivo é exercido no país por pessoas que adquiriram o saber arquivístico de maneira prática ou por intermédio de cursos técnicos como era o caso do que havia no Arquivo Nacional. A proposta de “levar a arquivologia à universidade” (ARQUIVO NACIONAL, 1971i, p. 4) é elevar, ao mesmo tempo, tanto o status do profissional que passaria ser de nível superior, quanto o reconhecimento acadêmico do saber arquivístico. Não foi uma decisão espontânea o modo como o saber arquivístico ingressou no ambiente acadêmico-universitário brasileiro, nos discursos é possível perceber o quanto esse percurso se confunde com a militância do associativismo da área.

No discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros a tradição brasileira em termos de pessoas a quem se atribui as atividades arquivísticas, na maior parte dos casos, seria de profissionais sem formação que “se arvoram em autoridades no assunto” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975a, p. 2). Em resposta, é projetada a institucionalização acadêmica do saber arquivístico por intermédio do curso

superior de arquivo e esse foi o caminho feito quando se elaborou “o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivologia, o qual, aprovado pelo Conselho Federal de Educação” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977b, p. 3), institucionaliza um sentido para Arquivologia no contexto brasileiro.

Quadro 14 – Especialistas elaboradores da proposta de currículo mínimo para o curso de Arquivologia

Nome	Vinculação institucional
Astréa de Moraes e Castro	Funcionária do Arquivo da Câmara dos Deputados
Carmina Nogueira de Castro Ferreira	Bibliotecária da Universidade Federal de São Carlos
Dora Maria Pereira Rego Correia	Funcionária do Museu Imperial
Hâmida Rodrigues Helluy	Professora do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Heloisa Liberalli Bellotto	Professora da Universidade de São Paulo
Jose Pedro Esposel	Professor da Universidade Federal Fluminense
Marcelo de Ipanema	Membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
Maria Amélia Porto Migueis	Funcionária do Museu Imperial
Maria Antônia Ribas Pinke Belfort de Mattos	Funcionária da Universidade Católica de Campinas
Maria José Rabello de Freitas	Professora da Universidade Federal da Bahia
Maria Luiza Estallard Dannemann	Funcionária do Arquivo Nacional
Marilena Leite Paes	Funcionária da Fundação Getúlio Vargas
Mercedes Mangeon Gonçalves	Bibliotecária do Serviço Social da Indústria, RS
Myrtes da Silva Ferreira	Funcionária do Arquivo Nacional
Suzana Moraes	Bibliotecária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: Castro (2008, p. 172-173).

Nesse quadro o que mais chama a atenção é a questão de gênero, são treze mulheres e dois homens, era um quadro sobre o qual se tinha a seguinte ideia: “bendito matriarcado que fortalece as esperanças da classe” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977a, p. 3). Em relação ao processo de submissão da proposta do curso superior de arquivo ao órgão responsável há também o discurso em que uma das participantes do coletivo se percebe protagonista. Astréa de Moraes e Castro publicou suas correspondências com o professor Vicente Sobriño Porto, a quem considera “nosso amigo e colega do meu marido”, além de membro do Conselho Federal de Educação, e demonstra que foi a autora da “sugestão para que se crie o Curso de Arquivo, em nível superior”

(CASTRO, 2008, p. 113) junto ao Conselho, valendo-se da relação de amizade para alcançar a aprovação.

Na busca pela criação do curso superior de arquivo, o que não estava estabilizado era a própria denominação da área. Nos editoriais da revista *Arquivo & Administração*, entre 1972-1978, varia-se entre os termos Arquivologia (53%) e Arquivística (47%) para nomear essa área. É a partir dos documentos oficiais de aprovação do curso pelo Conselho Federal de Educação que a designação Arquivologia se torna a mais frequente e, posteriormente, a que se consagra na terminologia do campo no Brasil.

Em torno desse processo de institucionalização universitária do saber arquivístico no país, o desafio de justificar seu domínio acadêmico demandou a caracterização das relações com outras áreas, determinando uma produção discursiva em que pesou mais a demarcação das diferenças do que das interseções ou recobrimentos entre elas, essa postura pode ser observada, por exemplo, neste enunciado: “tendo alguns pontos de contato, têm também, pontos de divergência absoluta” (ASTREA, 2008, p. 115). Trata-se de uma tensão, às vezes, radicalizada: “museus não se confundem com arquivos” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974b, p. 5).

Quadro 15 – Áreas relacionadas com o saber arquivístico, nos editoriais da *Arquivo & Administração*, 1972-1978

Área	Edição
ADMINISTRAÇÃO	1972; 1974b; 1975a; 1975c; 1976c
BIBLIOTECONOMIA	1973b; 1975b
DOCUMENTAÇÃO	1975b
HISTÓRIA	1972; 1973b; 1975b; 1976a; 1976b
MUSEOLOGIA	1973b

Fonte: O autor.

Nesse quadro notam-se as áreas de diálogo do campo arquivístico que foram reconhecidas, na década de 1970, no discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Conforme foi apresentado na Introdução a relação com essas áreas pode ser verificada na rede de atores acadêmicos do campo arquivístico atualmente.

5.2 Institucionalização da reserva de mercado do arquivista

Em agosto de 1977, Marilena Leite Paz, então presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, fez balanço das realizações desse movimento associativo:

Vencida a primeira e importante tarefa, qual seja, a de dotar o país de recursos humanos indispensáveis à salvaguarda e utilização de seu acervo documental, caberia a AAB pugnar pelo reconhecimento oficial da profissão. Em 1975, a AAB dirigiu-se ao Ministério do Trabalho para solicitar a Regulamentação da Profissão, recebendo daquele Ministério, e pessoalmente por parte do Senhor Ministro, demonstrações de sensibilidade para o problema e interesse pelo assunto. A matéria vem sendo estudada na esfera governamental e, já agora, no mês de agosto, será realizada uma reunião no Ministério do Trabalho (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977b, p. 3).

O projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros foi instituir tanto a graduação na área como canal legítimo para formar arquivistas quanto a restrição legal do direito de exercício profissional aos egressos desse curso. Esse modelo institucionalizado pelo Estado brasileiro a partir de 1978 revogou uma situação jurídica vigente desde 1973, por intermédio do Decreto nº 72.493, em que o trabalho arquivístico estava inserido na categoria funcional dos Técnicos em Assuntos Culturais, com formação em História ou Museologia. Na ocasião da promulgação de tal decreto, a reação do associativismo arquivístico tinha sido imediata, “desencanto para os profissionais de arquivo” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973b, p. 5).

Nesse caso é possível observar que havia uma alternativa de modelar a institucionalidade do trabalho arquivístico de maneira contrária ao corporativismo que emergia por intermédio da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Para Souza (2011, p. 58) “se os arquivistas revelevam alguma visibilidade ou representatividade, o qual era muito pouco provável, o Decreto anulou-as. Além de permitir a extinção do profissional arquivista, o Decreto favoreceu o exercício ilegal da profissão”. Cinco anos depois houve tanto a revogação de tal disposição do Decreto nº 72.493 quanto a regulamentação da profissão nos moldes desejados pelo associativismo arquivístico.

É importante observar que o projeto corporativo de regulamentação profissional do arquivista estava em contato com discursos discordantes. O historiador Rui Viera da Cunha,

que atuou no setor de pesquisa histórica do Arquivo Nacional, apresentava um alerta sobre o que o projeto não deveria ser, alegando a compreensão reduzida do corporativismo de apenas fixar a reserva de mercado daqueles que trabalham vinculados ao problema de arquivo: “Não é um projeto visando a regular situações funcionais no Serviço Público. Não se trata de um aspecto de classificação de cargos ou de um problema vinculado a planos salariais” (ARQUIVO NACIONAL, 1975, p.19).

O projeto corporativo de reserva de mercado que foi institucionalizado no campo arquivístico no Brasil na década de 1970 envolve desdobramentos atuais, são tensões que podem ser observadas na seguinte materialidade discursiva:

A exclusão dos profissionais não diplomados da categoria ‘arquivista’, por alguns segmentos brasileiros, representa um desejo pré-determinado [...] a exclusão de uma parte dos profissionais de arquivo com base em elementos formalistas, de cunho unicamente jurídico representa a defesa corporativa de supostos direitos de exercício profissional. A imensa maioria dos profissionais, responsáveis pela execução das atividades arquivísticas de dezenas de milhares de organizações públicas e privadas brasileiras, sequer têm sua existência reconhecida pelo viés ‘legalista’ (LOPEZ, 2012, p.189).

Na opinião de Lopez (2012) o corporativismo institucionalizado convive com uma realidade em que a maior parte dos profissionais que atuam com acervos arquivísticos hoje no Brasil não seria composta de egressos da graduação em Arquivologia. Na verdade esse autor questiona o modelo que foi instituído, propondo a sua revogação.

A expressão arquivista não foi a única denominação desse profissional no discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros, além dessa ele também foi designado pelos termos arquivologista e profissional de arquivo.

Quadro 16 – Denominações do arquivista, nos editoriais da Arquivo & Administração, 1972-1978

Denominação	Edição
ARQUIVISTA	1972, 1973b, 1975a, 1975b, 1976a, 1976b, 1977a, 1977b, 1977c, 1978a, 1978b, 1978c
ARQUIVOLOGISTA	1974b
PROFISSIONAL DE ARQUIVO	1973c, 1974a, 1975c, 1976c

Fonte: O autor.

A definição das competências do arquivista foi algo instituído por intermédio da Lei 6.546, de quatro de julho de 1978 e regulamentada pelo Decreto 82.590, de seis de novembro de 1978, em que o exercício da profissão ficou restrita aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil na forma da lei e aos que tivessem em 5 de julho de 1978 cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, nos campos profissionais da Arquivologia.

Nas atribuições legais desse profissional é possível perceber, para além da diversidade de atividades no horizonte do arquivista, tanto uma preocupação em enfatizar a natureza mais gerencial do que operacional de suas competências quanto uma demarcação de fronteiras do trabalho arquivístico nas relações com outros campos. Os verbos planejar e dirigir designam competências gerenciais na área da Administração e são as ações do arquivista em cinco das doze atribuições desse profissional, segundo a lei da profissão. No caso dos verbos elaborar e desenvolver, que poderiam sugerir ações mais executivas, os objetos dessas atribuições são a construção de pareceres e a realização de estudos, atividades comumente percebidas como complexas.

Quadro 17 – Atribuições do arquivista segundo a lei da profissão

Ação	Objeto	Área relacionada
Planejar e dirigir	I - serviços de Arquivo; II - processo documental e informativo; III - identificação das espécies documentais e controle de multicópias; IV - centros de documentação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; V - serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;	Administração Documentação Tecnologia
Orientar	VI - automação aplicada aos arquivos; VII - classificação, arranjo e descrição de documentos; VIII - avaliação e seleção de documentos,	Tecnologia

	para fins de preservação;	
Promover	IX - medidas necessárias à conservação de documentos;	Conservação
Elaborar	X - pareceres sobre assuntos arquivísticos;	
Assessorar	XI - pesquisa científica ou técnico-administrativa;	História Administração
Desenvolver	XII - estudos sobre documentos culturalmente importantes.	História

Fonte: O autor com base na Lei 6.546/78 e no Decreto 82.590/78.

O discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros, desde a sua criação até a regulamentação da profissão em 1978, demonstra seus esforços para promover a profissão e, também, defender uma certa concepção do trabalho do arquivista. Nesse sentido apresenta uma diversidade nas funções do arquivista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, a partir de Ricouer (2007), Abreu (2005), Gondar (2005) e Dodebei (2005), assumiu-se a pertinência do conceito de memória que não tem a ilusão de ‘recuperar o que de fato ocorreu’, mas é uma instância política de negociar sentidos em condições presentes, cabendo eventuais deferências e reparações.

O posicionamento assumido na esfera deste trabalho é a noção de uma imagem para caracterizar o que lembramos - não é imaginação - e que a reflexão sobre esse fenômeno deve abordar o entrecruzamento do olhar sobre o individual e o olhar sobre o exterior, possível na zona da linguagem onde a forma ativa da busca por lembrar ingressa numa esfera pública de uso da linguagem, os discursos, com possibilidades de atribuição da memória a si, ao próximo e aos outros (diferentes).

Com essa perspectiva conceitual abordamos a organização associativa em prol da institucionalização do campo arquivístico, no início da década de 1970 no Brasil, que culmina na criação da graduação em Arquivologia e na regulamentação da profissão de arquivista, dentro de sete anos. Nesse processo histórico a Associação dos Arquivistas Brasileiros cencebeu propostas de base sobre a institucionalização acadêmico-universitária do saber arquivístico e a institucionalização da reserva de mercado do arquivista nos termos que são vigentes até hoje. Sem perder de vista as suas raízes corporativas, esse movimento reivindicou melhores condições para os arquivos brasileiros e sua percepção de validação científica do saber arquivístico dependia do acolhimento da formação do arquivista pelas universidades.

Durante os anos 1970 no Brasil formar-se-ia uma rede de pessoas interessadas nesse modelo de institucionalização do campo arquivístico, configurando uma ação coletiva em condições históricas de repressão política, e que tem as suas demandas atendidas frente ao Estado. Inspirados em Douglas (1998), Ramalho (2000), Gohn (2010) e Santana (2003), observamos que a trajetória desse associativismo arquivístico combina a concretização de seu modelo de institucionalização do campo com a conformação aos padrões de controle do Estado sobre essa atividade profissional. Assim problematizamos a dinâmica da organização associativa dos arquivistas como propiciadora de êxito face a sua atuação frente ao governo brasileiro na década de 1970.

Nesse contexto histórico deve ser destacado que havia um debate, desde o final dos anos 1950, sobre a organização nacional dos arquivos no Brasil, aspecto que foi aprofundado por Jardim (1995). Conforme assinalado por esse autor, o arquivista esteve excluído desse projeto de Sistema Nacional de Arquivos até 1977, momento em que é acolhido em decorrência do desempenho da Associação dos Arquivistas Brasileiros em defesa da profissão.

O percurso do associativismo arquivístico no Brasil, até a institucionalização do campo arquivístico segundo o modelo que propunha, seguiu rapidamente. Os estudos que apontam marcos anteriores à década de 1970 (CESPO, 2000; MAIA, 2006; MARQUES, 2007; SANTOS, 2008; SILVA, 2010) apenas identificaram discursos em defesa da relevância da adequada organização e preservação de acervos arquivísticos. Não conseguiram evidenciar a existência do projeto corporativo de status universitário da formação associado à reserva de mercado do arquivista para o campo antes da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiro, quando o mesmo é enunciado e, em 1978, está plenamente institucionalizado. Esse aspecto confirma a nossa tese de que a institucionalização do campo arquivístico no Brasil é uma realização do associativismo arquivístico instituído em 1971, com a finalidade assumida de estabelecer um modelo nacional de institucionalização da arquivologia (curso universitário) e do arquivista (profissão de quem cursou essa graduação).

A convergência de esforços individuais configuraram uma rede no campo arquivístico que efetiva essa ação coletiva junto ao Estado, visando à institucionalização do espaço universitário da Arquivologia conjugado com a reserva de mercado do arquivista. O objetivo central da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros foi transformar a ocupação com os arquivos numa profissão institucionalizada e, portanto, foi um dispositivo evidente de ação coletiva para encaminhamento do projeto de institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Desse movimento nasce a regulamentação do trabalho arquivístico no Brasil, inserido na excepcionalidade da situação de repressão política no país, mas sem que tais contextos e relações sejam explicitados em seus enunciados.

Na medida em que arquivistas concebem como necessária a defesa da atividade arquivística, vista como assistência técnica que um profissional competente concede à administração pública e às empresas, surge assim um esquema discursivo que consiste em:

afirmar a importância decisiva dos arquivos e reconhecer o estado insatisfatório da situação nos idos da década de 1970, proclamando que essa situação não deveria ser mantida. Para que surgisse um discurso sobre a defesa da atividade arquivística no Brasil na década de 1970, foi necessário um projeto unificador sobre as finalidades culturais e de racionalidade administrativa para os arquivos.

A noção comum de que uma graduação está voltada para a preparação profissional com vistas ao mercado de trabalho em determinada área foi acrescida de outros significados para o associativismo arquivístico brasileiro na década de 1970: “levar” a Arquivologia para a universidade era parte do seu modelo de institucionalização acadêmica do conteúdo da formação do arquivista.

Hoje no Brasil há um dispositivo legal que restringe o direito do exercício profissional de arquivista aos egressos dos cursos de graduação em Arquivologia. Esse modelo institucionalizado na década de 1970 convive com um número significativo de profissionais, que, a despeito do entendimento oficial, adquiriram a formação na área por outros canais que não o curso de graduação e exercem atividades arquivísticas, pesquisa e docência em diferentes instituições.

As possibilidades de institucionalização e organização da formação e da ocupação com os arquivos eram diversas e, em alguma medida, estiveram no horizonte de iniciativas do DASP e do Arquivo Nacional antes da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Mas nesse momento houve a formulação do modelo articulado de institucionalização acadêmico-universitária da Arquivologia e reserva de mercado do arquivista. É importante salientar que houve convergências entre as metas brasileiras e as internacionais como estratégia de sucesso.

Esse projeto corporativo conviveu com concorrentes que acabaram sendo vencidos. As formações discursivas identificadas foram: a perspectiva bélica que o corporativismo assumiu na sua organização associativa; a compreensão integrada da formação e do exercício profissional dos arquivistas, bibliotecários e museólogos, proposta pelo DASP; e, o entendimento absoluto das atividades arquivísticas a uma etapa preliminar do trabalho historiográfico, em que a função do arquivista se resume à organização dos documentos de modo que auxilie o historiador, defendida pela Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística.

A busca pela institucionalização desse modelo corporativo está presente no discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros, materializado nos editoriais de seu periódico, a revista *Arquivo & Administração*, entre 1972 e 1978. Ao tomarmos tal materialidade discursiva, com o objetivo de compreender a relação entre o associativismo arquivístico e a institucionalização desse campo, é evidente também que se trata de uma produção discursiva na qual se opera uma construção de memória sobre o processo de institucionalização do campo arquivístico.

O objetivo geral desta pesquisa foi problematizar a construção dos discursos de memória sobre o processo de institucionalização do campo arquivístico, mostrando como a regulamentação da profissão e sua configuração acadêmico-universitária se relacionam com o associativismo arquivístico no Brasil. Para tanto foram realizadas as seguintes etapas: contextualização do associativismo profissional dos arquivistas nas condições históricas do Brasil, na década de 1970; identificação de estudos anteriores sobre a constituição do campo arquivístico no Brasil; articulação da linguagem como instância de construção de memória sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil; e, análise dos discursos de memória do associativismo arquivístico sobre o processo de institucionalização do campo arquivístico entre 1972 e 1978.

Como devemos interpretar os fatores que contribuíram para o êxito do associativismo arquivístico? Depois de uma década de incessantes esforços para eliminar do campo profissional o livre exercício da ocupação, para elevar o nível da formação, uma rede de pessoas interessadas nos arquivos, em condições históricas de restrição política, construiu articulações frente ao Estado, diante de pontos de vista contrários, se tornando um movimento associativo realizador em suas demandas. A institucionalização do campo arquivístico no Brasil foi uma realização – e também o esgotamento da agenda – do associativismo instituído através da Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 1971, configurando o processo histórico que caracteriza os vigentes sentidos em disputa para arquivo (objeto), arquivologia (saber) e arquivista (especialista).

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 27-42.

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, maio 1971a.

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 9, set. 1971b.

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 8, ago. 1975.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6033**: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, 15/20 out. 1972. (1º Congresso Brasileiro de Arquivologia)

_____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, abr., 1973a.

_____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, set., 1973b.

_____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, dez., 1973c.

_____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, abr., 1974a.

- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, ago., 1974b.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, dez., 1974c.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, abr., 1975a.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, ago., 1975b.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, dez., 1975c.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, abr., 1976 a.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, ago., 1976b.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, dez., 1976c.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, abr., 1977a.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, ago., 1977b.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, dez., 1977c.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, abr., 1978a.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, ago., 1978b.
- _____. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, dez., 1978c.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Coord.). **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2. v.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Banco de Teses. Brasília, DF, 2010. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses> >. Acesso em: 28 jul. 2010.

BRASIL. Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994. Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 24 mar. 1994.

BRASIL. Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 15 dez. 2003.

CASTRO, Astréa de Moraes e. **Arquivologia**. Sua trajetória no Brasil. Brasília, DF: Stilo, 2008.

COLOMBO, Fausto. **Arquivos imperfeitos**: memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Perspectiva, 1991

CRESPO, Cláudio Dutra. **O campo da arquivística e os arquivos setoriais**: conhecimentos e práticas. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação)– IACS, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Fundação Getulio Vargas**: concretização de um ideal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 43-54.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. **O processo civilizador**, v.1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESPOSEL, Jose Pedro. Primeiros tempos e estado atual. In: CASTRO, Astrea de Moraes e. **Arquivologia**. Sua trajetória no Brasil. Brasília, DF: Stilo, 2008.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos, SP: Claraluz, 2008

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**: (Re) definição de marcos interdisciplinares. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis**: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muriaquitã, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, Michel et al. **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1971.

GOHN, M. G. M. . **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010. v. 1.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**: entre a memória e a história. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)- Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2006.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens. questões epistemológicas, conseqüências políticas. In: GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006, p. 29-84.

_____. **Informação, inovação e democratização**: a transferencia de conhecimento e o movimento assocoativo. 1992. Tese (Doutorado em Comunicação)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia hist**. [online], v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional**: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia)- IUPERJ, Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói : EDUFF, 1995

_____. A pesquisa como fator institucionalizante na Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; RONCAGLIO, Cynthia. (Org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas Universidades Públicas**. Brasília, DF: Unb-Faculdade de Ciência da Informação; Thesaurus, 2011. v. 1

LECOURT, Dominique. A arqueologia do Saber. In: FOUCAULT, Michel et al. **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1971.

LOPEZ, André Porto Ancona. A Formação de Arquivistas no Brasil: Notas para um Debate. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MAIA, Augusto Moreno. **A construção do Curso de Arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Pedagogia)– Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)– Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2011.

MATTELART, Armand. **A invenção da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 89-104.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. III, n. 5, p.66-74, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. A linguagem na construção do sentido: discurso e organização do conhecimento. In: GÓMEZ, Maria Nélida González de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill Orrico (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006. v. 1, p. 139-166.

_____. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi . **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008

ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso – princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira . O conhecimento sobre a linguagem. In: PFEIFFER, C. C.; NUNES, J. H. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006. v. 2. p. 141-157.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. Brasília, DF: Brasiliense, 1985.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill ; SILVA, Eliezer Pires da. Network of specialists in the archival field and the impact on knowledge organization: the case of Brazil. In: CONGRESO ISKO, 10., 2011, Ferrol. [**Anais eletrônicos...**]. [Ferrol: Dialnet], 2011.

PAVEAU, Marie-Anne. Reencontrar a memória. Percurso epistemológico e histórico. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Análise do discurso no Brasil – mapeando conceitos, confrontando limites**. Campinas, SP: Claraluz, 2007. p. 239-250.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso – estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. O CPDOC e a redescoberta da história do Brasil contemporâneo. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 14, n. 41. 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **Brasil Republicano** – vol.4 – No tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. Tese (Doutorado em História)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Wandelely Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Maria Leonilda Reis da, **História e Memória do Arquivo Central da FGV**. 2010. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais)– Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.